

4



IX ENCONTRO DE PESQUISA EM
EDUCAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Educação - UFPI
Educação, ensino e pesquisa em tempos de pandemia: realidades e possibilidades.

EDUCAÇÃO, ENSINO E PESQUISA EM TEMPOS DE PANDEMIA

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO

Antonia Dalva França Carvalho
Maria Vilani Cosme de Carvalho
Elmo de Souza Lima
Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti
Luisa Xavier de Oliveira
Organização



IX ENCONTRO DE PESQUISA EM **EDUCAÇÃO**

Programa de Pós-Graduação em Educação - UFPI

Educação, ensino e pesquisa em tempos de pandemia: realidades e possibilidades

III CONGRESSO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO, ENSINO E PESQUISA EM TEMPOS DE PANDEMIA

História e Memória da Educação

4

Antonia Dalva França Carvalho
Maria Vilani Cosme de Carvalho
Elmo de Souza Lima
Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti
Luisa Xavier de Oliveira
Organização

EDUCAÇÃO, ENSINO E PESQUISA EM TEMPOS DE PANDEMIA

História e Memória da Educação


ACADÊMICA
Editorial

2022

Conselho Editorial

Dr. Clívio Pimentel Júnior - UFOB (BA)

Dra. Edméa Santos - UFRRJ (RJ)

Dr. Valdriano Ferreira do Nascimento - UECE (CE)

Dr^a. Ana Lúcia Gomes da Silva - UNEB (BA)

Dr^a. Eliana de Souza Alencar Marques - UFPI (PI)

Dr. Francisco Antonio Machado Araujo – UFDF (PI)

Dr^a. Marta Gouveia de Oliveira Rovai – UNIFAL (MG)

Dr. Raimundo Dutra de Araujo – UESPI (PI)

Dr. Raimundo Nonato Moura Oliveira - UEMA (MA)

Dra. Antonia Almeida Silva - UEFS (BA)

EDUCAÇÃO, ENSINO E PESQUISA EM TEMPOS DE PANDEMIA: HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO

© Antonia Dalva França Carvalho - Maria Vilani Cosme de Carvalho

Elmo de Souza Lima - Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti

Luisa Xavier de Oliveira

Organização

1^a edição: 2022

Editoração

Acadêmica Editorial

Diagramação

Marcus Vinicius Machado Ramos

Capa

Marcus Vinicius Machado Ramos

Ficha Catalográfica elaborada de acordo com os padrões estabelecidos no
Código de Catalogação Anglo – Americano (AACR2)

E21 Educação, ensino e pesquisa em tempos de pandemia [recurso eletrônico]:
história e memória da educação / Antonia Dalva França Carvalho ...
[et al.], organização. – Parnaíba, PI: Acadêmica Editorial, 2022.
E-book.

Volume 4

ISBN: 978-65-5999-062-7

1. Educação. 2. Práticas culturais. 3. Educação musical.
4. Artes. 5. História da educação. I. Carvalho, Antonia Dalva França.
II. Título.

CDD: 370.7

Bibliotecária Responsável:
Nayla Kedma de Carvalho Santos – CRB 3^a Região/1188

DOI: 10.29327/5188071*

Link de acesso: <https://doi.org/10.29327/5188071>

*Uso restrito aos organizadores da publicação. Autores devem inserir somente o ISBN no Lattes.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| APRESENTAÇÃO..... | 11 |
| IMPrensa, EXPANSÃO DA ESCOLARIZAÇÃO E HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES | 13 |
| A EXPANSÃO DO ENSINO PRIMÁRIO MARANHENSE NO PERÍODO DO ESTADO NOVO | 14 |
| <i>Jessica Assunção Leal</i> | |
| A IMPrensa PERIÓDICA COMO FONTE DE PESQUISA PARA O ESTUDO DA FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO NO SERTÃO DE PERNAMBUCO (1940-1970)..... | 19 |
| <i>Letícia Rebeca Lopes Santos</i> <i>Virgínia Pereira da Silva de Ávila</i> | |
| A INTERIORIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE EDUCAÇÃO NO NORDESTE PAULISTA (1889-1930)..... | 24 |
| <i>Rafael Cardoso de Mello</i> | |
| A MEMÓRIA COMO FONTE DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DE ESTUDO DO CURSO NORMAL DO PATRONATO SOUSA CARVALHO EM IPU-CEARÁ (1951- 1985) | 28 |
| <i>Francisca Verônica Pontes Vasconcelos</i> | |
| CULTURA ESCOLAR: UMA ANÁLISE DOS CONTEÚDOS PRODUZIDOS POR ALUNOS NO PERIÓDICO EXCELSIOR!..... | 33 |
| <i>Caroline Fernandes de Souza Santiago</i> <i>Laís Marta Alves da Silva</i> <i>Maria Dalva Fontenele Cerqueira</i> | |
| EDUCAÇÃO E IMPrensa: REGISTROS SOBRE A EDUCAÇÃO LUDOVICENSE NOS JORNAIS ALVORADA E O UIRAPURÚ (1942-1946)..... | 42 |
| <i>Hellen Silva Carneiro Ferreira</i> | |
| FOLHETOS DE DIVULGAÇÃO COMO FONTE DE PESQUISA PARA O ESTUDO DO DESPORTO NO MUNICÍPIO DE LEIRIA (PORTUGAL, 1928-1963)..... | 47 |
| <i>Bruna Sofia Morte da Silva Santos</i> <i>Carolina Baêta Santos</i> <i>Pedro Gil Frade Morouço</i> <i>Virgínia Pereira da Silva de Ávila</i> | |

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REVISÃO NECESSÁRIA PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL E NO PIAUÍ NOS ANOS DE 1970 A 1996 52

Francisca Lidiane de Sousa Lima

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS DOCENTES DAS DISCIPLINAS TÉCNICAS DA ETFPI NO PERÍODO DE 1967 A 199957

Samara Maria Viana da Silva Lacerda

HISTÓRIADO ENSINO SECUNDÁRIO NO NORDESTE: MAPEAMENTO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA 62

Aline Carla de Sousa Leite Cipriano

IMPLANTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO PÚBLICO NO PIAUÍ PELA AÇÃO DOS MUNICÍPIOS (1948-1961)..... 68

Higo Carlos Meneses de Sousa

O COLÉGIO COMERCIAL DE PICOS E SUA ORGANIZAÇÃO (1957-1971).....72

Luzifrank Júnior de Sousa

O USO DOS UNIFORMES ESCOLARES NO GINÁSIO PIRIPIRIENSE .78

Juliana Assunção Oliveira

OS OBJETOS ESCOLARES NO GRUPO ESCOLAR COELHO RODRIGUES EM PICOS/PI (1954-1971): REFLEXÕES SOBRE A CULTURA MATERIAL ESCOLAR..... 83

Danila da Silva Nascimento Gomes

PROFESSORES OU SEMIDEUSES? 88

Claudiane Beatriz Ely

EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E ARTES..... 93

A CRIAÇÃO DA ESCOLA DE MÚSICA TERESINA(1981-1991): PRÁTICAS EDUCATIVAS ENTRE SALAS E PALCOS DO PIAUÍ..... 94

Juniel Pereira da Silva

Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti

E A FESTA, AONDE ESTÁ NA EDUCAÇÃO? UMA REFLEXÃO SOBRE AS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E O ENQUADRAMENTO PRODUZIDO NAS FESTAS POPULARES. 98

Lúcio Enrico Vieira Attia

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MUSICAL: CAMINHOS DA PRODUÇÃO INTELLECTUAL POR MEIO DO DOSSIÊ POLIFONIAS EM SABERES 108

Ricardo dos Santos Alencar

NARRATIVAS(AUTO)BIOGRÁFICAS SOBRE A FORMAÇÃO E PRÁTICAS INTERPRETATIVAS DE PROFESSORES VIOLONISTAS..... 113

Paulo Henrique Pereira Soares da Silva

Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti

O LUGAR DA ARTE NA COMPOSIÇÃO IDENTITÁRIA DO PROFESSOR DE HISTÓRIA.....123

Maria da Conceição Rodrigues Martins

O MESTRE E SUA JORNADA: MAESTRO EMMANUEL POR ELE MESMO NA PUBLICAÇÃO MEMÓRIA PIAUIENSE..... 127

Gislene Danielle de Carvalho

Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti

PERSPECTIVAS DE ESTUDOS SOBRE VIAGENS NA REVISTA BRASILEIRA DE PESQUISA (AUTO) BIOGRÁFICA..... 131

Joeline Conceição de Sousa Rodrigues

Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti

PERSPECTIVAS MUSICAIS E PEDAGÓGICAS NAS MEMÓRIAS DE MARIA YEDA CADDAH 136

Rodrigo Alves de Melo

Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti

RAIMUNDO PEREIRA EM PAUTA: POTENCIALIDADES DAS FONTES HEMEROGRÁFICAS EM ESTUDOS BIOGRÁFICOS..... 141

Marcia Pereira de Oliveira

Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO 145

A EDUCAÇÃO DO LEITOR LITERÁRIO NO CONTEXTO DO PÓS-SEMANA DE ARTE MODERNA: O PAPEL DAS REVISTAS KLAXON E ANTROPOFAGIA..... 146

Jhulienne Sousa Silva

Cassia Vitória Ribeiro de Sousa

Cristiane Feitosa Pinheiro

| | |
|---|------------|
| A EDUCAÇÃO NOS ANOS DE CHUMBO: MEMÓRIAS DE PROFESSORAS FRENTE A EDUCAÇÃO PÚBLICA..... | 151 |
| <i>Mônica Strege Médici</i> | |
| A INFÂNCIA, A REPÚBLICA E A SISTEMATIZAÇÃO DO RECOLHIMENTO DE MENORES EMPOBRECIDOS EM SÃO PAULO (1902-1935)..... | 156 |
| <i>William Kleyton Costa</i> | |
| A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO VERSUS TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO | 161 |
| <i>Marta Susany Moura Carvalho</i> | |
| <i>Raimundo Nonato de Sousa Neto</i> | |
| <i>Maria do Amparo Borges Ferro</i> | |
| A REVISTA DE ANTROPOFAGIA COMO PROJETO EDUCATIVO PARA A ARTE MODERNA NO BRASIL | 165 |
| <i>Gabriele Alves Barbosa</i> | |
| <i>Vanessa Maria do Nascimento Sousa</i> | |
| <i>Cristiane Feitosa Pinheiro</i> | |
| EDUCAÇÃO E AUTORITARISMO: A REPRESENTAÇÃO DA ONU E DOS DIREITOS HUMANOS EM LIVROS DIDÁTICOS DE OSPB DURANTE A DITADURA MILITAR | 170 |
| <i>Gustavo Josué Simoni Paes</i> | |
| ENTRE DOCUMENTOS, MEMÓRIAS E VESTÍGIOS DA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO DA ESCOLA MUNICIPAL DE PRIMEIRO GRAU ANTONIO JOÃO RIBEIRO..... | 174 |
| <i>Mariza Salete Backes Silva</i> | |
| INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ- 89 ANOS DE MEMÓRIAS: DE ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PIAUÍ | 179 |
| <i>Antonia Ravache Oliveira Silva</i> | |
| <i>Maria do Amparo Borges Ferro</i> | |
| MIGUEL GUARANI E A PRÁTICA EDUCATIVA DA CULTURA DA VIOLA..... | 183 |
| <i>Cristiane Feitosa Pinheiro</i> | |
| <i>Maria do Amparo Borges Ferro</i> | |
| MINHAS BRINCADEIRAS NA INFÂNCIA: MEMÓRIAS DE EX - ALUNOS DO ENSINO PRIMÁRIO NO PIAUÍ | 189 |
| <i>Vilma da Silva Mesquita Oliveira</i> | |

| | |
|--|------------|
| ALGUMAS DISCUSSÕES SOBRE MULHERES E EDUCAÇÃO NOS SÉCULOS XVIII E XIX | 192 |
| <i>Mayra Silva dos Santos-</i> | |
| O VERSO QUE VOU NARRAR TEM UMA HISTÓRIA | 197 |
| <i>Amanda Ribeiro da Silva</i> | |
| <i>Maria do Amparo Borges Ferro</i> | |
| PROCESSOS MIGRATÓRIOS NA AMAZÔNIA DA DÉCADA 60 E SUAS REPERCUSSÕES PARA A EDUCAÇÃO DA REGIÃO: REVERBERAÇÕES DE UM DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA | 201 |
| <i>Francisco Cláudio Araújo de Castro da Paz</i> | |
| RASTROS EDUCATIVOS NO PIAUÍ: O IDEÁRIO ESCOLANOVISTA NO DECRETO-LEI Nº 1438/33 REFORMA DO ENSINO PRIMÁRIO PIAUIENSE (1932-1937)..... | 207 |
| <i>Raimundo Nonato de Sousa Neto</i> | |
| <i>Marta Suzany Moura Carvalho</i> | |
| <i>Maria do Amparo Borges Ferro</i> | |
| SER E TORNAR-SE PROFESSOR/A NAS TRAVESSIAS DE ILHA GRANDE-PIAUI (1960-1996) | 214 |
| <i>José Marcelo Costa dos Santos</i> | |
| <i>Maria do Amparo Borges Ferro</i> | |
| TRAJETÓRIA DA FACULDADE DE MEDICINA DO TRIÂNGULO MINEIRO: DA FEDERALIZAÇÃO À TRANSFORMAÇÃO EM UNIVERSIDADE (UBERABA/MG, 1960 A 2005) | 221 |
| <i>Giselle Abreu de Oliveira</i> | |
| <i>Humberto Aparecido de Oliveira Guido</i> | |
| UM OLHAR SOBRE A DISCIPLINA DE HISTÓRIA NO ENSINO SECUNDÁRIO BRASILEIRO DURANTE A ERA VARGAS (1930 - 1945) | 226 |
| <i>Francisco Alex da Silva Matos</i> | |
| <i>Maria do Amparo Borges Ferro</i> | |

APRESENTAÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Piauí, realizaram nos dias 04, 05 e 06 de maio de 2022, o IX Encontro de Pesquisa em Educação e o III Congresso Internacional em Educação, que objetivou proporcionar discussões e reflexões acerca da seguinte temática: Educação, Ensino e Pesquisa em tempos de pandemia: realidades e possibilidades.

O evento foi realizado de forma remota com diversas atividades, como: Conferências, Mesas temáticas, Simpósios e Comunicações orais, vinculados aos cinco eixos temáticos do evento: 1) Formação de professores e práticas da docência; 2) Formação humana e processos educativos; 3) Educação, diversidades/diferença e inclusão educação do campo; 4) História e memória da educação e 5) Política educacional.

O Encontro de Pesquisa em Educação é um evento bianual, realizado há 22 anos, com a participação de pesquisadores, professores da educação básica e do ensino superior, bem como, de estudantes de graduação e pós-graduação do Piauí e de outros estados circunvizinhos. Devido ao número de trabalhos acadêmicos apresentados ao longo dos anos, assim como, do número de pesquisadores envolvidos, o evento vem se constituindo como um dos principais eventos científicos da região meio norte do Brasil.

Nesta edição, o evento se une ao III Congresso Internacional em Educação, também provido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, que congrega pesquisadores internacionais envolvidos nos projetos de pesquisas desenvolvidos pelo PPGEd, em parceiras com universidades e institutos de pesquisas brasileiros e estrangeiros, por meio de convênios de cooperação internacional.

Este volume tem como objetivo um ponto de vista mais amplo, dar visibilidade às diferentes pesquisas em torno das abordagens da educação musical e artística, das práticas culturais e suas diversidades, com ênfase na compreensão diacrônica ou sincrônica de distintos fenômenos, contextos e circulação de saberes, a fim de evidenciar traços singulares na produção de conhecimentos. Nessa perspectiva, indicando diferentes usos e significados das expressões artísticas em âmbito institucional ou pessoal, atentando também para a importância da preservação dos seus registros e acervos como patrimônio histórico-cultural da educação. Circularidade do saber, arte e cultura história

das instituições educativas e da profissão docente história e memória da formação e da profissão docente, da cultura escolar, dos processos educativos e das instituições educativas. Outras temáticas.

IMPREENSA, EXPANSÃO DA ESCOLARIZAÇÃO E HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A EXPANSÃO DO ENSINO PRIMÁRIO MARANHENSE NO PERÍODO DO ESTADO NOVO

Jessica Assunção Leal
Universidade Federal do Piauí
jessicaleal447@gmail.com

INTRODUÇÃO

Partindo da hipótese de que no Estado Novo houve uma expansão do ensino primário no Maranhão, a realização deste trabalho nos permitirá corroborar ou refutar a mesma. Em consonância com Fernandes (2018), Gil (2007), Nascimento (2010), Pinto (1982) analisaremos como ocorreu essa expansão tendo como foco principal a zona rural, tendo em vista que a maior parte da população no período estudado se concentrava na área rural.

OBJETIVOS

Analisar como se deu a expansão do ensino primário no Maranhão no período do Estado Novo (1937 – 1945), através de dados estatísticos, decretos-lei, relatórios do interventor Paulo Ramos ao então presidente da República Getúlio Vargas e através disso compreender como essa amplificação se deu na zona rural.

METODOLOGIA

Para realização deste trabalho, como base metodológica, serão utilizados decretos-lei, relatórios de autoria do interventor Paulo Ramos, com foco no setor educacional, disponíveis no acervo digital da Biblioteca Benedito Leite e levantamento de dados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre os anos de 1937 e 1945, o Brasil vivenciou o Estado Novo, época em que Getúlio Vargas governou através de decretos-leis, proibindo greves, subordinando os poderes Legislativo e Judiciário ao poder Executivo, criando órgãos como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável pela censura a tudo que desagradava o então governo.

Nesse contexto a educação também exerceria um papel fundamental, “pois o Estado Vargas reconheceu a escola pública como estrutura deflagradora, formadora e inculcadora de projetos nacionalistas.” (ALVES, 2010, p. 33). Durante o governo Provisório houve uma intensa concentração de poder “a Constituição de 1937 centralizou o poder político no Governo Federal, priorizando a União em relação aos demais entes federados, da mesma forma como, entre os poderes, tornou o Executivo mais proeminente” (CABRAL, 2011, p. 141), no seu artigo 9º, por exemplo, dizia que caberia ao presidente nomear um interventor para os estados.

O interventor “seria o homem de confiança do Presidente, alguém que o representasse e conduzisse os Estados seguindo as linhas gerais da administração federal” (IBID, 2011, p. 141). E assim, no período do Estado Novo esteve a frente da interventoria do Maranhão Paulo Martins de Sousa Ramos, que em Março de 1944, através de um detalhado relatório apresentado ao presidente da República, classificava o período como os “dias mais inquietantes e difíceis que o Maranhão já atravessou depois da deflagração da guerra” (RAMOS, RELATÓRIO, 1944, p. 27), inclusive no setor educacional, que sofria com a falta de verbas para novos empreendimentos ou mesmo manutenção dos já existentes, apesar disso o Maranhão, acompanhando as orientações dadas pelo governo federal, buscava expandir os níveis de ensino, entre eles o primário.

A educação passou a ser vinculada a princípios salvacionistas, em acordo com as ideias propostas pelo governo de Getúlio Vargas sobre “um novo homem”, uma boa sociedade e a importância do Estado para a concretização dessas concepções tanto no meio urbano, quanto no meio rural. No Maranhão, até 1930 a escola satisfazia os interesses da elite. Apesar disso, Nascimento (2010) afirma que foi uma década de intensa discussão em volta das questões educacionais.

Com uma população predominantemente rural (como observa-se na tabela 01), e que necessitava não só de escolas, mas também de professores que nelas atuassem, o Estado passa a lançar mão de incentivos para aqueles que aceitassem trabalhar nas escolas que ficavam em regiões rurais afastadas.

Tabela 01- População Do Maranhão de 1940 a 1980

| | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 |
|-----------------------|---------|-----------|------------|-----------|-----------|
| Total | 874.337 | 1.583.248 | 2.477.3771 | 2.997.576 | 4.097.231 |
| Zona Urbana | -- | 165.785 | 442.995 | 752.455 | 1.296.413 |
| Zona Suburbana | -- | 108.503 | -- | -- | -- |
| Zona Rural | -- | 1.308.960 | 2.034.336 | 2.245.111 | 2.800.818 |

Fonte: IBGE (1940, 1950, 1960, 1970, 1980)

Segundo Aranha (1989), ainda que a Constituição de 1937 tenha apresentado tendências fascistas, impedindo avanços, no que diz respeito ao Estado, como educador, é inegável o aumento na oferta educacional, no Maranhão observou-se essa expansão, principalmente do ensino primário, como podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 2- Dados sobre o Ensino Primário no Maranhão nos anos de 1934 e 1944.

| ANO | UNIDADES ESCOLARES | CORPO DOCENTE | MATRÍCULA GERAL | CONCLUSÃO DE CURSO |
|-------------|--------------------|---------------|-----------------|--------------------|
| 1934 | 411 | 776 | 30.611 | 979 |
| 1944 | 810 | 1.523 | 48.850 | 3.690 |

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil de 1948. IBGE

Em um espaço de dez anos houve um crescimento, não só no número de Unidades Escolares que ofertavam o ensino primário, como também no corpo docente e na quantidade de matriculados, percebemos também que embora o número de conclusões de curso tenha crescido não era na mesma proporção de matrículas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um país moderno deveria proporcionar educação à sua população, modernidade não combinava com analfabetismo, por conta disto houve considerável afincamento por parte do governo federal e conseqüentemente do

governo estadual maranhense no que se refere à expansão do ensino primário, numa tentativa de diminuir os índices de analfabetismo e elevar o número de letrados.

REFERÊNCIAS

ALVES, Márcio Fagundes. **A Reconstrução da Identidade Nacional na Era Vargas: Práticas e Rituais Cívicos E Nacionalistas Impressos na Cultura do Grupo Escolar José Rangel/Juiz de Fora/Minas Gerais (1930-1945)**. Programa de Pós Graduação em Educação (Tese). Rio de Janeiro, 2010.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. ANO III- 1937. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1937.pdf. Acesso em 28/03/2022

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. ANO IX- 1948. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1937.pdf. Acesso em 28/03/2022

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

BRASIL. Constituição de 1937. Constituição Dos Estados Unidos Do Brasil, De 10 De Novembro De 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 12/02/2022.

CABRAL. Gustavo César Machado. **Federalismo, autoridade e desenvolvimento no Estado Novo**. Brasília a. 48 n. 189 jane./marc. 2011. Disponível em: [/www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/242865/000910797.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/242865/000910797.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

FERNANDES, Aline de Medeiros. **A expansão das escolas unitárias primárias públicas northerio-grandenses (1835-1961)** .Dissertação (mestrado). .Programa de Pós-Graduação em Educação. Natal, RN, 2018.

GIL, Natália de Lacerda. **A dimensão da educação nacional: um estudo sócio-histórico sobre as estatísticas oficiais da escola brasileira - São Paulo**. 2007. Apêndice. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

GOMES, Ângela de. **População e Sociedade**. In Olhando para dentro (1930-1964).

LUCA, Tania Regina de. **A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso**. Revista Brasileira de História, Volume: 31 Número: 61, Publicado: 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/i/2011.v31n61/>. Acesso em 05/02/2022.

NASCIMENTO. Rita de Cássia Gomes. **Estado Novo e Educação Rural no Maranhão: O projeto de “ruralização” das escolas municipais, em São Luís**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2010.

RELATÓRIO. **Apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República, pelo Interventor Federal**. República dos Estados Unidos do Brasil. Estado do Maranhão. D.E.I.P. - Março, 1944. Disponível em: <http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/bpbl/acervodigital/>. Acesso em: 27 de julho de 2021.

A IMPRENSA PERIÓDICA COMO FONTE DE PESQUISA PARA O ESTUDO DA FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO NO SERTÃO DE PERNAMBUCO (1940-1970)

Letícia Rebeca Lopes Santos
Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina

Virgínia Pereira da Silva de Ávila
Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta resultados parciais de subprojeto vinculado ao projeto História da formação e profissionalização do magistério primário no sertão de Pernambuco e no distrito de Leiria: um estudo comparado Brasil e Portugal no período entre as décadas de 1940 e 1970, e conta com financiamento na modalidade do Programa de Bolsa de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do estado de Pernambuco - Facepe. Seu objetivo geral é **analisar a frequência e os tipos de matérias sobre a formação e a profissionalização do magistério primário no sertão pernambucano, veiculadas nos jornais O Pharol e O Sertão.**

METODOLOGIA

A pesquisa é de caráter qualitativo, descritivo e histórico-documental, e se insere no campo da História e da Historiografia da Educação. Com relação à análise dos exemplares dos Jornais, alguns podem ser encontrados no Museu do Sertão em Petrolina (PE), e em formato digital no site institucional do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação no Sertão do São Francisco - GEPHESF, da Universidade de Pernambuco (UPE), Campus Petrolina.

Inicialmente, foi realizado o mapeamento das matérias sobre a formação e a profissionalização do magistério primário no sertão de Pernambuco. Foram localizados 296 exemplares do *O Pharol*¹ e 63 exemplares do *O Sertão*². Na

1 O jornal O Pharol, criado no início do século XX por Sr. João Ferreira Gomes também conhecido como Joãozinho do Farol é o jornal mais antigo de Petrolina (AQUINO, 2011).

2 O jornal O Sertão, foi lançado por Cid Carvalho, em 11 de dezembro de 1949 (CARMO; SANTOS, 2011),

sequência, foi realizada a leitura, seguida da seleção e organização de quadros, contendo dados de identificação. Esse mapeamento ocorreu entre o período de agosto de 2021 até janeiro de 2022.

A metodologia do mapeamento e o modelo dos quadros inspiraram-se no relatório final FACEPE sobre *Condições de trabalho do professor primário rural no estado de Pernambuco: análise do Jornal do Professor (1955-1962)*, de Iracema Santos Carvalho dos Anjos (2018). Nesse relatório foram localizadas 22 matérias sobre educação no período de 1955 a 1962.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A organização das matérias ocorreu por data de publicação, título, número de edição, conteúdo da matéria, conforme os quadros abaixo relacionados.

Quadro 1 - Jornal *O Pharol* (1953-1973)

| ANO | EDIÇÃO | TÍTULO | CONTEÚDO |
|--------------------|--------|--|---|
| 1953 | 7 | Encerramento do ano letivo nas Escolas de “atraz da banca” | Cerimônia de encerramento do ano letivo das escolas municipais e estaduais com presença de todos seus dirigentes. |
| 16 de janeiro 1954 | 9 | A escola normal de Jatinã confere diplomas à sua primeira turma de professores | Ocorre a cerimônia da primeira turma da Escola Normal de Jatinã (Belém do São Francisco). |
| 16 de janeiro 1954 | 9 | Escola Normal... | Festa de encerramento das aulas da Escola Normal N.S do Patrocínio no com os nomes das professoras recém-formadas. |
| 19 de maio 1975 | 14 | Faculdade de formação de professores renova a composição de seus colegiados | Informações sobre as eleições estudantis e do corpo docente para os colegiados. |
| 31 de janeiro 1962 | 9 | A fundação de Petrolina acelera o desenvolvimento da cidade | Criação do Ginásio gratuito que funcionara primeiramente no prédio do Grupo escolar D. Malan para no futuro se mudar para uma sede própria. |

| | | | |
|---------------------|----------|-----------------------------------|--|
| 31 de outubro 1967 | 4 | Merenda Escolar | Notícia sobre a fiscalização da merenda escolar e a garantia por parte do supervisor que todas as escolas do interior do município de Petrolina terão esse serviço assegurado. |
| 30 de novembro 1972 | 5 | Colégio Estadual tem novo diretor | Cerimônia onde o professor Nicolau Boscardin deu posse ao professor João Bosco de Oliveira do colégio Estadual em Petrolina. |
| 27 de setembro 1973 | Ilegível | 1 Semana pedagógica de Petrolina | Como ocorreu a semana pedagógica da faculdade de formação de professores de Petrolina organizada pela Fundação de ensino superior de Pernambuco. |
| 31 de dezembro 1973 | 6 | Formaturas | Fala sobre as duas cerimônias de formatura que ocorreram na cidade de Petrolina no mesmo dia, sendo uma no Colégio Estadual de Petrolina e a outra do Colégio N.S Auxiliadora. |

Fonte: Quadro elaborado por Santos (2022).

O jornal *O Pharol* foi criado em 1915 e circulou de 1915 a 1989 (ANJOS, 2017). Um marco na história da educação da cidade foi a 1ª Semana pedagógica da Faculdade de Formação de Professores de Petrolina (FFPP), organizada pela Fundação de ensino superior de Pernambuco, em 1973.

Quadro 2- Jornal *O Sertão* (1949-1950)

| ANO | Edição | Título | Conteúdo |
|---------------------|--------|--------------------------------------|---|
| 11 de dezembro 1949 | 1 | Mais uma luzida turma de professoras | Cerimônia de formação das professoras Normalistas do Colégio N.S Auxiliadora. |
| 11 de dezembro 1949 | 1 | O ginásio D. Bosco | Cerimônia de conclusão do curso ginásial do colégio D. Bosco |
| 25 de março 1950 | 16 | No colégio Nossa Senhora Auxiliadora | Cerimônia para a bênção do altar da Virgem Auxiliadora feita pelas irmãs salesianas e alunas do colégio |

Fonte: Quadro elaborado por Santos (2022).

O jornal *O Sertão* circulou em Petrolina, Pernambuco, de 1949 a 1972; e na década de 1980, particularmente no ano de 1985 (CARMO; SANTOS, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante observar tendo em base dados apontados por Anjos (2017) que, a partir da década de 1940, em pleno Estado Novo, o número de matérias no jornal *O Pharol* sobre a educação teve uma diminuição significativa. Foram 54 matérias com essa temática de 1916 a 1939, depois temos o período da década de 1940 sem dados e então o retorno das matérias em 1953, em um total de 09.

O jornal *O Sertão* foi um importante veículo de notícias na cidade de Petrolina desde sua fundação, em 1949, trazendo, porém, um número pequeno de matérias sobre o magistério. Investigações futuras podem fornecer pistas acerca dessa questão.

REFERÊNCIAS

ADÃO, Áurea. A história da profissão docente em Portugal: balanço da investigação realizada nas últimas décadas. **Encontros Ibéricos de História da Educação**, vol. 1º Encontro, 1992, pp. 123-135. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15175.pdf>. Acesso em 02 mar. 2022.

ANJOS, Iracema Santos Carvalho dos. **Condições de trabalho do professor primário rural no estado de Pernambuco: análise do Jornal do Professor (1955-1962)**. 2018. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B-xjuzCfxLlwN2lQU2lSSmNyYU53VUVQcW1zTlQ3OGdZM3Aw/view?resourcekey=0-yKPPm_vlgFhGDIgPOdqfMA. Acesso em: 28.02.2022.

ANJOS, Iracema Santos Carvalho dos; ÁVILA, Virginia Pereira da Silva e. “**É preciso de mais escolas Sr. Governador**”: o ensino primário pelas lentes do Jornal “O PHAROL” (Petrolina-PE, 1916-1937). VI Encontro Norte e Nordeste de História da Educação - ENNHE, VI, 2016, Natal. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1EJKVxYl7ZL2KtpjMC-OSKIhgGceUMFO4/view>. Acesso em: 01.03.2022.

ANJOS, Iracema Santos Carvalho dos.; Oliveira, Manuela Garcia de. “**EM RUÍNAS**”: a educação pública e privada nas páginas do jornal “O Pharol” (Petrolina, 1937-1946). 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Vk65wN8TDHkU-HN4O-umnbX7L2ggO18l/view>. Acesso em: 01.03.2022.

AQUINO, Thulio André Moura de. O Pharol, Cid Carvalho e a família Coelho: Entre o sindicalismo interiorano e o poder político local através do uso da informação, Petrolina-PE (1931-1947). 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300708419_ARQUIVO_

A INTERIORIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE EDUCAÇÃO NO NORDESTE PAULISTA (1889-1930)

Rafael Cardoso de Mello
Universidade de São Paulo
cardosodemello@usp.br

INTRODUÇÃO

Este texto objetiva apresentar as bases da pesquisa de doutorado intitulada provisoriamente de “Nos limites da civilização: a interiorização dos processos de educação no Nordeste paulista (1889-1930)”, cujo objetivo principal é compreender a gênese e o percurso das representações e discursos que envolvem a educação no nordeste paulista, tanto no seu sentido comum - o escolar, como em outras formas mais complexas – manifestadas na civilização dos corpos, nos códigos de postura urbano, nas definições de “normalidade”, cidadania, moral, etc., com vistas a investigar uma das dimensões do processo de interiorização da educação escolar pública em São Paulo.

Diante de tantas mudanças educacionais percebidas na história recente brasileira, a recuperação desta experiência visa reconhecer a longa duração do projeto civilizatório europeu em terras tupiniquins, principalmente na região destacada no período do ciclo cafeeiro, contexto específico de riqueza, transformações urbanas, sócio-políticas e, naturalmente, educacionais.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO E FONTES

Para conquista tal intento, utilizamos como referencial teórico e metodológico da análise de sistema-mundo de Immanuel Wallerstein (1979), diante da opção de observação da interiorização das escolas e do projeto educacional republicano como parte do projeto civilizador e capitalista europeu. No que tange o movimento de interiorização do ciclo cafeeiro o texto do geógrafo Pierre Mombeig (1984) também corrobora com a noção de sistema-mundo, dado a possibilidade de relacionar a franja pioneira ao avanço do próprio capitalismo.

Citamos também as obras de Elias (1993; 1994), Fonseca (2010) e Narita (2016) para os contornos daquilo que denominamos de “processos de educação” em diálogo com pesquisas sobre a história da educação que tomaram com espaço as cidades do nordeste paulista, tais como Cunha (1988), Jayme (2007),

França (2013) e Almeida (1997) – estudos sobre a realidade de Ribeirão Preto, além de Lima (2007) e Teixeira (2000) – estudiosos da educação na localidade de Franca.

Para nós, o referencial metodológico da análise de sistema-mundo pressupõe epistemologia própria. Diante de Wallerstein, o estudo dos movimentos e da dinâmica desta lógica sistemática pressupõe interdisciplinaridade e, de certa forma, aproximação com leitura complexa sobre as variáveis que organizam a vida social (1979).

Do ponto de vista documental, salientamos a presença de um vasto e complexo conjunto de fontes primárias (plantas urbanas, códigos de postura, processos-crime, periódicos, fotografias, entre outras) que nos permite realizar tal empreita, uma vez que a escola pública pretende ser interpretada tanto na sua lógica interna (códigos, rituais, cultura escolar) como extramuros (a que realidade a escola se impõe?). Ainda sobre as fontes, a análise da massa documental proveniente dos relatórios da “Delegacia Regional do Ensino” (de atenção local e datados de 1890 a 1930) e os “Anuários de ensino do Estado de São Paulo” (já com observação e mapeamento das escolas de todo o território paulista, cujos anos datam de 1907 a 1922, mais os exemplares de 1926 e 1936), nos convida a pensar em estratégias e negociações do poder público para controlar e administrar uma população nova, multifacetada e potencialmente perigosa.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

De forma parcial, é possível destacar que a pesquisa já promoveu nos seus primeiros capítulos contornos do movimento de interiorização do capital (cafeeiro) na região como experiência excludente, mesmo na inclusão proposta pelo *ethos* escolar e pelos desejos de uma Re(s)pública recém-chegada no contexto de transição dos séculos XIX-XX.

Ao assumirmos as leituras das fotografias capturadas em diversos periódicos produzidos no princípio do século XX, percebe-se que a veiculação de um discurso moderno e civilizador é parte de um discurso hegemônico, articulado ao grande capital internacional, materializado na tentativa de cópia de seus valores europeus nas fachadas dos teatros, das escolas e dos hospitais. A modernidade é parte de uma estratégia que, em seus silêncios, viram a população excluída buscar as táticas de sobrevivência (CERTEAU, 1994).

Quanto a nossa apreciação da interiorização dos processos de educação, notamos na cidade de Ribeirão Preto esforço similar ao das grandes capitais, mediante urbanização e modernização dos códigos de postura, ajardinamento público, novas formas de lazer, equipamentos e monumentos da civilização

– em especial – os grupos escolares. A forma caipira deste movimento internacional nos chama a atenção pela aproximação a experiência de outras grandes cidades brasileiras, porém, no campo da exclusão, as cidades se manifestam com violências próprias, aproveitando na distância da moral e da lei, atrocidades de uma fronteira cuja identidade ainda estava se formando.

Palavras-chave: Interiorização; processos de educação; Grupo escolar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, V. **Converter, ensinar e conformar:** a missão metodista em Ribeirão Preto (1896-1950). Dissertação de Mestrado em História. FHDSS, Universidade Estadual Paulista, Franca, 1997.

CUNHA, M. V. **Educação e política em Ribeirão Preto:** a fundação e os primeiros anos do Ginásio do Estado. Dissertação de Mestrado. (1907-1920). Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 1988.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano:** 1, Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

ELIAS, N. **O processo civilizador:** Formação do Estado e Civilização. Tradução de Ruy Jungmann. 2v. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

_____. **O processo civilizador:** Uma História dos Costumes. Tradução de Ruy Jungmann. 1v. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FONSECA, S. C. Um percurso pela longa duração da história da educação: da Europa ao Brasil. In: ASSOLINI, F. E.; LASTÓRIA, A. C. (orgs.) **Formação continuada de professores: processos formativos e investigativos.** Editora Compacta: São Carlos, 2010.

FRANÇA, J. L. **Mulheres, Imprensa e Sociedade em Ribeirão Preto (1930-1940).** Dissertação de mestrado em Educação. UFU: Uberlândia, 2013.

JAYME, L. R. **Nas sombras das luzes educacionais:** as escolas isoladas em Ribeirão Preto (1890-1920). Monografia de conclusão de Curso. CUBM: Ribeirão Preto, 2007.

MOMBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: HUCITEC, 1984.

NARITA, F. Z. **A educação da sociedade imperial: moral, religião e forma social na modernidade oitocentista**. 1.ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

TEIXEIRA, W. S. **Educação e poder local: A formação do sistema de ensino em Franca e os limites da cidadania (1889-1928)**. 2000. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2000.

WALLERSTEIN, I. **El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI**. v.1. México: Siglo Veintiuno, 1979.

A MEMÓRIA COMO FONTE DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DE ESTUDO DO CURSO NORMAL DO PATRONATO SOUSA CARVALHO EM IPU-CEARÁ (1951- 1985)

Francisca Verônica Pontes Vasconcelos
Universidade Federal do Piauí
pontesveripu@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente texto busca refletir a memória como fonte de pesquisa, destacando sua contribuição para o estudo de instituições escolares e história da educação. Esta reflexão é parte de uma pesquisa de mestrado, que tem como objeto de estudo a formação de professoras primárias no Curso Normal do Patronato Sousa Carvalho em Ipu-Ceará no período de 1951 a 1985.

A memória do passado da cidade de Ipu se materializa nos seus casarões, prédios públicos e instituições educacionais, sendo o Patronato Sousa Carvalho parte desta memória. A escolha por historiar o Patronato Sousa Carvalho se deu por ser a primeira escola fundada e mantida pela Igreja Católica de Ipu, sendo uma instituição educacional de grande relevância para a população local, mantendo uma forte relação entre fé e educação.

Dessa forma, as memórias existentes e os elementos que constituem a história dessa instituição e das mulheres por ela formadas, serão analisadas a partir Le Goff (1994), Halbwachs (1990), Ecléa Bosi (1994) e Delgado (2009).

OBJETIVOS

Analisar a memória individual e coletiva produzida a partir da análise de fotografias e das narrativas de vida, das ex-normalistas do Curso Normal do Patronato Sousa Carvalho. A partir disso, dispor dessas informações como fonte de pesquisa para tecer a história da instituição e história da educação ipuense.

METODOLOGIA

O percurso metodológico da pesquisa adentra à análise dos elementos fornecidos pela coleta de dados em fotografias e depoimentos dos atores sociais ligados diretamente à instituição estudada. Através do estudo da memória

coletiva, tendo o sociólogo francês Maurice Halbwachs como base de estudos, analisamos a memória produzida pelas estudantes como um produto social com características inerentes às suas relações com os fatos, tempo e espaços escolares, sendo compartilhadas e assimiladas coletivamente, estando neste contexto, as memórias individuais conectadas à sociedade.

Em virtude de tratar-se de uma pesquisa de cunho histórico com abordagem qualitativa, opta-se pela pesquisa documental e da história oral por considerar que as fontes históricas, são responsáveis por dar o suporte necessário à compreensão do tema pesquisado e das suas categorias de análise, onde a investigação tem nas fontes produzidas pelos atores sociais ligados diretamente à instituição um campo de pesquisa para o desvelamento do passado.

As fotografias são consideradas fontes de registro das memórias das ex-alunas da escola que se somam às suas impressões e emoções, na busca de construção de uma memória coletiva e de uma identidade institucional. A partir da análise documental, foram selecionados 20 registros fotográficos, compreendendo o período de 1951 a 1985. Para a coleta de informações orais, segue-se a seguinte distribuição:

Quadro 1. Colaboradores participantes por período

| Colaboradores | Quantidade | Década de 50 | Década de 60 | Década de 70 | Década de 80 |
|-------------------------------|------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Ex-alunas (normalistas) | 10 | 2 | 3 | 2 | 3 |
| Total de participantes | 10 | | | | |

Fonte: Quadro de autoria do autor.

Sendo assim, ao nos debruçarmos sobre os estudos da história educacional do povo ipuense e principalmente das Instituições Escolares, iremos contribuir para uma reconstrução do passado através dos interesses do presente. Nesta perspectiva, a lembrança trabalhada dos atores sociais da escola será pensada como “uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores” (HALBWACHS, 1990, p.48).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com as mudanças trazidas pela da Nova História nos últimos anos, teve-se um aumento crescente pelo o uso de novas abordagens na pesquisa em educação. O conceito de fonte foi redefinido a partir do pensamento contemporâneo e das novas representações do passado. A história oral permitiu que através das narrativas déssemos voz aqueles que outrora foram silenciados pela história, trazendo a tona novos métodos que permitem o resgate das experiências vividas, fazendo com que a memória resgatada através dos depoimentos passasse a ser uma fonte confiável na pesquisa científica.

O passado espelhado no presente reproduz, através de narrativas, a dinâmica da vida pessoal em conexões com os processos coletivos. A reconstituição dessa dinâmica pelo processo de recordação, que inclui ênfases, lapsos, esquecimentos, omissões, contribui para a reconstituição do que passou segundo o olhar de cada depoente. (DELGADO, 2017,p.16)

Diante da necessidade de se entender a educação formal e informal das jovens moças ipuenses, em meados das décadas de 50 a 80, o resgate da memória das estudantes através da coleta de depoimentos e análise das fotografias da época pesquisada, apareceram como um elemento norteador para se extrair detalhes da cultura escolar da instituição, relacionando-a a sociedade ipuense. Como nos diz Ecléa Bosi (1994, p.55) “o processo de desvendar a memória nos remete a compreender que lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”.

Dessa forma, considerando que a força da memória é sempre reforçada pela manutenção da identidade de um grupo, Halbwachs (2006) nos diz que a memória é resultado de um processo coletivo, no qual o indivíduo que pertence a um grupo compartilha experiências vividas por ele ou não, no sentido de reconstituir os fragmentos do passado. Na visão do autor,

Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. ‘E porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 1990,p.16)

O que podemos observar e relacionar a partir da análise das fotografias é que no processo de registro da história das ex-alunas da instituição, as memórias individuais constituem a identidade de grupo e institucional.

A partir do esforço empreendido nesse estudo, ampliamos nossas discussões sobre as múltiplas fontes de pesquisa, tendo como objeto de análise as memórias produzidas em registros fotográficos pela escola Patronato Sousa

Carvalho, relacionando História Oral e cultura material escolar. Com isso, nossa intenção por ora apresentada, é contribuir para o entendimento de que a pesquisa em história da educação se fortalece ao passo que diversifica suas fontes de análise e seu percurso metodológico, levando a novas possibilidades de abordagem investigativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As memórias do Patronato Sousa Carvalho, registrada através das fotografias associada aos relatos orais, enriquecem a pesquisa, por revelar informações que complementam o aporte documental coletado, contribuindo para compreensão de parte do contexto histórico e social do qual a escola fazia parte.

Ainda inconcluso, esse estudo buscou neste texto trazer aspectos de análise da Memória como “fonte histórica”, que contribui na pesquisa em educação para uma compreensão da cultura escolar através dos sentidos e valores dados as ações humanas no espaço e no tempo que corroboram para a dinâmica de funcionamento de uma instituição educacional, colaborando assim para o levantamento de reflexões no campo da História da Educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*, 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean (org.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos*. Trad. Ana Cristina Arantes Nasser.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral: Memória, tempo, identidades*. Autentica, 2017.

HALBSWACHS, Maurice. *Mémoire Collective*. Paris: PUF, 1950 (Memórias Coletivas. São Paulo: Centauro, 2006)

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MELLO, Maria Valdemira Coelho. *Ipu em Três Épocas*. Fortaleza: Popular Editora, 1985.



LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. [trad. Angela M. S. Corrêa].- 2ªed. 6ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2019. _____.

Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Trad. Denise Bottmann, Paz e Terra, 2021.

CULTURA ESCOLAR: UMA ANÁLISE DOS CONTEÚDOS PRODUZIDOS POR ALUNOS NO PERIÓDICO EXCELSIOR!

Caroline Fernandes de Souza Santiago
Universidade Estadual Paulista
Marília caroline.santiago@unesp.br

Laís Marta Alves da Silva
Universidade Estadual Paulista- Marília – –
lais.silva@unesp.br
caroline.santiago@unesp.br

INTRODUÇÃO

A análise aqui apresentada é resultado de caminhos e pesquisas realizadas pelas autoras, junto ao Programa de pós-graduação. Para a discussão, nos apoiamos no conceito proposto por Barroso (2013), em que a escola é reflexo de uma cultura social e produtora de sua própria cultura, a partir de suas formas de interpretar as informações e transmiti-las aos sujeitos. A escola produz sua cultura e que, os alunos podem evidenciar traços dessa mesma cultura em seus discursos e comportamentos. Portanto, tomamos o periódico Excelsior! como fonte de pesquisa, por ser um

documento produzido por alunos da Escola Normal de São Carlos, entre os anos de 1911 a 1916.

OBJETIVO

O texto em questão tem como objetivo central, discorrer sobre os conteúdos publicados pelos alunos, e analisar as características que possibilitem serem concebidas como uma cultura escolar daqueles sujeitos no período de sua publicação.

METODOLOGIA

Contamos como aporte teórico para a presente discussão, com textos de autores que contribuem para a análise aqui empreendida, sendo eles: Barroso (2013) Almeida (2016) Soares (2011), Filho (2013), Nery (2009), Silva (2019) entre outros. A metodologia utilizada é de caráter bibliográfico e documental.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Os ambientes de uma dada sociedade são construídos gradativamente, tornando-se assim em uma cultura, o mesmo ocorre com o ambiente escolar, que por sua vez, concebeu uma cultura, por meio dos seus agentes e espaços, chamada de cultura de escola, na qual, Barroso (2013, p. 15) define que:

Embora não exista uma definição consensual desta “cultura de escola” e ela dependa da postura teórica dos seus autores, é possível dizer que ela corresponde a uma metáfora com que se pretende significar os elementos e processos organizacionais que identificam o ethos de uma determinada escola, como por exemplo, valores, crenças, ideologias, normas, condutas, rotinas, hábitos, símbolos etc.

No ano de 1911, Oscar Thompson à frente da Diretoria Geral da Instrução Pública do estado de São Paulo, elabora ações educacionais para a melhorias do ensino, uma delas é a ampliação das escolas de formação de professores-escolas normais por todo o estado. Dentro desse contexto, é criada a Escola Normal de São Carlos e Silva (2011, p. 53) retrata que:

Após um período inicial de euforia com a Proclamação da República, e conseqüentemente criação da Escola Normal de São Paulo, a inauguração da Escola Normal Secundária em São Carlos viria a demarcar uma era de renascimento dos ideais republicanos e nesse contexto, a criação do Grêmio Normalista Vinte e Dois de Março estava projetada como entidade do exercício e aprendizado desses ideais.

Torna-se importante destacar que a Revista Excelsior! É criada com o objetivo de demarcar um novo momento da história do curso de formação de professores, trazendo possibilidades para os alunos/futuros professores de atuarem e também de propagar os discursos proferidos no ambiente em questão. Esse periódico, escrito pelo grêmio normalista da Escola Normal de São Carlos, teve duração de cinco anos, de 1911 até 1916, sendo precursor dessa prática na escola normal de São Carlos, isto é, ela é antecedente à revista de professores da instituição, na qual é denominada como: Revista da Escola Normal de São Carlos.

Silva e Nery (2008, p. 178), ao se voltarem para a Excelsior! apontam que ela “foi uma revista literária e pedagógica que tomava para si o objetivo de estreitamento do vínculo entre alunos da Escola Normal de São Carlos e sociedade são-carlense, além de apoio aos estudos e incentivo à leitura.” mostrando indícios da preocupação do republicanos em formar profissionais atentos aos novos acontecimentos educacionais e além disso, sujeitos que propagassem seus ideais.

Apesar da revista estar sob responsabilidade do Grêmio Normalista, não eram apenas tais pessoas que se dedicavam a escrever e publicar na mesma. Em suas páginas é possível evidenciar que:

Entre os autores, além de alunas, alunos e professores (responsáveis pela seleção e revisão dos artigos), encontramos a presença de diretores e do secretário da escola, além de homens de influência da sociedade local, embora nem todos tenham sido identificados por nossa pesquisa. São artigos resultantes de conferências promovidas pela Escola Normal de São Carlos e entidades da sociedade são-carlense, além de encomendas feitas por professores e alunos. Também foram publicadas reproduções de artigos de escritores como Machado de Assis, Aluísio de Azevedo, Euclides da Cunha e Rui Barbosa. (SILVA; NERY, 2008, p. 179)

Dentro desse contexto, e por meio dos indícios é possível explicitar que a cultura de escola não é traçada apenas por um núcleo de seus agentes, mas por toda a comunidade, isto é, professores, alunos, secretários, diretores, além, da comunidade externa, dos espaços idealizados por e para esses sujeitos e a forma a pelas quais eles se apropriam dos mesmos, a imprensa etc. Ao encontro da citação acima e pautando-se na imprensa como um meio de produção de cultura de escola, torna-se relevante frisar que ainda que a revista estivesse sob incumbência dos alunos, ela precisava passar pelo crivo dos professores que tinham como atribuição selecionar e revisar os artigos que seriam publicados, ou seja, existia ali um “filtro” do que seria relevante suficiente para estar em tais nas páginas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conteúdo da revista é diverso, um dos pontos que podem justificar esse aspecto é pela gama de pessoas que tinha a oportunidade de publicar ali, estavam inclusos nesses conteúdos homenagens, artigos, palestras e discursos proferidos na instituição, que posteriormente estampavam as páginas da revista. Outro ponto, para além do conteúdo que demonstra a construção da cultura de escola é em como a revista estava circulando, ou seja, de maneira gratuita para todos os alunos da Escola Normal.

Enfim, pode-se concluir que a formação de professores na Escola Normal Secundária de São Carlos, apresentava-se por meio de elementos e pessoas que estavam ali inseridas e que sua cultura foi estruturada gradativamente. No entanto, são os próprios sujeitos que fazem tal movimentação, por meio dos usos e costumes que fazem do que lhes é oferecido, um exemplo aqui percorrido foi a revista *Excelsior!*, na qual, era de responsabilidade do grêmio normalista vinte e dois de março e foi inaugurada juntamente com a escola em 1911. Período esse da história da escola, que se buscava caminhos de introduzir

características novas, bem como a revista e o próprio grêmio. A Escola Normal da Capital do estado de São Paulo, foi referência para as demais que foram sendo distribuídas no interior, inclusive pela criação de seus impressos.

REFERÊNCIAS

BARROSO, J. **Cultura, Cultura Escolar**. Cultura de Escola. In: Graduação em Pedagogia. volume 1 - D26 - Unesp/UNIVESP - edição 2013.

SILVA, E. C. O Grêmio Normalista Vinte e Dois de Março e o Ideal de Formação de professores divulgado pelo periódico dos alunos da Escola Normal Secundária de São Carlos. In: ARCE. A. Nery. A. C. B. (org). **Ideias pedagógicas em movimento produção de saberes na Escola Normal Secundária de São Carlos**. São Carlos, EdUFSCAR, 2011. 53-71.

SILVA, E. C. S. **A configuração do habitus professoral para o aluno-mestre: a Escola Normal Secundária de São Carlos (1911-1923)** – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2009.

SILVA, E. C. NERY. A.C.B. **O periódico Excelsior! (1911-1916) como ponto de observação do campo de formação de professores**. Série-Estudos Campo Grande-MS, n. 26, p. 175-186, jul. /dez. 2008.

EDUCAÇÃO CATÓLICA E CIVISMO NO ENSINO SECUNDÁRIO: O GRÊMIO CÍVICO LITERÁRIO TIRADENTES DO GINÁSIO SÃO LUIZ GONZAGA (1939-1971)

Maria Dalva Fontenele Cerqueira
Secretaria de Estado da Educação do Piauí – SEDUC
dalvaclio@gmail.com

INTRODUÇÃO

A presente comunicação oral é um recorte da pesquisa realizada no curso de Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí – PPGED, cujo objeto estudado foi a cultura escolar do curso ginásial no Ginásio São Luiz Gonzaga. A investigação lança luz sobre o Grêmio Cívico Literário Tiradentes, um dos elementos da cultura cívico católica escolar do Ginásio São Luiz Gonzaga. A investigação tem como recorte espacial a cidade de Parnaíba-PI, onde está situado o Ginásio São Luiz Gonzaga. Por sua vez, o recorte cronológico apresenta como marco inicial o ano de 1939, quando a instituição recebeu do Ministério da Educação e Saúde Pública autorização preliminar para ofertar o Ensino Secundário. E estabelece o recorte final, em 1971, com as alterações promovidas pela Lei n.º 5.692/71, que criou o curso de 1º grau – a partir da junção do primário e o primeiro ciclo (curso ginásial), com duração de oito anos; e o 2º grau – formado pelo segundo ciclo (curso colegial), com duração de três anos; extinguiu o Exame de Admissão.

OBJETIVOS

Investigar o papel desempenhado pelo Grêmio Cívico Literário Tiradentes na formação cívica-religiosa e intelectual dos alunos do curso ginásial do Ginásio São Luiz Gonzaga, Parnaíba-PI;

METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa documental com uma variedade de fontes, como: documentos do escriturário escolar; fontes hemerográficas, *Almanaque da Parnaíba*, *Jornal Força Jovem* (1969), *Diário Oficial* do Piauí, *Revista Argos* (1943,1947) e *blogs* com a finalidade de responder os questionamentos propostos na pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cultura escolar é aqui entendida como “um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos. [...]” (JULIA, 2001, p. 10-11, grifos do autor). Para o autor, “normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização)” (Idem). Julia (2001) alerta para o fato de que a análise da cultura escolar, além de levar em consideração relações conflituosas ou pacíficas, a depender da época, que mantêm com o conjunto de culturas (religiosa, política ou popular) que lhes são contemporâneas, é preciso levar em consideração a ação do “corpo profissional dos agentes” na aplicação dos “dispositivos pedagógicos” adotados no processo formal de escolarização.

Na perspectiva histórica, Frago (2007) defende que não existe uma cultura escolar única para todas as instituições educativas. Para ele, “não há duas escolas, dois colégios, universidades ou faculdades exatamente iguais, embora entre eles se possam estabelecer semelhanças. As diferenças crescem quando comparamos as culturas de instituições que pertencem a níveis educativos distintos” (FRAGO, 2007, p. 95)

O grêmio literário foi um dos elementos da cultura escolar no curso ginasial do Ginásio São Luiz Gonzaga, espaço¹ educativo que tinha como finalidade desenvolver nos alunos o gosto pelo esporte, arte, literatura e civismo além de despertar nos alunos o interesse pelos problemas nacionais, inerentes a formação de Bacharel em Ciências e Letras, conforme pensamento da época. A criação do grêmio literário no Ginásio São Luiz Gonzaga estava prevista no artigo 22 no Estatuto, na parte dedicada as “Organizações Pedagógicas” presentes na instituição, dessa forma, as atividades desenvolvidas pelos gremistas era resultado de uma ação pedagógica planejada pelo corpo docente e a direção, como um elemento importante na formação intelectual dos jovens parnaibanos.

A fundação do grêmio escolar no Ginásio São Luiz Gonzaga, na cidade de Parnaíba-PI não foi um ato exclusivo da instituição, a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Secundário (1942) incentivou a criação dessas associações nas instituições de ensino secundário. Conforme o artigo 46:

os estabelecimentos de ensino secundário deverão promover, entre os alunos, a organização e o desenvolvimento de instituições escolares de caráter cultural e recreativo, criando, na vida delas, com um regime de

1 Entendemos espaço segundo a definição de Michel de Certeau como sendo um lugar praticado. Cf. CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. 1. Artes do fazer. Petrópolis: RJ: Vozes, 2003, p. 202.

autonomia, as condições favoráveis à formação do espírito econômico, dos bons sentimentos de camaradagem e sociabilidade, do gênio desportivo, do gosto artístico e literário. (BRASIL, 1942).

Nos estabelecimentos de ensino secundário, instituições escolares de caráter cultural e recreativo, os grêmios estudantis exerceram papel importante na formação intelectual, moral e cívica da juventude brasileira. Para Souza (2008, p. 130) “as agremiações e a imprensa lançavam os jovens estudantis na vida pública, divulgando a vida escolar para a sociedade e debatendo na escola fatos e problemas sociais”. Os grêmios escolares, além da socialização, possibilitavam aos alunos vivências de práticas que os preparava para a participação em atividades cívicas, eventos culturais, torneios esportivos, produção e publicação de periódicos escolares como revistas e jornais, práticas presentes nas ações do Grêmio Cívico Literário Tiradentes.

A direção do grêmio era formada por meio da realização de eleição, momento que contava a participação de todos os alunos da escola. O fato de a escolha da diretoria acontecer por meio de uma eleição, envolvendo toda a instituição, mostra que na escola, o grêmio, além de prepara os alunos para serem intelectuais, oradores e escritores, também era um espaço de formação política, os alunos tinham que preparar propostas, se organizar em chapas, preparar as cédulas e fazer a campanha eleitoral dentro da escola, que culminava com a eleição e posse da chapa vitoriosa.

Os gremistas passavam a executar as funções que tradicionalmente eram apontadas como suas atribuições na escola, dentre as quais estavam a participação e organização de ritos escolares, ritos cívicos, como o Dia da Bandeira, Dia de Tiradentes, Sete de Setembro, Dia das Mães, dentre outros. As atividades realizadas pelo Grêmio contavam com a participação de alunos de todas as turmas do curso ginásial, que realizavam discursos, apresentavam biografias, a participação dos professores, e de autoridades políticas e religiosas da cidade.

Discursar nas solenidades cívicas, conforme o pensamento da época, era espaço reservado aos homens, educados para assumir cargos administrativos, e às mulheres estavam reservados os papéis de mães e esposas (CASTELO BRANCO, 2013). Além da relevância simbólica, a participação nesses eventos dava visibilidade externa à escola, apresentando a desenvoltura de seus alunos na arte da oratória para a sociedade parnaibana.

As instituições de ensino, especialmente o ensino secundário, tiveram papel importante nesse projeto de construção da identidade nacional, introduzindo na formação escolar dos jovens uma educação cívica, por meio de símbolos e ritos presentes na cultura escolar das instituições educativas que conforme

assinala Catroga, “ritos cívicos tinham por principal papel *religar* os indivíduos entre si, através da produção de sentimentos de identidade e de pertença” (CATROGA, 2005, p. 96).

O grêmio do Ginásio São Luiz Gonzaga produziu uma revista chamada de Argos, publicada pela primeira vez em comemoração da formatura da segunda turma do curso ginásial, em 1943. A capa da primeira revista foi ilustrada com a embarcação em meio à imensidão do mar e os rochedos, simbolizando as dificuldades enfrentadas pelos alunos/argonautas e as dificuldades encontradas durante a longa travessia, as lutas diárias enfrentadas pelos alunos nos quatro anos do curso ginásial, na condição de internos, semi-internos ou externos.

A revista apresentada como “porta-voz” dos alunos, ao saudar a pátria brasileira evidencia que além da mitologia grega, a educação cívica mediada pelo uso de um conjunto de símbolos e rituais, faziam parte da formação educacional recebida pelos gremistas, influenciando a escolha do nome de Tiradentes, para o grêmio escolar. A educação cívica não foi uma exclusividade dos alunos do grêmio escolar do Ginásio São Luiz Gonzaga, nas primeiras décadas do século XX, após a Proclamação da República, os republicanos brasileiros no seu desejo de legitimar o novo regime, investiram na redefinição da identidade nacional, com a instituição de um conjunto de símbolos nacionais, como: bandeira, o hino, heróis e rituais com realização de desfiles e festas cívicas. (CARVALHO, 1990).

As práticas culturais realizadas pelo grêmio, incluindo desde a escolha de sua presidência até a publicação de revistas e jornais, promovia além de uma educação intelectual, tendo em vista a leitura de clássicos da cultura greco-romana, mas também uma educação cívica, moral, política e religiosa. Durante as reuniões, os alunos eram incentivados a conhecer e discutir temas, como: política, economia, meio ambiente, saúde, família, incentivando os alunos a conhecer e discutir temas considerados importantes para o país. Essas práticas despertavam e incentivavam o sentimento patriótico e nacionalista, em consonância com o pensamento de Julia, para quem a cultura escolar com suas “normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização)” (JULIA, 2001, p. 10).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Grêmio Cívico Literário Tiradentes desenvolveu papel importante na formação intelectual, moral, cívica e religiosa dos alunos por meio do desenvolvimento de atividades como organização de datas comemorativas, a participação das festas cívicas realizadas na cidade e a organização e publicação de periódicos como revistas e jornais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-lei n.º. 4.244 de 9 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário. Rio de Janeiro, 1942.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república brasileira**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres Plurais: a condição feminina na primeira república**. 3ª ed. Teresina: Edufpi, 2013.

CATROGA, Fernando. **Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo**. Fortaleza: Edições NUDOC, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Ates do fazer. Petrópolis: RJ: Vozes, 2003.

COSTA, Eliezer Raimundo de Sousa. **Os grêmios escolares e os jornais estudantis: práticas educativas na Era Vargas (1930-1945)**. 249f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

ESTATUTOS do Instituto São Luiz de Gonzaga. **Diário Oficial**, Teresina, ano XI, n. 27, p. 11, 1º de fev. 1939.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-44, jan./jun. 2001.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX: (ensino primário e secundário no Brasil)**. São Paulo: Cortez, 2008.

EDUCAÇÃO E IMPRENSA: REGISTROS SOBRE A EDUCAÇÃO LUDOVICENSE NOS JORNAIS ALVORADA E O UIRAPURÚ (1942-1946)

Hellen Silva Carneiro Ferreira
UFPI

INTRODUÇÃO

O referente trabalho trata-se de uma pesquisa em andamento e justifica-se por fornecer subsídios para o estudo sobre a educação maranhense através de jornais estudantis de circulação na capital São Luís entre os anos de 1942, período de vigência da Lei Orgânica do Ensino Secundário, a 1946, implantação da nova constituição que “estabelecia que a União cabia legislar sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (ROMANELLI, 1986, p. 170). Partimos dessa perspectiva, por serem os jornais impressos instrumentos relevantes para a construção da história da comunicação ao repertoriar o cotidiano de uma sociedade deixando pistas sobre as suas relações com as instâncias de poder. A partir dos impressos é possível conceber traços significativos dos discursos na rotina de uma sociedade (ARAÚJO; GATTI JR., 2002). A pesquisa, portanto, tem o propósito de investigar a educação maranhense através de jornais estudantis entre os anos de 1942 a 1946. E como objetivos específicos, analisar a expansão do ensino secundário em São Luís/ MA e investigar o conteúdo produzido nos periódicos estudantis.

METODOLOGIA

Para repertoriar esse estudo, recorreremos a pesquisa documental, pois segundo Carlo Ginzburg (1989) discute a importância do olhar do pesquisador sobre os pormenores da investigação e da documentação. O desenvolvimento desse trabalho, fundamentou-se através dos estudos de Araújo e Gatti Jr (2002), Castro e Castellanos (2010), Chartier (1988), Le Goff (2013), Nóvoa (1993), Magalhães (2014), Romanelli (1986) e Souza (2008), assim como Leis e Decretos que serviram como corpus documental da política educacional maranhense.

As pesquisas por meio dos jornais como “ importante fonte primária” (LUCA, 2008, p. 117) proporcionou informações sobre a temática em questão, assim como o contexto educacional, político e social. Ao buscarmos essas fontes no acervo digital da Biblioteca Pública Benedito Leite, durante o período das Reformas Capanema, encontramos os periódicos: *Boletim Informativo da*

Convenção Batista Maranhense (1943), Jornal do Comércio (1944), A Juventude (1946, contudo encontramos disponível apenas 1 impresso que data do ano de 1957), A Tarde (1946), Trabalhista (1946), Alvorada (1946) e O Uirapurú (1946). Entretanto, nessa pesquisa, tomamos com fonte os jornais *Alvorada e O Uirapurú*, organizados por estudantes e por circularem no interior de escolas referências do ensino secundário no período, *Liceu Maranhense e Ateneu Teixeira Mendes*¹. Essa escolha nos permitiu ter acesso aos pronunciamentos acerca do cotidiano escolar, através das movimentações dos grêmios estudantis, poemas, torneios esportivos e posicionamentos políticos, de uma instituição pública e privada que eram compostas por estudantes da elite maranhense.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O jornal estudantil *Alvorada*, órgão oficial do Centro Liceísta era composto por artigos científicos, textos literários, poemas escritos por alunos da instituição, professores, convidados de outros centros, além de textos em homenagens às personalidades maranhenses, solenidades que aconteciam no interior e aos arredores da escola e propagandas. Assim como *O Uirapuru*, jornal do órgão oficial do Centro Cultural “Humberto de Campos”, utilizando suas páginas para “propagar os seus serviços em prol da mocidade” (*O UIRAPURÚ*, 1946, p. 1).

A imprensa escrita como fonte para a análise de discursos e investigação dos interesses sociais tem significativa importância para a compreensão dos processos educacionais. Os jornais estudantis maranhenses, como fontes de pesquisa para a História da Educação, viabilizam informações, em âmbito educacional, acerca do cotidiano escolar, suas práticas e de “vêr a mocidade maranhense continuando a manter bem vivo no presente, o nome de Atenas brasileira que nos foi legado pelo esforço, cultura e dedicação de nossos antepassados” (*O UIRAPURÚ*, 1946, p.1).

Os jornais produzidos pelos estudantes, possibilitavam troca de ideias, o resgate de uma geração intelectual que não publicavam “os seus trabalhos por circunstâncias de ordem pessoal ou porque não dispõem de lugar na imprensa”

1 Cabe destacar a escolha desses jornais devido a notoriedade do Liceu Maranhense e os jornais publicados por seus estudantes no processo de revigoramento da Atenas Brasileira, além de ter sido o primeiro colégio público de ensino secundário em São Luís (AQUINO, 2016); E o Ginásio Ateneu Teixeira Mendes, escola particular fundada em 1931, fundado por Francisco Solano de Oliveira Rodrigues, Lauro Pastor de Almeida e Milton Paraíso. (*O UIRAPURÚ*, 1946, p.1). Além de serem os periódicos estudantis disponíveis no acervo digital da Biblioteca Benedito Leite, entre os anos de 1942-1946.

(JORNAL ALVORADA, 1946, p.1), ademais, relatos de acontecimentos no âmbito educacional, social e cultural, além do “desabrochamento de inteligências escondidas” dos estudantes da época (JORNAL ALVORADA, 1946, p.1).

Os estudantes recorriam aos jornais para suas publicações literárias, críticas à sociedade, além de discorrer sobre os acontecimentos escolares, como: eleições para os grêmios estudantis, torneios esportivos, homenagens a professores e colegas. As redações eram compostas de estudantes que compunham os grêmios, assim como o movimento estudantil da cidade.

Para maior compreensão do cotidiano escolar através dos discursos dos estudantes nos jornais, buscamos a História cultural para nos fundamentar os fenômenos históricos pelas representações e práticas sociais, como por exemplo, o “estudo dos objetos escritos, manuscritos e impressos ou ao estudo das práticas culturais” (MAGALHÃES, 2014, p.420).

Diante disso, as investigações por meio dos impressos, no âmbito da história da educação nos leva a refletir que “o interesse da memória coletiva e histórica já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, aos acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar. Interessa-se por todos os homens, suscita uma nova hierarquia, mais ou menos implícitas no documento” (LE GOFF, 2013, p.530).

A imprensa periódica estudantil concede ao pesquisador um lugar para que as vozes fossem ouvidas, vozes que ecoavam nas instituições escolares como objeto para estudos na área educacional. Ademais, acessar esses discursos através de fontes privilegiadas proporcionou uma significativa investigação sobre a imprensa estudantil maranhense e o cotidiano nas instituições de ensino, viabilizando pesquisas posteriores no âmbito da História da Educação. Os impressos analisados trouxeram possibilidades de percepção sobre os jovens representantes da classe estudantil ludovicense, assim como suas ideias e produções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jornais *Alvorada* e *O Uirapuru* permitiram perpassar educação maranhense, mais precisamente nessa pesquisa, o ensino secundário, durante os anos de 1942 a 1946, através das vozes de estudantes e dos professores, assim como compreender parte da organização dos sujeitos escolares, o apreço pela literatura, críticas ao processo de expansão escolar e a cultura dos jovens ludovicense.

Aspira-se que este trabalho colabore para futuros estudos relacionadas a História da Educação, a nível nacional e local e, que sirva como fonte de pesquisa e direcionamento para estudantes, professores, historiadores, e por todos aqueles que buscam compreender sobre os significativos acontecimentos no sistema educacional.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa.** Campinas/ SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil** (de 18 de setembro de 1946). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 17 out. 2021.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In _____.
Mitos, Emblemas e Sinais. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução Bernardo Leitão. [et al.]. – 7ª ed. Revista – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos, por meio dos periódicos;** In: PINSKY, Carla Bassanesi (org). **Fontes Históricas.** 2ª ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2008.

MAGALHÃES, Justino. Cinco questões a Roger Chartier. **Cadernos de História da Educação.** Trad. Mariana Gomes da Costa. v. 13, n. 2, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/viewFile/29082/16120>. Acesso em: 10 de nov. 2021. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil.** 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

FONTES

JORNAIS

ALVORADA. **Caros Liceístas.** Ano 1, num. 1, São Luís, 10-de maio de 1946.

ALVORADA. **Máquina.** Ano 1, num. 1, São Luís, 10-de maio de 1946.



ALVORADA. **Jornal de Estudantes**. Ano 1, num. 4, São Luís, 15-de julho de 1946.

O UIRAPURÚ. **Ginásio Teixeira Mendes**. Ano 1, num. 3, São Luís, 04-de novembro de 1946.

O UIRAPURÚ. **Estatuto do Centro Cultural “Humberto de Campos**. Ano 1, num. 3, São Luís, 04-de novembro de 1946.

FOLHETOS DE DIVULGAÇÃO COMO FONTE DE PESQUISA PARA O ESTUDO DO DESPORTO¹ NO MUNICÍPIO DE LEIRIA (PORTUGAL, 1928-1963)

Bruna Sofia Morte da Silva Santos

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – IPLeiria, Portugal

Carolina Baêta Santos

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – IPLeiria, Portugal

Pedro Gil Frade Morouço

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais – IPLeiria, Portugal

Virgínia Pereira da Silva de Ávila

Universidade de Pernambuco – UPE, Brasil

INTRODUÇÃO

Em 2022, Leiria, cidade portuguesa e capital do distrito homônimo, situada na província da Beira Litoral e sede da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, será capital europeia do desporto. Neste trabalho, apresentam-se resultados parciais de investigação histórico-documental realizada ao abrigo do Arquivo Distrital de Leiria, acerca das atividades desportivas anunciadas em panfletos de divulgação, autorizadas pelos órgãos competentes. O projeto conta com financiamento do Fundo de Apoio Social ao Estudante do Politécnico de Leiria.

OBJETIVO

Analisar as modalidades, o ano e a quantidade de atividades desportivas divulgadas nos folhetins entre os anos de 1928 e 1963, considerando aspectos como a implantação dos desportos em Leiria, o seu acesso em questões de gênero, hierarquia e extinção de algumas modalidades.

1 Optamos por registrar aqui a nomenclatura Estudo do deporto (Estudo do esporte) em referência à grafia do português de Portugal pela recorrência nos documentos históricos.

METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa quali-quantitativa. De acordo com Fonseca (2002, p. 20), “A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente. De natureza básica, isto é, seu objetivo é gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva e explicativa. Para Gil (2007), este tipo de pesquisa preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos (GIL, 2007, *apud* GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

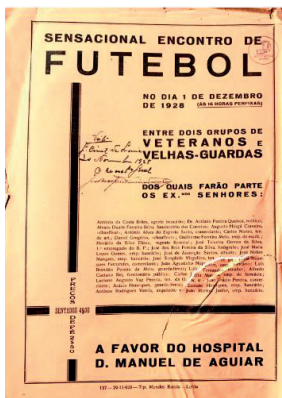
Quanto aos procedimentos, a pesquisa é documental.

A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32 *apud* GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

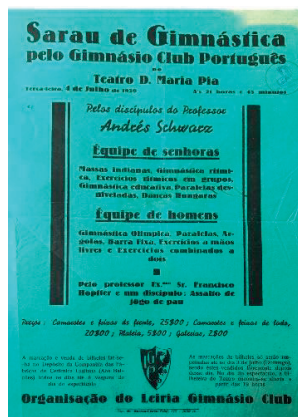
No Arquivo Distrital de Leiria foram localizados 356 panfletos sobre desporto no período de 1928 a 1963. Os dados foram organizados em Tabelas com modalidades ano e quantidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os folhetos estão acondicionados em uma caixa, organizados em pastas separadas por ano, referência PT/ADLRA/AC/GCLRA/H-B/001/00011. Dep. III54-c3. Os folhetos possuem em média 20 cm de largura e 30 de comprimento, e confeccionados em papel manteiga, nas cores rosa, verde, azul, laranja e amarelo.



1928



1939



1948



1950



1963

Após o levantamento, a digitalização, observação e análise dos documentos relativos aos anos de 1928 e 1963, foi possível elaborar um quadro (tabela 1, abaixo) com a organização dos dados.

Tabela 1 - Folhetos (1928-1963)

| MODALIDADE | ANO | QUANTIDADE | MODALIDADE | ANO | QUANTIDADE |
|------------------|------|------------|------------------|------|------------|
| Futebol | 1928 | 2 | Hoquei em Patins | 1954 | 10 |
| Futebol | 1929 | 9 | Futebol | 1955 | 30 |
| Ginástica | 1939 | 1 | Hoquei em Patins | 1955 | 9 |
| Basquetebol | 1941 | 3 | Futebol | 1956 | 32 |
| Futebol | 1945 | 6 | Basquetebol | 1956 | 3 |
| Futebol | 1946 | 3 | Futebol | 1957 | 31 |
| Futebol | 1947 | 5 | Basquetebol | 1957 | 4 |
| Futebol | 1948 | 15 | Hoquei em Patins | 1957 | 2 |
| Basquetebol | 1948 | 1 | Futebol | 1959 | 1 |
| Futebol | 1949 | 5 | Futebol | 1960 | 19 |
| Futebol | 1950 | 11 | Basquetebol | 1960 | 2 |
| Basquetebol | 1950 | 1 | Futebol | 1961 | 9 |
| Hoquei em Patins | 1950 | 15 | Hoquei em Patins | 1961 | 2 |
| Ginástica | 1950 | 2 | Basquetebol | 1961 | 4 |
| Ciclismo | 1950 | 1 | Futebol | 1962 | 7 |
| Futebol | 1952 | 15 | Futebol | 1963 | 19 |
| Hoquei em Patins | 1952 | 8 | Hoquei em Patins | 1963 | 15 |
| Basquetebol | 1952 | 15 | Luta Livre | 1963 | 1 |
| Futebol | 1954 | 33 | Basquetebol | 1963 | 1 |
| Basquetebol | 1954 | 4 | | | |
| Total 356 | | | | | |

Fonte: Tabela elaborada pelos(as) autores(as) (2022).

Em 1928, o primeiro panfleto é sobre futebol, anunciando um jogo para beneficiar um hospital. Podemos observar algumas mudanças nos anúncios, como por exemplo, o acordo ortográfico que, com o passar dos anos, a palavra como futebol matinha a grafia diferente (de 1928 a 1947 escrevia-se foot-ball), basquetebol (de 1941 a 1948 usava-se a palavra Basket-ball) e hóquei (de 1950 a 1954 esse desporto era escrito como oquei ou Óquei).

É em 1941 que aparece o primeiro panfleto alusivo à prática desportiva feminina, referente a um Torneio de Lance Livre.

Já o ano de 1950 foi bastante evolutivo para o desporto em Leiria, começando com a Inauguração do Rink de patinagem do Ateneu Desportivo de Leiria, que veio trazer à cidade o início da prática de Hóquei em Patins. Iniciaram-se também os espetáculos de Luta Livre Americana. Foram feitas várias comemorações que consistiam em percursos de ciclismo, gincanas, jogos de futebol, basquetebol, ping-pong, dentre outros. Salientamos, que 1950 é o único ano estudado que contém um panfleto no qual se anunciou um jogo de voleibol, a modalidade não é mencionada em mais nenhum ano;

Com o passar dos anos, averiguou-se que de fato o hóquei foi um desporto que ascendeu bastante nos primeiros três anos após a inauguração do Rink, no entanto a partir de 1954 começou a deixar de se falar em tal modalidade. Voltou a ascender novamente em 1963.

Em 1963 examinou-se a existência de inúmeros papéis como a autorização do delegado da inspeção de espetáculos, o Dr. Ruy Acácio da Silva Luz;

Foi também a partir de 1963 que começou a ser dada a autorização para a realização dos espetáculos por meio da Direção Geral de Educação, Desportos e Saúde Escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do período estudado, verificamos a prevalência do futebol sobre os outros desportes. De todos os clubes em Leiria, o Futebol Clube Marrazes (antigo Sport Marrazes Club) foi o clube que mais se destacou em todos os a partir de 1945.

Embora todos os anos sejam marcados pelo elevado número de jogos de futebol, face aos de outras modalidades, a partir de 1960 os jogos de futebol anunciados começam a ter um impacto diferente. Até à data, só foram anunciados jogos entre clubes da região, maioritariamente, mas começaram a aparecer cada vez mais jogos Regionais, Distritais, Taça de Portugal, dentre outros, sendo, por isso, difícil de identificar algum jogo com equipas de Leiria. No entanto, quando é mencionada alguma equipa de Leiria, aparece com recorrência o Futebol Club Marrazes.

Foi em 25 de abril de 1960 que apareceram panfletos do primeiro jogo de basquetebol feminino, sendo esse jogo a Final do Campeonato Nacional.

Este trabalho, em fase inicial, possibilitou pensar a capital europeia do desporto em sua dimensão histórica. Certamente, estudos mais aprofundados sobre a participação feminina nas práticas desportivas, bem como modalidades como a pesca esportiva e outras não mais praticadas, trariam contribuições importantes não somente para a formação dos estudantes de licenciatura do curso de Deporto e Bem-Estar da Escola Superior de Educação e Ciências e Sociais do Politécnico de Leiria, como para a comunidade em geral.

REFERÊNCIAS

Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REVISÃO NECESSÁRIA PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL E NO PIAUÍ NOS ANOS DE 1970 A 1996

Francisca Lidiane de Sousa Lima
Universidade Federal do Piauí-UFPI.
lidianefca@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como proposta discutir sobre os aspectos legais e históricos da formação de professores e as políticas públicas direcionadas para a educação de surdos no Brasil e no Piauí, entre os anos de 1970 a 1996, uma vez que, foi nesse período que ocorreu uma ampla discussão em torno da institucionalização da educação especial e das políticas públicas, bem como a formação de professores para atender as pessoas com deficiência, incluindo os deficientes auditivos ou surdos, em seu processo histórico de lutas sociais e educacionais.

Desse modo, o nosso trabalho foi delimitado em torno do tema, formação de professores e as políticas públicas para a educação de surdos, tendo como título, formação de professores e as políticas públicas: uma revisão necessária para a educação de surdos no Brasil e no Piauí entre os anos de 1970 a 1996.

Partindo dessa temática, é que tentaremos fazer um estudo bibliográfico e necessário, sobre a história da formação docente e das políticas públicas para a educação de surdos, voltando nosso olhar macro para as discussões em torno do Brasil e mais especificamente para o Piauí, mostrando seus avanços e retrocessos, uma vez que os surdos, por muitos anos, passaram a ser uma classe marginalizada e excluída no campo social, político, cultural e principalmente educacional, uma vez que isso é notório, devido a carência de pesquisas sobre a história da educação dos surdos, em especial a nível de Piauí¹, o que justifica o nosso estudo em torno da temática em questão.

1 Ver dissertação de Mestrado em Educação: Processo de Escolarização dos Surdos no Piauí: História e Memória da Escola de Educação Especial prof.^a Consuelo Pinheiro (1970-1996) de Fátima Letícia da Silva Gomes.

OBJETIVOS

O trabalho tem como objetivo geral, analisar a formação de professores e as políticas públicas para a educação de surdos no Brasil e no Piauí, no período de 1970 a 1996, tendo como objetivos específicos, compreender a trajetória histórica da formação de professores para educação de surdos no Brasil e no Piauí, de 1970 a 1996; verificar as principais políticas públicas da educação especial que contribuíram para a educação de surdos no Brasil e no Piauí, durante o período de 1970 a 1996; destacar os avanços e retrocessos da formação de professores e das políticas públicas, para a educação de surdos no Brasil e no Piauí, no período de 1970 a 1996.

METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos, utilizaremos como metodologia a pesquisa bibliográfica, em torno de obras, artigos, teses e dissertações no sentido de aprofundar teoricamente o nosso tema, utilizando categorias de análise da Nova História Cultural com Burke (1992) e Le Goff (2005); a história da educação da educação especial no Brasil, com os trabalhos de Jannuzzi (2006), Mazzotta (2011), Silva (2012) e na educação especial no Piauí, a pesquisa de Rosado (2010); na história da educação de surdos no Brasil destacamos Rocha (2008), Soares (2000), Damacena (2021) e Moura (2000) e na educação de surdos no Piauí, temos Gomes (2019); Formação de professores para a educação de surdos no Brasil com Muttão (2016), Lage (2015), Gontijo (2020), Ramos (2019) e no Piauí a referência de Farias (2017). Além da análise de documentos normativos propostos pelas políticas públicas da educação especial, direcionadas especificamente para a educação de surdos, no período de 1970 a 1996.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nossa discussão tem início, com as análises das legislações educacionais (LDBEN) de nº 4.024/61 e 5.692/71, como forma de verificar se a formação de professores é contemplada para a educação de surdos a nível de Brasil, até a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), em 1973, passando ainda pela Constituição Federal de 1988 e a LDBEN de nº 9.394/96. Desse modo, tentaremos compreender como essas políticas educacionais brasileiras, promoveram avanços ou não, quanto a formação de professores no Piauí, para a educação de surdos.

A partir da LDBEN de nº 4.024/61, ocorreu uma tentativa de reorganizar o sistema educacional brasileiro. Assim, o Piauí entre os anos de 1966 a 1970, passa a ter mudanças quanto a oferta da educação para pessoas com deficiência, promovendo abertura de fundações e entidades não-governamentais sem fins lucrativos, dirigidas a esse público específico, como por exemplo “a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), a Associação de Cegos do Piauí (ACEP), as congregações religiosas e os clubes de serviços” (GOMES, 2019, p.63), bem como a abertura da Escola de Educação Especial Prof.^a Consuêlo Pinheiro (EEEPCP), inaugurada em 12 de março de 1970, voltada para o atendimento de pessoas com surdez no Estado do Piauí.

É importante destacar que a Lei nº 5.692/71 não menciona “como deveria se dar a formação de professores para educação especial e para a educação de surdos, e nem como deveria ser organizado o ensino para estes educandos” (MUTTÃO, 2016, p. 45). Mesmo após a elaboração do Parecer nº 848/72, organizado pelo Conselho Federal de Educação, que consta entre seus pontos fundamentais, a preparação dos professores e especialistas para trabalhar com os deficientes, em especial os cegos e deficientes mentais, não traz essa preparação para a educação de surdos.

Em 1973, com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), começam a surgir, em algumas regiões do Brasil, cursos de formação de professores para a educação especial, no qual verificamos que em relação a educação de surdos, o primeiro curso para professores, acontece em 1973, a partir dos cursos de Pedagogia, com habilitação em Educação de Deficientes da Audiocomunicação (EDAC), sendo oferecido pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) (MUTTÃO, 2017, p.44). Com isso, em 1975, o Piauí, cria o Serviço de Educação Especial (SESP), através do Decreto nº 2.067, que reorganizou a Secretaria de Educação, ficando ligado diretamente ao Gabinete do Secretário de Educação (GOMES, 2019), implantando classes especiais para os excepcionais, ou seja, para as pessoas com deficiência.

E com a Constituição Federal de 1988 e a LDBEN de 1996, a educação de surdos passa a ter mais visibilidade, no qual percebemos um avanço no Piauí, em especial na década de 90, quanto ao surgimento de “novas entidades não governamentais em prol dos deficientes auditivos no estado, também aumentava a atuação do Governo Estadual na educação especial” (GOMES, 2019, p. 83). Além disso, nos anos 90, tem início, os estudos sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e a educação bilíngue para surdos, como forma de promover a inclusão, a partir do reconhecimento de documentos internacionais como

a Declaração de Salamanca, em 1994, o que contribuiu para incentivar a formação de professores para a educação de surdos no Brasil e no Piauí, em especial para a rede pública regular de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi discutido e apresentado, é possível concluir que a partir de 1970, ainda existe uma fragilidade de políticas públicas, dentro das bases legais e normativas, no sentido de dar visibilidade ao tema formação de professores para a educação de surdos, somente na década de 80 e 90, em especial, após a Constituição Federal de 1988 e a LDBEN de 1996, é que verificamos uma organização do sistema público regular de ensino, como forma de dar oportunidades educacionais apropriadas para as pessoas com deficiências, colocando assim, professores diante de novos desafios, em seu processo de formação para com a educação de surdos, no Brasil e Piauí, o que torna uma revisão urgente e sempre necessária.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n° 4.024 de 1961**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm. Acesso em: 07.out. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília – DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n° 9.394**. Brasília - DF: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 07 de out. 2021.

GOMES, Fátima L. da S. **Processo de Escolarização dos Surdos no Piauí: História e Memória da Escola de Educação Especial Prof.^a Consuelo Pinheiro (1970-1996)**. 2019. 205 f. (Dissertação de Mestrado) – CCE, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

JANUZZI. G. M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XX**. Campinas: Autores Associados, 2006.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova Cultural**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2011.

MUTTÃO, Melaine D. R. **Formação de professores para a educação de surdos: Revisão Sistemática de pesquisas da pós-graduação**. Dissertação de Mestrado em Educação. USP. 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis//59/59140/tde-24042017-105950/pt-br.php>. Acesso em: 07 de out. 2021.

ROSADO, Rosa Maria de Q. **Educação Especial no Piauí - 1968 a 1998: reflexões sobre sua História e Memória**. 2010. 226 f. (Dissertação de Mestrado) – CCE, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS DOCENTES DAS DISCIPLINAS TÉCNICAS DA ETFPI NO PERÍODO DE 1967 A 1999

Samara Maria Viana da Silva Lacerda
IFPI/ samaraviana@ifpi.edu.br

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem sua origem em minha experiência como pesquisadora na área de História da Educação, do que surgiu a necessidade de aprofundar a temática sobre o ensino técnico no Brasil e no Piauí, tendo em vista algumas lacunas presentes na história, especialmente aquelas relacionadas à formação de professores e as práticas pedagógicas adotadas pelos docentes de disciplinas técnicas dos cursos profissionais. Compreendemos que as disciplinas técnicas são as disciplinas da área profissionalizante que compõem a grade curricular dos cursos técnicos.

O interesse em pesquisar esta instituição de ensino se deu pelo fato de ter sido aluna do Ensino Médio desta escola, no período de 2000 a 2002, e ainda por estar desde 2011 trabalhando como professora efetiva na referida instituição de ensino, atualmente Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, ministrando disciplinas para os cursos de licenciatura, a exemplo da disciplina Educação Profissional e Tecnológica, que me fez refletir acerca da história desta instituição, voltando-me especificamente para a prática pedagógica e a formação dos professores que ali trabalhavam.

Nessa perspectiva, o recorte temporal da pesquisa inicia em 1967, quando a Escola Industrial Federal do Piauí passou a ser denominada Escola Técnica Federal do Piauí (ETFPI) e finaliza em 1999, ano em que a escola foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí. Como recorte espacial temos o estado do Piauí, mais especificamente a cidade de Teresina, onde está localizada a escola investigada.

A referida pesquisa apresenta-se relevante pela importância da educação profissional e da ETFPI na sociedade piauiense, considerando seu papel na formação de profissionais qualificados para atuar no mercado de trabalho e na oferta de escolarização para uma parcela da população piauiense.

OBJETIVOS

O objetivo geral desta proposta foi investigar as experiências de formação dos professores das disciplinas técnicas do ensino profissionalizante da Escola Técnica Federal do Piauí, no período de 1967 a 1999. E como objetivos específicos: compreender como se constituiu a prática pedagógica dos docentes das disciplinas técnicas no período pesquisado, bem como conhecer os espaços de formação dos professores da ETFPI.

METODOLOGIA

Neste estudo optamos pela pesquisa historiográfica, por possibilitar a compreensão do passado e a construção de conhecimentos por meio da análise de documentos e da memória dos sujeitos pesquisados. Assim, “[...] pesquisar memórias para construir história exige, hoje, a instauração de um novo tipo de relações com o passado, a partir de novos pressupostos e procedimentos que nos são colocados.” (FÉLIX, 1998, p. 64).

A fonte na pesquisa histórica como indício do passado possibilita ao pesquisador produzir uma reflexão sobre o passado. Desse modo, a História Cultural permite o uso de diversas fontes tais como: imagens, vídeos, jornais, estatísticas etc. O uso de tais fontes se deu nesse tipo de pesquisa a partir do momento em que se passou a vislumbrar novos objetos de estudos, pois “com o alargamento dos temas abordados pela História da Educação [...] os pesquisadores foram, aos poucos, também ampliando o uso das fontes.” (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 80-81).

No presente estudo foi realizada também a pesquisa documental com fontes hemerográficas e documentais, tais como: Fotografias, Questionário para levantamento de necessidades dos cursos emergenciais (1983), Relatório da comissão de verificação do cursos emergencial de licenciatura plena para graduação de professores – Esquema I e II (1990), Relatório anual da ETFPI (1995), Portaria Ministerial nº 339/1970, Decreto Lei nº 655/1969 e demais documentos da Escola Técnica Federal do Piauí, encontrados no arquivo da escola pesquisada, pois de acordo com Belloto (2002), os documentos encontrados nos arquivos escolares testemunham a vida da instituição.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa coletamos informações nos jornais piauienses “O Dia”, conservados no Arquivo Público do Estado – Casa Anísio Brito.

Recorremos ainda à metodologia da história oral para compreendermos o objeto de estudo a partir das testemunhas desses fatos, uma vez que “[...] essa forma de fazer história chama-se oral porque a fonte fala e se fala é

porque o pesquisador (a) pediu que falasse sobre determinado assunto; há uma direcionalidade em relação à fonte, uma pretensão de que fale o que se quer ouvir.” (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 88).

Assim, foram realizadas entrevistas com 03 (três) sujeitos que vivenciaram a dinâmica da ETFPI, como professores(as) ou coordenadores(as), os quais foram localizados pela documentação escolar arquivada. A escolha de sujeitos atendeu aos critérios de: terem ministrado disciplinas técnicas nos cursos da ETFPI e/ou de ter exercido a função de coordenador(a) no período de 1967 a 1999; e aceitarem participar da pesquisa. Destacamos que foi garantido o anonimato dos sujeitos.

Ao catalogarmos os nomes dos possíveis sujeitos da pesquisa, procuramos o contato telefônico deles, o que foi tarefa difícil, pois a instituição não pode passar o número de telefone, por fazer parte do arquivo pessoal do servidor, assim conseguimos contatos de 18 (dezoito) possíveis sujeitos para pesquisa através de amigos e familiares, no entanto alguns números de telefones davam como inexistente ou em caixa postal. Assim, 03 (três) pessoas através do contato telefônico manifestaram interesse em participar da pesquisa. Após agendamento da entrevista realizamos as entrevistas, sendo 02 (duas) realizadas presencialmente e 01 (uma) entrevista virtual através do Google Meet, em virtude da Pandemia da Covid-19.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A formação de professores é importante para o desenvolvimento das atividades docentes, ocorrendo por meio da formação inicial e da formação continuada. A formação dos professores conforme Pacheco e Flores (1999) pode ocorrer tanto em um contexto formativo de formação inicial, como prático. O contexto prático possibilita que os docentes da educação profissional que não tiveram formação para a docência na academia tenham por meio das próprias práticas de ensino, experiências, que possibilitem influenciar sua prática pedagógica. Assim: “Todos os conhecimentos que integram o conhecimento profissional do professor são frutos de uma aprendizagem formal e informal, adquirida ao nível de várias fontes.” (PACHECO; FLORES, 1999, p. 36).

A ETFPI no decorrer de sua trajetória encontrou algumas dificuldades para seu funcionamento, entre estas destaca-se a carência de docentes qualificados para ensinar nos cursos oferecidos pela instituição. Percebe-se a carência de professores qualificados quando Rego (2009) relata que alguns dos primeiros alunos desta escola se tornaram posteriormente professores dos cursos técnicos. Esta realidade nos faz refletir a prática pedagógica dos professores dos cursos

técnicos ofertados pela Escola Técnica Federal do Piauí, pois alguns não tinham formação pedagógica para ministrar aulas, uma vez que eram formados em cursos profissionalizantes sem nenhuma formação pedagógica.

Nascimento (2007) corrobora com essa afirmação quando relata que as escolas técnicas federais tiveram um aumento considerável no número de matrículas no período de 1963 a 1973, tendo que realizar recrutamento de docentes sem nenhum critério e sem treinamentos.

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, à época Escola Industrial e posteriormente Escola Técnica não foi diferente. Silva (2019) relata que os professores da instituição apresentavam uma formação com base em conhecimentos adquiridos na própria escola que os habilitou a trabalharem nos cursos de 1º ciclo, o industrial básico. O perfil desses profissionais foi se alterando a medida que participavam de cursos de aperfeiçoamento ofertados pela escola.

Notamos assim, que alguns professores da educação profissional, embora não possuíssem os conhecimentos pedagógicos necessários ao exercício da docência, detinham outros tipos de conhecimentos, específicos de sua formação, que adquiriram na formação técnica de nível médio, que também constituíam a sua profissionalidade, pois conforme Pacheco; Flores (1999, p. 19), o professor para ensinar “dispõe de diversos saberes ou conhecimentos organizados em diversas dimensões e delimitados por critérios de profissionalidade”.

Com a contratação de professores atuando no ensino técnico sem a devida formação pedagógica, houve a necessidade da Escola Técnica Federal do Piauí preparar seus professores, capacitando-os com conhecimentos didático-pedagógicos, uma vez que estes não possuíam em sua totalidade a referida formação.

CONCLUSÕES

A ETFPI no decorrer de sua trajetória encontrou algumas dificuldades para seu funcionamento, como a carência de docentes qualificados para ministrar aulas nos seus cursos profissionalizantes. Assim, através desta pesquisa observamos que a Escola Técnica contratou profissionais formados pela própria escola, apenas com formação técnica de nível médio como docentes. Tais professores não possuíam os conhecimentos pedagógicos necessários ao exercício da docência, mas possuíam conhecimentos específicos da sua formação que constituíam sua profissionalidade.

Constatamos através desta pesquisa que por meio do Decreto Lei nº 655/1969, o Ministério da Educação e Cultura passou a organizar e coordenar cursos superiores específicos para formação de professores para o ensino técnico. Assim, através do Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal

para Formação Profissional foram oferecidos cursos de Esquema I e II aos docentes da ETFPI. Ademais, a ETFPI proporcionou outros espaços de formação continuada aos seus docentes, como: encontros pedagógicos, cursos de curta duração, e cursos de pós-graduação.

Portanto, concluímos que a prática pedagógica dos professores das disciplinas técnicas do ensino profissionalizante da ETFPI eram tradicionais, caracterizadas pela transmissão de conhecimento e práticas de memorização e observação. Concluímos ainda que as aulas eram centradas no domínio do saber fazer, onde se dava ênfase nas aulas práticas para que os alunos através do trabalho manual adquirissem as habilidades necessárias a sua formação.

REFERÊNCIAS

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes** – tratamento documental. 2ª ed., Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002.

LOPES, Eliane Marta T.; GALVÃO, Ana Maria O. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NASCIMENTO, Osvaldo Vieira do. **Cem anos de Ensino Profissional no Brasil**. Editora IBPEX: Curitiba, 2007.

PACHECO, José Augusto; FLORES, Maria Assunção. **Formação e avaliação de professores**. Porto: Porto Editora, 1999.

REGO, Vilson Ribamar. **100 fatos de uma escola centenária**. Teresina: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, 2009.

SILVA. Nina Maria da Guia de Sousa. **Escola para os Filhos dos Outros:**

Trajetória Histórica da Escola Industrial de Natal (1942-1968). João Pessoa/PB: IFPB, 2019.

HISTÓRIA DO ENSINO SECUNDÁRIO NO NORDESTE: MAPEAMENTO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Aline Carla de Sousa Leite Cipriano
UFPI- alineleiteadv@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Ensino Secundário no Brasil adotou diversos nomes que se associam a legislação vigente nos determinados períodos históricos, em virtude disso sendo complexo sua definição, de forma geral podemos entendê-lo como ensino posterior a educação fundamental, recebendo denominações como instrução secundária, educação ginásial, curso secundário fundamental, ensino de 2^a grau, assim variando também a nomenclatura das suas instituições conhecidas historicamente como liceus, colégios e ginásios (ROMANELLI, 1986).

Desde a implantação das primeiras escolas de Ensino Secundário no Brasil que se inicia com o Colégio Pedro II em 1837, seguindo inspiração francesa e na região Nordeste com o Liceu de Pernambuco, teremos uma história educacional marcada pela elitização desta modalidade de ensino, uma vez que só as classes abastardas tinham possibilidades de estudo, tal condição fazia da educação nesta etapa um quadro de disputas políticas por projetos (CASTRO, 2019).

Em virtude da importância social que as escolas de Ensino Secundário adotaram no Brasil, uma vez que seria a forma de acesso ao ensino superior, por conseqüente galgar os melhores espaços sociais, os Ginásios destinados a este nível de ensino passaram a ser foco de pesquisa de programas de pós-graduação *stricto sensu*, revelando o monumento como fonte, e a significância social deste espaço formador da elite local antiga, como inspiração de estudos.

O presente artigo objetiva discutir as publicações que tratam sobre a História do Ensino Secundário no Nordeste. Trata-se de uma pesquisa de levantamento bibliográfico. A localização das dissertações foi feita por meio do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES, na qual foram encontradas 12 (doze) produções publicadas entre os anos de 2016 e 2020, apenas uma tese da Reis (2017). Para análise das publicações, foram levados em consideração critérios como locais de produção dos estudos, relação direta com o tema da pesquisa, programa de pós-graduação em educação e níveis da modalidades de ensino.

Para melhor entendimento da temática foram construídas três categorias, sendo elas: história das instituições escolares, imprensa escolar e disciplina escolar. Essas categorias possibilitam uma visualização dos assuntos mais abordados, permanências e lacunas presentes no percurso científico.

A motivação para o desenvolvimento desta pesquisa decorre do interesse da autora em conhecer a história do Ensino Secundário, servindo o estudo para fundamentar a pesquisa a ser desenvolvida no programa de doutorado.

A pesquisa visa contribuir neste campo teórico de conhecimento que é a história do Ensino Secundário na região Nordeste, apontando aspectos significativos das produções científicas desenvolvidas, evidenciando as condições das produções histórico-educacionais, pedagógicas da área, suas ampliações, limitações e problemáticas, visando reflexões sobre as mesmas.

OBJETIVOS

Identificar as publicações que tratam sobre a História do Ensino Secundário no Nordeste no período de 2016 a 2020.

Mapear a produção científica sobre o Ensino Secundário no Nordeste brasileiro.

Categorizar as produções levantadas sobre a história do Ensino Secundário na região Nordeste.

Conhecer o referencial teórico que fundamenta as escritas sobre ensino secundário.

METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo deste estudo, selecionou-se como modalidade principal de pesquisa a análise de conteúdo com base em Bardin (2006), que permitiu a categorização e análise sistemática, como se verá na sequência.

A pesquisa bibliográfica se fez por meio do mapeamento e análise da produção científica, sendo possível construir o levantamento das produções publicadas na região Nordeste do Brasil sobre a história do Ensino Secundário no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

É importante destacar que usamos como critério temporal de busca das produções o período de cinco anos, entre 2016 a 2020, a grande área do conhecimento nas ciências humanas, área do conhecimento educação. Em consonância com estes critérios de filtro foram selecionados 112 pesquisas, entretanto após leitura dos resumos foi possível constatar que apenas 12 estudos versavam de forma específica sobre o tema.

Com intuito de melhor estruturaração do estudo em evidência, foram propostas as seguintes questões norteadoras: quais produções acadêmicas disponibilizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES que tratam sobre Ensino Secundário no Nordeste? Quais são os temas mais focalizados? Como estes temas têm sido abordados? Esses questionamentos serão respondidos por meio da descrição e análise de dados e resultados no tópico seguinte.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o intuito de conhecer as dissertações publicadas, utilizamos o descritor entre aspas: “Ensino Secundário”, assim, em resposta ao levantamento, foram localizados os estudos descritos no Quadro 1 constando o ano de publicação, autoria, título das dissertações analisadas e categorias.

Quadro 1 – Ano de publicação, autoria, título e categorias das dissertações analisadas sobre ensino secundário no nordeste.

| ANO | AUTOR | TÍTULO/INSTITUIÇÃO | CATEGORIAS |
|------|----------------------------------|--|---------------------|
| 2020 | SILVA, Rogério de Medeiros | O Ensino Secundário no Piauí em páginas de jornais (1942-1971)/ UFPI | Imprensa Escolar |
| 2016 | SANTOS, Maria Edna | A congregação do ATHENEU sergipense (1871-1875)/ UFS | Instituição Escolar |
| 2016 | COSTA, Juliana Brondani da | Ginásio parnaibano: história e memória (1927-1959)/ UFPI | Instituição Escolar |
| 2016 | RODRIGUES, Cibele de Souza | O porvir, jornal literário e recreativo: propriedade de uma Associação de estudantes do Atheneu sergipense (1874)/ UFS | Imprensa Escolar |
| 2016 | FURTADO, Luciana Nathalia Morais | A imprensa estudantil liceísta maranhense na primeira república (1907-1930)/ UFMA | Imprensa Escolar |
| 2017 | SILVA, Waldinei Santos | Written in black and white” O ensino de língua inglesa no Atheneu sergipense (1870 – 1877)/ UFS | Disciplina Escolar |
| 2019 | SILVA, Wênia Mendonça | A pedagogia musical do canto orfeônico e a sua configuração como disciplina escolar no Atheneu sergipense (1931-1956)/ UFS | Disciplina Escolar |
| 2020 | FONTES, Jirlan Costa | A disciplina História da Civilização no Atheneu sergipense entre os anos de 1938-1943/ UFS | Disciplina Escolar |
| 2017 | REIS, Amada de Cassia Campos | O Ensino Secundário Ginásial no Piauí republicano: revelando a cultura escolar do ginásio municipal oeirense (1952-1969)/ UFPI | Instituição Escolar |

| | | | |
|------|--------------------------------------|--|---------------------|
| 2019 | SOUSA, Higo Carlos Meneses de | Um Ginásio para mocidade picoense: a cultura escolar de uma instituição de ensino secundário (1950-1971)/ UFPI | Instituição Escolar |
| 2017 | ALMEIDA, Sayonara do Espírito Santos | Economia doméstica: uma disciplina escolar no secundário ginásial sergipano do Atheneu sergipense (1944-1954)/ UFS | Disciplina Escolar |
| 2017 | SANTOS, Alex Sandro Salvador dos | Uma leitura político social da legislação escolar: o estatuto do Liceu Provincial da Bahia de 1841/ UEBA | Instituição Escolar |

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados extraídos da CAPES.

No ano de 2016 e 2017 contaram com o maior número de publicações, no total 4 (quatro) cada, seguindo 2019 e 2020 com duas publicações.

No que tange à origem dos trabalhos analisados ressalta-se que as dissertações e teses foram publicadas em 4 (quatro) instituições públicas de ensino superior, quais sejam UFS, UFPI, UFMA, UEBA), onde a UFS é possuidora de 50% dos estudos publicados e UFPI com 33% de produções, isso está relacionado a história destes programas, sendo uns dos primeiros da região Nordeste e que possui significativa aceitação e respaldo, em virtude das avaliações da CAPES.

As publicações utilizam direta ou indiretamente a base teórica da Nova História ou da História Cultural, evidenciando formas mais atuais de interpretação da mesma, apoiando-se na crítica da visão reducionista da história, ampliando as possibilidades de uso das fontes históricas (LE GOFF, 1990).

As novas teorias históricas inspiradas pela *Escola dos Annales* a partir do séc. XX, introduziu formas diferentes de pensar a história, promovendo relação entre esta e as demais ciências, assim como abrindo o leque de possibilidades de fontes aos historiadores, para além dos oficiais (documentos), isso se refletiu na pesquisa em história da educação.

Contudo, ressalta-se que 90% das teses e dissertações de forma explícita mencionam o uso da fonte documental e hemerográfica, porém isso não apresenta-se como contradição ao uso de bases teóricas como Nova História e História Cultural, mas constituição do próprio objeto destas correntes, que não objetivam excluir vestígios, mas ampliar por meio das fontes a possibilidade de conhecer o passado. Desta forma, identificamos o uso da história oral nos trabalhos de Costa (2017) e Reis (2017), assim incorporando outros sujeitos sociais, dando voz a atores esquecidos da história (PESAVENTO, 2003).

Quanto aos teóricos mais abordados nas produções ressaltamos Le Goff, sendo um dos teóricos da Nova História mais citados, discutido em 8 trabalhos, seguido de Burke mencionado em 5 trabalhos, além de Chartier (1998), isso contribui para entendermos a importância em torno das novas abordagens em história.

Neste interim ressalta-se nas produções os nomes de teóricos como Souza (2008), Castro (2006), Haidar (2008), Pessanha (2017), Dalabrida (2017), Nunes (1999), Silva (1969), ao versarem sobre ensino secundário, sobre cultura escolar Juliá (2001, 2011) e Faria (1998), Goodson (1997, 1995), Chervel (1995), quanto a imprensa escolar podemos ressaltar Martins (2012) e Novoa (1997).

Além destes teóricos ressalta-se as leis e decretos que dispunham sobre o Ensino Secundário, a exemplo o Decreto-lei nº 4.244 de 9 de abril de 1942, regulamentava o ensino secundário no Brasil. Outra lei muito discutida é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, passando a denominar o ensino pós-fundamental de Ensino Médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente mapeamento evidencia que no decurso de 2016 a 2020 as produções sobre Ensino Secundário no Nordeste tem se ampliado, demonstrando a maior discussão em torno de categorias como instituição escolar, disciplina e imprensa, em muito possibilitados tais estudos com o aporte das novas abordagens da Nova História e História Cultural que materam relações com as demais ciências sociais e abertura a outras fontes ao processo investigativo.

A pesquisa busca oferecer a novos pesquisadores um arcabouço e concentração de estudos sobre a temática do Ensino Secundário, possibilitando a pesquisa sobre esta temática na região Nordeste.

Evidenciamos que existem lacunas quanto ao estudo do Ensino Secundário, persistindo as temáticas em torno de algumas instituições proeminentes no cenário regional, assim como permanência de fontes históricas, o que podem ser dinamizados por mais pesquisas na área, além de fortalecimento de grupos de pesquisa na linha de história da educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto-lei nº 4.244 de 9 de Abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário. Rio de Janeiro, 1942.

BRASIL. Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação

nacional. In: RAMA, L. M. J. S. *Legislação do Ensino: uma introdução ao seu estudo*. São Paulo: EPU, 1987.

CASTRO, César Augusto. **Ensino secundário no Brasil: perspectivas históricas**. 1. ed. São Luis: Edufma, 2019. v. 1. P. 579.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas. SP. Editora UNICAMP, 1990.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ROMANELLI, Otaiza. **História da Educação**. 8 ed. Vozes: Petrópolis, 1986.

IMPLANTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO PÚBLICO NO PIAUÍ PELA AÇÃO DOS MUNICÍPIOS (1948-1961)

Higo Carlos Meneses de Sousa
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
higomeneses@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O interesse em estudar o ensino secundário começou durante a pesquisa do curso de Mestrado em Educação, que teve como temática: Um ginásio para mocidade Picoense: Cultura escolar de uma instituição de ensino secundário em Picos-PI (1950-1971). Nesse trabalho foi possível o mapeamento dos ginásios existentes no Estado do Piauí até a década de 1970, bem como também possibilitou o acesso a uma série de fontes, contato com várias leituras sobre esse nível de ensino; sobre a instituição educativa e cultura escolar, assim como também o contato com diversos textos produzidos pela historiografia da educação piauiense, que nos fez perceber que estes estabelecimentos tiveram dinâmicas próprias de implantação e organização, seguindo as particularidades e necessidades da região na qual essas instituições estavam instaladas.

Percebemos em que medida os municípios foram crescendo, especialmente sua malha urbana, a população e os políticos da região iam se articulando e reclamando do poder público um estabelecimento de ensino ginásial. Contudo, em levantamento realizado durante o curso de mestrado, foi possível perceber que o crescimento urbano e a importância econômica, no contexto estadual, não eram os principais critérios para se instalar uma escola ginásial em um determinado município, muitas vezes apenas o capital social e/ou político prevalecia.

Ter um ginásio era alvo de desejo de vários munícipes, pois “até então se configuravam em um tipo de escola vinculada aos centros populacionais urbanizados e desenvolvidos, implicando sua criação em um reconhecimento do status da cidade no estado, fato antes marcado pela criação dos Grupos Escolares”. (SOUSA, 2005, p. 90).

A ação do poder público municipal como mantenedor ocorreu de forma mais evidente a partir de 1948, de modo que foram criados ginásios mantidos pelo município nos seguintes locais: 01 – Ginásio Picoense em Picos (1948), 02 – Ginásio Municipal Oeirense em Oeiras (1952); 03 – Ginásio Municipal

Piracuruquense em Piracuruca (1957); 04 - Ginásio Municipal de Altos (1958); 05 - Ginásio Municipal de Pio IX (1961); 06 - Ginásio Municipal de Campo Maior (1961); 07 - Ginásio Municipal de Esperantina (1961); Ginásio Municipal Eurípedes de Aguiar em Teresina (1966) e Ginásio Municipal Santa Maria em Caracol (1961).

Nesse sentido, temos o intuito responder o seguinte problema: Como ocorreu a criação de ginásios públicos a partir da ação dos municípios no Piauí? O recorte temporal se justifica por ser o período no qual essas escolas foram criadas. Entendemos por implantação a criação desse nível de escolaridade onde antes não havia nenhuma escolar do gênero e por organização entendemos as condições iniciais de funcionamento como espaço físico e composição do quadro docente. Para a realização desta investigação, foram utilizados referenciais teóricos e metodológicos pautados nos ensinamentos da Nova História Cultural e da Sociologia política, tomando como base as contribuições propostas por, Norberto Bobbio (1986, 2005), Lopes (2011, 2017); Flávio Heinz (2006), Jayme Abreu (1955); Geraldo Bastos Silva (1969); Marília Sposito (2001); Celso Beisiegel (2006); Clarice Nunes (1980), Natália Gil (2019) entre outros. Como fontes utilizamos legislação federal e municipal que tratam da criação, manutenção e organização dos estabelecimentos de ensino estudadas, mapas dos municípios produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, fontes hemerográficas, principalmente o Jornal O Piauí e historiografia dos municípios estudados, especificamente livros de História das cidades.

OBJETIVOS

O objetivo geral do artigo é analisar por meio de um estudo comparado o processo de implantação e organização do ensino secundário público do Piauí pela ação dos municípios entre 1948 e 1961. Por objetivos específicos estão: 1 – Conhecer o processo de expansão do ensino secundário público no Piauí com ênfase na ação dos municípios; 2 – Identificar as condições materiais e pedagógicas de funcionamento inicial desses estabelecimentos de ensino.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta proposta de pesquisa foi indispensável o uso da pesquisa bibliográfica e documental. Levando em conta o caminho metodológico que percorremos. O primeiro passo foi localizar as fontes, pois Bacellar (2015, p. 51) afirma que “o iniciar da pesquisa exige a localização de fontes”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho é oriundo de pesquisa de doutoramento em andamento, no entanto podemos apresentar os seguintes resultados parciais: Identificamos que, mesmo público municipal tendo assumido o ciclo ginásial inicialmente em algumas localidades, essas escolas foram implantadas a partir de estratégias diversas. Contudo todas elas, exceto Caracol e Oeiras, foram incorporadas, anos mais tarde, a rede estadual de ensino e mesmo enquanto permaneceram ginásios municipais, algumas destes receberam recursos do governo do estado e federal. Quando Francisco das Chagas Caldas Rodrigues assumiu o governo do Piauí em 1959, foi feita a promessa de aumentar o número de escolas públicas estaduais que ofertassem o ensino secundário.

Dessa forma, identificamos também que o poder público estadual em parceria com alguns destes municípios, traçou estratégia denominada de “oficialização” ou “estadualização”. A ideia consistia em incorporar ao patrimônio estadual os ginásios já existentes para montagem de uma rede estadual de estabelecimentos de ensino médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, reafirmamos a importância de se estudar a atuação dos municípios, principalmente na década de 1950, visto que estes foram peças essenciais para a expansão do ensino secundário público no Piauí. De modo que atuaram em várias frentes, subvencionando, concedendo auxílios ou criando escolas. Nesse trabalho focamos na atuação desses municípios como mantenedores, ou seja, o município que cria e mantém ginásios.

Por fim reafirmamos que muito embora tenha havido essa atuação do poder público municipal, houve articulação entre os entes federados (união, estado e município), bem como percebemos que essas relações nem sempre ocorreram da mesma forma e variou em algumas localidades, que dependeu principalmente da conjuntura política dos municípios e sua relação com o governo do estado e o governo federal.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ABREU, Jayme. *A Educação secundária no Brasil*. Rio de Janeiro: INEP, 1955.

BEISIEGEL. Celso de Rui, *A qualidade do ensino na escola pública*. Brasília: Liber livros, 2006.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora UNB, 1986.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

GIL, Nathália de Lacerda. *Estatísticas da escola brasileira: Um estúdio sócio histórico*. Curitiba: Editora Appris, 2019.

HEINZ, Flávio (org), *Por outra História das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **Formando elites condutoras: a expansão e a interiorização dos ginásios no Piauí (1942 -1971)**. Anais - VI Congresso Brasileiro de História da Educação. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **O ensino ginásial no Piauí**. Anais - IX Congresso Brasileiro de História da Educação. 2017, João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2017.

NUNES, Clarice, *Escola e dependência: o ensino secundário e a manutenção da ordem*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

SILVA, Geraldo Bastos. **A educação secundária: perspectiva histórica e teoria**. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

SPOSITO, Marília, *O povo vai a escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

O COLÉGIO COMERCIAL DE PICOS E SUA ORGANIZAÇÃO (1957-1971)

Luzifrank Júnior de Sousa
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
luzifrank@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho elegeu como tema de estudo o Colégio Comercial de Picos. O recorte temporal adotado compreende desde o início das suas atividades, no ano de 1957, até a lei 5.692/1971, reforma de ensino de primeiro e segundo graus. Essa instituição foi de significativa importância, tanto na consolidação da rede escolar no município de Picos quanto na formação para o mercado de trabalho, visto que, à época de sua fundação, Picos representava a terceira maior economia do Piauí e possuía o comércio e o setor de serviços como duas de suas principais atividades econômicas. Assim, ter uma escola técnica de comércio naquele momento possibilitou a formação de um conjunto de profissionais que foram inseridos principalmente no comércio e no setor público. Foi por essa relevância e por esta instituição está ainda fortemente presente na memória coletiva do município que resolvi elegê-la como objeto de estudo. A principal fundamentação teórica para a construção desse trabalho consiste na vasta produção produzida sobre instituições escolares no Brasil e na Europa, principalmente Nosela e Buffa (2013) e Magalhães (2004). Também contribuíram para este estudo autores locais, como: Sousa (2011), Sousa (2019) e Moura (2017).

OBJETIVOS

O estudo tem como objetivo analisar a organização do Colégio Comercial de Picos à luz da legislação educacional vigente no período de atividade da instituição escolar. Esse objetivo geral se desdobra em dois específicos: conhecer a legislação educacional destinada ao curso comercial no Brasil dentro do recorte em análise e analisar os aspectos organizacionais do Colégio Comercial de Picos a partir das determinações da legislação do ensino comercial.

METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho foram utilizados como instrumentos de investigação a pesquisa bibliográfica e as leis que tratavam do ensino comercial no período estudado. São elas: o decreto-lei n° 6.141, de 28 de dezembro de 1943; e a Lei n° 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

No percurso metodológico, focamos na legislação educacional quanto ao ensino comercial no Brasil e sua influência no Colégio Comercial de Picos.

Autores como Gaidargi (2019) e Silva (2017) contribuíram para um maior conhecimento a respeito do ensino comercial. A partir disso, aliado ao conhecimento das leis, passamos a analisar como a legislação educacional federal influenciou na organização da instituição de ensino.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Escola Técnica de Comércio de Picos nasceu em 1956, a partir da Sociedade Educadora Picoense, firma organizada por José Carlos Filho, Severo Maria Eulálio, João de Deus Neto e Maria Neiva Eulálio Dantas, e passou a funcionar no ano seguinte.

Em 1964, assumiu a direção da escola a professora Maria das Dores Xavier de Oliveira, conhecida por Dorinha Xavier, então proprietária do Instituto Rui Barbosa, escola privada que oferecia o ensino primário. Dorinha ficou à frente do Colégio Comercial até 1978, quando resolveu se aposentar. A instituição então foi repassada para o Estado, funcionando no prédio da Unidade Escolar Marcos Parente até o encerramento de suas atividades em 1980.

Estruturada sob a vigência do decreto-lei n° 6.141/43, a Lei Orgânica do Ensino Comercial, a Escola Técnica de Comércio de Picos recebeu esse nome na sua fundação atendendo as determinações legais. No Capítulo III da legislação está disposto no parágrafo segundo do artigo 8° que “As escolas técnicas de comércio são as que têm por objetivo dar um ou mais cursos comerciais técnicos. As escolas técnicas de comércio poderão ainda ministrar o curso comercial básico” (Brasil, 1943). Na instituição picoense, havia o curso comercial básico e o curso comercial técnico de contabilidade.

O sistema de ingresso ao Colégio Comercial de Picos estava de acordo com o que determinava a legislação vigente. Dentre as várias exigências, existia, por exemplo, a de provar não ser portador de doença contagiosa e de estar vacinado. Outra exigência era a realização de exames de admissão. O Colégio Comercial de Picos os exigia dos candidatos à matrícula inicial no curso comercial básico. Já em relação aos candidatos à matrícula inicial ao curso técnico comercial de Contabilidade, não eram exigidos deles os testes.

O currículo foi outro aspecto organizacional observado neste trabalho. Como exigia o artigo 12 da Lei Orgânica do Ensino Comercial, decreto-lei nº 6.141/43, “as disciplinas constitutivas dos cursos de formação serão de duas ordens: a) disciplinas de cultura geral; b) disciplinas de cultura técnica”.

No curso básico, as disciplinas que compunham, neste período, a ordem de cultura técnica do currículo da instituição picoense eram: Desenho, Caligrafia, Datilografia, Estenografia, Prática Escritório e Prática Comércio. Faziam parte também da cultura técnica desse nível de ensino as disciplinas: Mecanografia, Noções de Comércio e Iniciação a Técnicas Comerciais.

Já no curso de técnico em Contabilidade, a ordem de cultura técnica tinha um número de disciplinas bem maior quando comparado ao curso básico. As disciplinas estudadas no Colégio Comercial de Picos eram: Contabilidade Geral, Mecanografia, Elementos de Economia, Organização e Técnica Comercial, Contabilidade Comercial, Merceologia, Prática Jurídica Geral e Comercial, Elementos de Estatística, Contabilidade Industrial, Contabilidade Bancária e Contabilidade Pública.

O Colégio Comercial de Picos sempre funcionou em horário noturno. Primeiro, no prédio provisório do Ginásio Estadual Picoense, no início de suas atividades, depois, no prédio do Grupo Escolar Coelho Rodrigues, em 1960. O mesmo aconteceu quando funcionou em prédios sem relação com outras instituições de ensino. E quando voltou a ser acolhido por outra escola, o Instituto Rui Barbosa, em 1965, suas atividades foram mantidas no horário noturno.

O corpo docente do Colégio Comercial de Picos era formado, em grande parte, por professores que também lecionavam no Ginásio Estadual Picoense. Outra característica comum na composição do quadro de docentes do Colégio Comercial de Picos: muitos alunos e ex-alunos da instituição passaram a lecionar nela. Ainda da composição do corpo docente é que muitos dos professores eram profissionais liberais que geralmente tinham uma ocupação principal.

Seguindo a legislação, o Decreto-Lei Nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943, acredita-se que a instituição estruturava também seu sistema de avaliação. De acordo com a norma, os exames eram compreendidos de duas provas parciais, escritas ou práticas, uma em junho e outra em outubro, e uma prova final, podendo ser prática ou oral, conforme a natureza da disciplina. Também eram realizados exercícios que ajudavam a compor as notas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos realizados, concluímos que o sistema de ingresso estava alinhado com o que determinava a legislação quando a instituição foi criada, inclusive atendendo condições como provar não ser portador de doença contagiosa e de estar vacinado. O exame de admissão também era uma das condições exigidas aos candidatos à matrícula inicial no curso comercial básico.

O currículo do Colégio Comercial de Picos atendia as determinações legais. As disciplinas eram dispostas em duas ordens: cultura geral e cultura técnica, tanto no curso básico como no técnico em contabilidade. Foi possível notar que a ordem de cultura técnica do curso técnico em Contabilidade era composta por um número bem maior de disciplinas quando comparado ao curso básico.

O horário de funcionamento da instituição era o noturno, mesmo quando funcionou em prédios de outras instituições ou não.

O corpo docente da instituição ora estudada era composto por professores que também lecionavam no Ginásio Estadual Picoense, por alunos e ex-alunos que passaram a lecionar nela e por profissionais liberais que geralmente tinham uma ocupação principal. Isso acontecia devido a carência em Picos de professores formados.

Quanto ao sistema de avaliação, acredita-se que eram realizados exames de acordo com as orientações da legislação vigente. As avaliações serviam para aferir o aproveitamento dos estudantes para a promoção de uma série para outra e para a conclusão do curso. Os exercícios realizados mensalmente também contribuíam para compor notas.

Sendo assim, os estudos realizados, amparados pela legislação educacional do período estudado, mostra que o Colégio Comercial de Picos funcionou de acordo com a legislação, procurando sempre se adequar a ela. Em Agosto de 1971 foi outorgada da lei 5.692 que estabeleceu a profissionalização obrigatória, de modo que o curso comercial virou habilitação técnica e várias escolas de picos Passaram a ofertar o curso técnico de Contabilidade. É a partir de 1971 que inicia a fase de declínio da instituição, culminando com sua incorporação ao anexo Colégio Marcos Parente do segundo grau em 1980.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 6.141 de 28 de dezembro de 1943. Lei Orgânica do Ensino Comercial. Rio de Janeiro, 1943.

BRASIL. **Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961.** Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional. Brasília, 1961.

BRASIL. **Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971.** Brasília, 1971.

CHARTIER, R. **Cultura popular:** revisitando um conceito historiográfico. *Estudos Históricos*, n.16, p. 179-192, 1995.

GAIDARGI, Alessandra. **Ensino Comercial no Brasil:** A origem do ensino médio profissional voltado ao comércio e reflexões sobre a escola do trabalho para jovens. 2019.

GATTI JR, Décio; GATTI, Giseli Cristina do Vale. **A História das Instituições Escolares em Revista:** fundamentos conceituais, historiografia e aspectos da investigação recente. *Educativa*, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 327-359, jul./dez. 2015.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação a Pesquisa Científica.** 4. Ed. Campinas, São Paulo, 2003.

MAGALHÃES, Justino. A História das Instituições Educacionais em Perspectiva. In: Décio GATTI Júnior; Geraldo INÁCIO Filho. (Org.). **História da Educação em Perspectiva.** Ensino, pesquisa e novas investigações. 1ed. Uberlândia: EDUFU/ Autores Associados, 2005, v. , p. 91-103.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo nexos:** história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MONTEIRO, Andréia; PAJAÚ, Rita; BARROSO, Talita. **As leis como fonte para história da educação na primeira república maranhense.** *Revista Bibliomar*, São Luís, v. 15 n. 1-2, jan./dez.2016.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MOURA, Francisco Miguel de. **Minha História de Picos.** Teresina: Edufpi. 2017.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: porque e como pesquisar.** Campinas: Editora Alinea, 2013

PINHEIRO, Welbert Feitosa. **Garimpeiro de memórias: práticas educativas de Ozildo Albano - Piauí - (1952-1989).** Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2ª ed. Novo Hamburgo: Universidade FEEVALE, 2013.

SOUSA, Higo Carlos Meneses de Sousa. Um ginásio para mocidade Picoense: Culturaescolar de uma instituição de ensino secundário (1950-1971). Dissertação (Mestrado em Educação). 2019. 395f. Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, 2019.

SOUSA, Marcos Vinícius Holanda. **História e Memória do Ensino Técnico-profissionalizante na cidade de Picos-PI.** Monografia (Licenciatura em História). Universidade Federal do Piauí. Picos, 2011.

SILVA, Eduardo Cristiano Hass da. A gênese de um espaço profissional: a Escola Técnica de Comércio do Colégio Farroupilha de Porto Alegre/RS (1950-1983). Dissertação (Mestrado em História) 2017. 289f. Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

O USO DOS UNIFORMES ESCOLARES NO GINÁSIO PIRIPIRIENSE

Juliana Assunção Oliveira
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
julianaassuncao365@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado em andamento sobre a cultura escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, um estabelecimento de ensino secundário ginásial implantado em 1961 na cidade de Piriipiri, no interior do estado do Piauí.

O recorte apresentado analisa os uniformes escolares como parte da cultura escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, na qual Julia (2001, p. 19) grifa a cultura escolar em três categorias de análise: “[...] a primeira via seria interessar-se pelas normas e pelas finalidades que regem a escola; a segunda, avaliar o papel desempenhado pela profissionalização do trabalho de educador; e a terceira, interessar-se pela análise dos conteúdos ensinados e das práticas escolares”.

Os uniformes escolares também fazem parte da cultura escolar, pois compõe-se a ramificação da identidade da escola (BORGES, 2015). Bem coloca Graça (2002, p. 252): “A escola, como o lócus [...] do cultivo da disciplina e do aprendizado da ordem, aparece como lugar solene de comedimento de gestos, de contenção de posturas e por isso, necessita de uma indumentária que imponha elementos constritivos do comportamento individual dos alunos”.

Diante desse cenário dos uniformes escolares como reflexo da cultura escolar, teceremos algumas considerações sobre os uniformes escolares dos alunos do ensino secundário ginásial do Ginásio José Narciso da Rocha Filho.

OBJETIVOS

Assim sendo, este estudo tem como objetivo geral analisar os uniformes escolares do Ginásio José Narciso Rocha Filho como identidade escolar, seguido pelos objetivos específicos:

- a) descrever os uniformes escolares no contexto da cultura escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho;
- b) entender a obrigatoriedade do uniforme escolar no Ginásio Piriipiriense;

c) perceber a representação dos uniformes escolares para os alunos ginasianos de Piripiri.

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza histórica com a abordagem metodológica amparada na Nova História Cultural, que segundo Burke (2008), proporciona as investigações de novos problemas nas pesquisas em história, assuntos que eram desconsiderados ou até mesmo ignorados por outras abordagens. Logo mais para o desenvolvimento deste estudo, utilizaremos a análise bibliográfica, com livros e artigos que trabalham sobre o ensino secundário, cultura escolar, os uniformes escolares e o Ginásio José Narciso da Rocha Filho, além da própria Dissertação em andamento; como referências bibliográficas utilizaremos autores como Burke (2008), Julia (2001), Graça (2002), Borges (2015), Alberti (2013) e Andrade (2013).

Além disso, usaremos fontes iconográficas com imagens sobre os uniformes do Ginásio Piripiriense e as narrativas de memórias de ex-alunos ginasianos, subsidiadas pela História Oral (ALBERTI, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos primeiros anos do Ginásio Piripiriense, apenas os alunos do turno matutino tinham a obrigatoriedade em usar os uniformes escolares para o ingresso na instituição, os discentes que estudavam a noite foram contemplados com a dispensa da obrigatoriedade, por meio de decreto estadual do governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, dessa condição (GAZETA DO PIAUÍ, 1961). Entretanto, após a mudança para o prédio próprio e a ampliação da instituição escolar, o uso dos uniformes escolares passou a ser exigido para os estudantes da noite, conforme Silva (2021).

Os estudantes do Ginásio José Narciso da Rocha Filho possuíam três tipos de uniformes escolares: o tradicional para o ingresso na instituição nos horários da aula; o traje de gala, um uniforme específico para os eventos especiais que exigiam maiores formalidades e a roupa de educação física, conforme Getirana (2021) e Mello (2021). Na imagem 1 podemos perceber o modelo do uniforme das meninas do Ginásio Piripiriense no cotidiano escolar:

IMAGEM 1 – Uniforme escolar das meninas do Ginásio Piripiriense



Fonte: MELLO, Jorge. Arquivo Particular. São Paulo-SP, 2021.

Cada dos uniformes escolares do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, apresentava uma finalidade e representava as atividades do currículo e da cultura escolar do estabelecimento de ensino secundário ginásial. A imagem 1, por exemplo, retrata o uniforme escolar feminino do cotidiano do Ginásio Piripiriense, na qual as meninas ginásianas precisavam estar com essa vestimenta para entrar na escola em dias comuns.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os uniformes escolares refletem a cultura escolar de um estabelecimento de ensino e da sociedade em que a escola está inserida (BORGES, 2015). Assim como afirma Graça (2002), desde que foram adotados o uso dos uniformes escolares nas escolas brasileiras, estes seguiam a um padrão rigoroso, imposto pela escola, que acabava afastando muitos estudantes das camadas menos favorecidas do ambiente escolar.

Assim, essa obrigatoriedade e regras sobre o uso dos uniformes escolares no Ginásio José Narciso da Rocha Filho não era diferente, havia a exigência de ingressar na escola e participar das atividades da mesma, usando os uniformes escolares. Os ginásianos que não possuíam condições de adquirir os uniformes do Ginásio Piriapiense recebiam uma doação dessa indumentária, por parte da escola. Esses uniformes eram de alunos anteriores que doavam para o Ginásio Piriapiense, após concluírem o curso ginásial e serviam para os futuros alunos que não possuíam condições de adquirir os uniformes, uma forma de manter rigorosidade e as normas de funcionamento do Ginásio José Narciso da Rocha Filho, conforme Farias (2021).

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- ANDRADE, Evonaldo Cerqueira. **Almanaque de Piriapi**: Um passeio pela história de Piriapi, suas lendas e seu povo. Piriapi: J.A Gráfica e editora, 2013.
- BORGES, Letícia Oliveira. A produção de identidade através dos uniformes escolares: significação e conceituação. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 322-336, jul./dez. 2015.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Trabalho: Sergio Goes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. Título original: What is cultural history?
- FARIAS, Joana Silva. Arquivo Particular. Piriapi-PI, 2021. “**As luzes do saber**”: cultura escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho (1961–1975). [maio 2021]. Entrevistador: Juliana Assunção Oliveira. Piriapi-PI, 2021. 1 arquivo mp3. (90 min).
- GETIRANA, Luiz Mário de Moraes. Arquivo Particular. Piriapi-PI, 2021. “**As luzes do saber**”: cultura escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho (1961–1975). [jul. 2021]. Entrevistador: Juliana Assunção Oliveira. Piriapi-PI, 2021. 11 arquivos mp3. (544 min).

GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da. **Pés-de-Anjo e Letreiros de Neon:** ginasianos na Aracaju dos anos dourados. Aracaju-Sergipe: Editora UFS, 2002.

JULIA, Dominique. **A Cultura Escolar Como Objeto Histórico.** Tradução: Gizele de Souza. São Paulo: Unifesp, 2001. Título original: *La culture scolaire comme objet historique*. Disponível em: <http://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/39195/Dominique%20Julia.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 mar. 2022.

MELLO, Jorge. Arquivo Particular. São Paulo/Teresina-PI, 2021. “**As luzes do saber**”: cultura escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho (1961–1975). [jun. 2021]. Entrevistador: Juliana Assunção Oliveira. Piripiri-PI, 2021. 3 arquivos mp3. (420 min).

O GOVERNADOR Chagas Rodrigues beneficia o estudante pobre. **Gazeta do Piauí**, Teresina-PI, n. 610, p. 1, 11 mar. 1961.

RAMOS FILHO, Antônio da Silva. Arquivo Particular. Piripiri-PI, 2021. “**As luzes do saber**”: cultura escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho (1961–1975). [out. 2021]. Entrevistador: Juliana Assunção Oliveira. Piripiri-PI, 2021. 3 arquivos mp3. (110 min).

SILVA, Maria Teixeira da. Arquivo Particular. Brasília-DF/Teresina-PI, 2021. “**As luzes do saber**”: cultura escolar do Ginásio José Narciso da Rocha Filho (1961–1975). [jul. 2021]. Entrevistador: Juliana Assunção Oliveira. Piripiri-PI, 2021. 3 arquivos mp3. (142 min).

OS OBJETOS ESCOLARES NO GRUPO ESCOLAR COELHO RODRIGUES EM PICOS/PI (1954-1971): REFLEXÕES SOBRE A CULTURA MATERIAL ESCOLAR

Danila da Silva Nascimento Gomes
Universidade Federal do Piauí (UFPI)
dsnvitoria@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo encontra-se embasado na perspectiva da história cultural, e tem como objetivo, analisar os objetos escolares do Grupo Escolar Coelho Rodrigues em Picos. Para tanto realizou-se um estudo sobre os objetos e os materiais de ensino utilizados nas salas de ensino primário que eram oferecidas por este grupo escolar entre os anos de 1954 a 1971.

Considerando a importância do Grupo Escolar Coelho Rodrigues para a cidade de Picos, este estudo busca compreender como a organização e a cultura material do referido grupo destacou-se no desenvolvimento do processo ensino aprendizagem durante o recorte temporal analisado, tomando como elemento de análise, o patrimônio e a memória de pessoas que estudaram ou trabalharam no GEGR, por meio também das diferentes fontes iconográficas analisadas.

Procurando assim conhecer os objetos e os materiais didáticos que se fizeram presentes no Grupo Escolar analisado, bem como dos relatos de professores e alunos que se apropriaram desses objetos escolares. Portanto, a pergunta que se pretende responder é: quais eram os objetos escolares utilizados no GEGR, no período de 1954 a 1971?

Para isso, procurou-se descrever todos os objetos escolares utilizados no ensino. Trata-se de diversos materiais pedagógicos que foram utilizados pelos alunos e professores no GEGR. Por meio desses objetos e materiais didáticos, referentes ao período em estudo, pretende-se realizar uma análise dessas fontes, como elementos da cultura material escolar, atentando para os diferentes aspectos que a constituíram o ambiente do ensino primário que era ministrado naquele período.

O período delimitado para esta pesquisa trata-se do ano de 1954 que tem como destaque a visita do inspetor David Ângelo Leal que descreveu em seu relatório de visita as condições precárias em que se encontrava o Grupo Escolar, relatório este que está redigido no Livro de Inspeção do Grupo Escolar

Coelho Rodrigues que se encontra no Museu Ozildo Albano em Picos/PI. O período encerra-se em 1971 com a nova sistematização do ensino decorrente da Lei 5692/1971, esta lei integrou o ensino primário ao primeiro ciclo do ensino secundário.

Assim percebemos que esta pesquisa busca no estudo do tempo presente uma compreensão da cultura material escolar que se encontra enraizada em um determinado povo passando assim as gerações futuras a importância da memória tanto individual quanto coletiva para a compreensão da História como um todo, pois a Educação se constitui entrelaçada com outros aspectos da sociedade: sociais, culturais e econômicos.

Destacamos que esse estudo faz parte de uma pesquisa em construção que culminará com a dissertação intitulada: Grupo Escolar Coelho Rodrigues: um estudo histórico sobre a cultura escolar primária na cidade de Picos/PI (1954-1971). Sendo assim uma pesquisa desta natureza se torna relevante para conhecer a cultura escolar material de uma instituição educativa que tanto contribuiu para o desenvolvimento do ensino primário em uma cidade do interior do estado do Piauí.

OBJETIVOS

Assim sendo, o objetivo geral desse estudo foi o de examinar a cultura escolar material do Grupo Coelho Rodrigues no período de 1954 a 1971. Elegendo assim os seguintes objetivos específicos: a- Analisar como eram utilizados os objetos escolares do Grupo Escolar; b- Descrever os objetos escolares que se encontravam no ambiente do Grupo Escolar Coelho Rodrigues, como carteiras, cadeiras, livros didáticos e fardamento escolar e c- Compreender aspectos do cotidiano escolar, a partir da memória dos agentes sociais dessa instituição no tocante ao uso dos objetos escolares.

METODOLOGIA

Este estudo utiliza um método histórico qualitativo, localizado na história da educação brasileira, propício ao estudo da história das instituições escolares e da cultura escolar. Portanto, a base teórica relacionada à Nova História Cultural é muito importante, pois essa parte da história possibilita a expansão do objeto de pesquisa.

Fizemos uso também da História Oral através de entrevistas que foram autorizadas pelos sujeitos participantes que assinaram um Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento (TCLE), após aprovação do projeto de pesquisa inserido na Plataforma Brasil e analisado pelo CEP da UFPI

com Parecer Consubstanciado tendo como número de Protocolo o CAEE 40351420.5.0000.5214, sendo que as entrevistas foram gravadas e transcritas. Utilizamos como instrumento de coleta de dados com as fontes orais, a entrevistas semiestruturadas uma entrevista narrativa com base em questões abertas com foco na cultura escolar primária do período em estudo (1954-1971).

No tocante aos objetos materiais da escola tivemos acesso as imagens de carteiras, livros didáticos e uniformes. Enumeramos aqui os locais nos quais tivemos obtivemos as fontes: No próprio Grupo Escolar atualmente com o nome de Unidade Escolar Coelho Rodrigues, no arquivo Público do Estado do Piauí em Teresina, na 9ª Gerência Regional de Educação de Picos e em arquivos pessoais das pessoas entrevistadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao investigar a importância da materialidade, consideramos os objetos escolares como fontes que ajudam a abrir caminhos para entender sua composição e descrever tendências e padrões de ensino em cada período. Portanto a escola deve ser compreendida como um microespaço social no qual desenvolve a sua própria cultura através de mecanismos, regras e tradições. A preservação dos documentos e objetos escolares torna-se a base para a construção da história da educação através da análise de elementos materiais, como já vem ocorrendo em países europeus sendo destaque os estudos desenvolvidos por Viñao Frago e Escolano Benito.

Entre esses objetos escolares que devem ser preservados e estudados a fundo destacamos o mobiliário escolar que segundo Silva, Jesus e Ferber (2012, p.156) destaca que:

O mobiliário constitui um dos itens obrigatórios de organização do espaço escolar, que lhe garantem certa uniformização estética se pensarmos nas peças que o compõem: carteiras, cadeiras ou bancos, mesas do professor, armários... Mas, por certo, a origem, a matéria-prima, o design são ingredientes que vão diferenciando um ambiente de outro, estabelecendo certa hierarquia material e social. Se as exposições Universais serviam de vitrine para a apresentação e lugar de comércio de novas e requintadas peças de mobiliário escolar, estas, mesmo quando adquiridas com recursos públicos, dificilmente chegavam às escolas instaladas fora dos centros urbanos.

A pesquisa encontra-se em desenvolvimento. Os resultados obtidos nos ajudarão a refletir sobre os objetos escolares que são lembrados pelos entrevistados em suas falas por fazerem parte do espaço escolar e social dos mesmos, destacaremos as cadeiras, carteiras, mesa, fardamentos, lousa e livros didáticos frisando que estes últimos de difícil acesso sendo que nem todos os alunos tinham condição de adquiri-los. Destacamos ainda que estes objetos em destaque serão analisados conforme sua utilização e estado de conservação no

decorrer do período em estudo. Os livros didáticos serão analisados partindo dos sumários em destaque e o fardamento escolar masculino e feminino apresentado em forma de desenho partindo da fala dos entrevistados de nossa pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste artigo, cabe destacar que a cultura material escolar é composta por objetos didáticos ou relíquias culturais. Estes incluem todos os tipos de mobiliário escolar, materiais didáticos e espaços. Nas últimas décadas, a historiografia da educação abordou a prática na perspectiva da história cultural e realizou um exame mais aprofundado da cultura material e da herança das escolas.

Portanto, por meio da análise da dimensão da materialidade exclusivamente dos objetos escolares do Grupo Escolar Coelho Rodrigues entre 1954 e 1971e por meio da descrição dos objetos e seus usos, é possível adentrar na memória do ensino, o que é muito importante para o resgate da cultura escolar material do curso primário que era ofertado na referida instituição.

Os documentos consultados e os acervos preservados compõem o patrimônio escolar e apontam para uma cultura escolar marcada pela complexidade do ensino e pela abundância de materiais didáticos utilizados em sala de aula. A inserção de diversos materiais didáticos, introduziu um novo modelo de ensino para atender uma parcela da população desta cidade do interior do Piauí, a cidade de Picos.

REFERÊNCIAS

FERBER, Luiza Pinheiro; JESUS, Camila Mendes de; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. O mínimo necessário: mobiliário escolar de escolas isoladas (Santa Catarina, 1910-1920). In: **Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina- Séculos XIX e XX)**, Editora Insular: Florianópolis, 2012.

VIÑAO FRAGO, Antônio; ESCOLANO, Augustín. **Currículo, espaço e subjetividade: arquitetura como programa**. Tradução: Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. Título original: *Espacio-escuela y curriculum: La arquitectura como programa*.

VINÃO FRAGO, António. ESCOLANO, Augustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa.** Trad. Alfredo Veiga-Neto. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PROFESSORES OU SEMIDEUSES?

Claudiane Beatriz Ely
Universidad de La Empresa (UDE)

INTRODUÇÃO

A educação, direito de todos, abrangente além de uma dimensão individual também uma dimensão coletiva é oficializado no ato pedagógico pelos profissionais da educação, os professores.

Exigente de vários saberes, implica qualidades pessoais promotoras da interpessoalidade da relação pedagógica através da exemplaridade dos docentes como modelos que são.

Complexo e difícil, de enquadramento cultural e social, o ofício docente define-se por incertezas e dificuldades na avaliação de resultados que manifestam-se apenas em médio e longo prazo. Sua imprevisibilidade nas diversas situações pedagógicas requer grande maturidade e flexibilidade, encontrando-se em constante concorrência com outros atores sociais como as famílias e religiões. (MONTEIRO, 2005, p. 38)

Por se tratar de um bem público, individual, social e global, efetivado numa relação profissional assimétrica, é um ato de grande responsabilidade ética e política.

- Um professor, designadamente, não é profissional apenas da instrução. Mais do que apenas instruir, exerce sobre as crianças, adolescentes, jovens ou adultos com quem trabalha uma influência geral, mais ou menos continuada, que é tanto maior quanto menor for a sua idade. É, com os pais, uma referência privilegiada na formação da sua personalidade. A sua função não está circunscrita aos objetivos da sua matéria de ensino. Concorre para a realização transversal dos objetivos comuns ao respectivo ciclo de estudos e dos fins gerais que devem inspirar toda a educação. Instrução e educação são duas faces indissociáveis da profissão docente, a todos os níveis. Mas não é profissional de qualquer educação, é profissional do direito à educação, tal como se encontra definido e prescrito pelo Direito Internacional da Educação, incorporado no Direito Constitucional e desenvolvido nas leis da educação. (MONTEIRO, 205, p. 39)

Como citado por Monteiro, não cabe ao docente a educação de modo geral, mas aquela de direito, prevista na constituição e nas deliberações internacionais.

Deste modo, a presente pesquisa objetivou a obtenção de dados empíricos que contribuam para o embasamento das afirmações de senso comum realizadas na tese da mestranda sobre a ética deontológica docente.

Neste sentido, pretende-se avaliar como os professores se sentem em relação à cobrança ética e moral social, identificando situações recorrentes ao ofício docente.

Através da aplicação de um questionário eletrônico, formulado na plataforma Google Doc's, identificaram-se várias situações desde assistencialismo, orientação da vida pessoal, cobrança afetiva, resolução de problemas familiares, controle da vestimenta e tatuagens, além de atitudes extraescolares tomadas pelos docentes são situações recorrentes ao cotidiano docente e cobradas pela moralidade social.

Os professores relatam sentimentos negativos como cansaço emocional e físico, desconforto, culpa, coação, desvalorização, insuficiência e sentimento de injustiça em relação à cobrança social, considerando-a descabida, excessiva, exagerada, sobrecarga e motivo para não haver mais um excelente trabalho, desvio funcional e responsabilização da escola pelas obrigações familiares e assistenciais.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de campo inserida no paradigma pós-positivista, de abordagem qualitativa com objetivos que a classificam como de ordem descritiva contando com um instrumento que trata de um questionário eletrônico destinado a docentes de qualquer um dos segmentos educacionais (infantil, fundamental e médio), sem critério de seleção a não ser estar atuando em sala de aula no momento da aplicação da pesquisa. O envio do link do formulário se deu através de mídias sociais e grupos de WhatsApp que a pesquisadora tinha acesso. Esse questionário foi elaborado na plataforma Google Doc's devido a sua facilidade de acesso e utilização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram elaboradas seis questões, das quais três fechadas e três de múltipla escolha e/ou abertas. Na primeira questão: "Relacionamento com os pais, alunos, colegas de trabalho e até mesmo fora do horário de trabalho. Muitas são as cobranças na postura profissional do professor "você é um espelho para seus alunos". Essa cobrança é recorrente no seu cotidiano extraescolar?" 100% dos participantes responderam que sim.

Na segunda pergunta: "Você se sente cobrado socialmente pelas suas posturas e decisões enquanto professor? Descreva uma situação vivida se quiser." 19 participantes responderam que se sentem cobrados sim e descreveram inúmeras situações desde cobranças com postagens em redes sociais, com

as vestimentas fora da escola (no caso short e regata na praia), atitudes como fumar ou beber em festas que são criticadas e foram situações já vividas pelos docentes.

Ainda, uma pessoa respondeu que não sente essa cobrança e outra pessoa não tinha uma situação para descrever.

Na terceira pergunta: “Você já chegou a se encontrar no dilema “o que a sociedade vai pensar se me ver fazendo isso?” 20 (83,3%) dos participantes responderam que sim e 4 (16,7%) dos participantes responderam que não.

Na quarta pergunta de múltipla escolha: “Quais cobranças você já percebeu sendo dirigidas a você além da responsabilidade com a aprendizagem do estudante?” 20 (83,3%) participantes marcaram a opção de prestar orientação pessoal da vida do aluno; 18 (75%) já tiveram cobrança afetiva além do ofício docente; 16 (66,7%) já foram cobrados a desenvolver papel de cuidador ou até dos pais 16 – 66,7%; 15 (62,5%) prestar assistência social à criança (limpar, vestir, etc.); 15 (62,5%) Resolver problemas familiares.

Ainda foram obtidas outras respostas como: “Sinto que muitas vezes as cobranças vem de mim, tendo em vista que o professor é o “único porto seguro” da criança.” Nota-se uma fala já engendrada na sociedade, uma visão de segurança na convivência do professor com o educando que muitas vezes é maior do que na família. Por ter essa convivência diária, na maioria das vezes, é que o aluno sente-se seguro em falar das suas suas necessidades ao professor, sejam elas afetivas ou materiais. O problema da sociedade incorporar esta fala de que o docente é o “único porto seguro” da criança é que espera-se muito além do seu ofício de mestre. E o que é muito contraditório é por um lado o docente ter este endeusamento e por outro não ter a valorização social e financeira para tanta expectativa e responsabilidade na sua atuação na vida de todos, porque todos na fase inicial da sua vida passam pelas portas da escola por pelo menos 14 anos.

Outra resposta adicionada foi que o docente teve que dar medicação e acompanhar a criança ao psiquiatra. Neste fato já ultrapassa-se a barreira de qualquer exigência profissional cabível ao ofício docente. Está mais do que retratado que não há limites para os favores aos quais um professor chega a se dispor, porque com certeza não foi dado espaço no seu período de trabalho para acompanhar a criança e, apesar de ter realizado a ação de bom grado, pensando no melhor para o estudante, o docente envolvido correu grandes riscos de indisposição com algum familiar e consequentemente no trabalho. Mesmo à pedido, o docente não deveria se dispor a tal tarefa, uma vez que o

tratamento e acompanhamento da saúde mental da criança cabe à família e, mesmo em favor, dependendo da interpretação familiar, poderia responder a inúmeros processos por isso.

Ainda, “O que eu posso ou não postar em minhas redes sociais”, “Olham mais para a tatuagem do que para meu rosto ao conversar” e “Saber identificar todos os transtornos e nunca sentir-se cansada”.

Referente a antepenúltima resposta algumas escolas e até mantenedoras orientam aos docentes não aceitar alunos em suas redes sociais para evitar problemas futuros devido ao que podem vir a falar sobre a vida pessoal do professor, o ideal indicado é até que não se tenha redes sociais.

Quanto às tatuagens vê-se claramente a manifestação de uma sociedade conservadora, que não admite manifestações fora dos “padrões”, já iniciando pelas vestimentas citadas anteriormente. Historicamente as tatuagens são oriundas de situações mal vistas como de prisões e associadas à rebeldia, ligando as pessoas tatuadas a imagens como “baderneiras”, “vagabundas”, “marginais” e outros derivados que não podem ser atribuídos aos docentes.

Já em relação a identificação de transtornos espera-se que o professor diagnostique, o que muitas vezes não é bem aceito pelos familiares e quando o professor deixa de fazê-lo torna-se incompetente por não ter diagnosticado. Acerca do diagnóstico é importante ressaltar que não cabe aos docentes essa tarefa, o que no máximo podem fazer é orientar os pais sobre a suspeita em relação a algum comportamento atípico e solicitar que busquem o diagnóstico com os especialistas da área.

Na quinta questão: “Numa escala de 0 a 10, como você se sente quanto à cobrança moral e ética da sociedade em relação a sua profissão?” 1 participante atribuiu 0 (zero) a esta pergunta, o que é arbitrário à primeira pergunta na qual respondeu sim para a cobrança social extraescolar; 1 participante atribuiu 3 à questão; 1 participante atribuiu 7; 7 participantes atribuíram 8; 9 participantes atribuíram 9 e 5 participantes atribuíram 10. Note que 21 dos 24 participantes (87,5%) atribuíram um grau de cobrança bastante elevado à cobrança moral e ética que sentem, entre 8 e 10.

Na última questão “Você acha devida essa cobrança? Por que? Como você se sente em relação a isso?” É possível compreender como o docente se sente em relação a essa alta cobrança, se está tudo bem com isso ou se acha indevida. Nesse sentido a maioria dos docentes retratou sentimentos negativos como cansaço emocional e físico, desconforto, culpa, coação, desvalorização, insuficiência e sentimento de injustiça em relação à cobrança social, considerando-a descabida, excessiva, exagerada, sobrecarga e motivo para não haver mais um excelente trabalho, desvio funcional e responsabilização da escola pelas obrigações

familiares e assistenciais. No entanto 3 dos respondentes consideram que a cobrança social é devida sim porque os professores devem dar exemplo e são o espelho da sociedade. Já outros 3 não sentem ou não se importam com essa cobrança.

CONCLUSÕES

Nota-se no discurso dos docentes um grande grau de descontentamento e indignação em relação às cobranças éticas e morais que a sociedade remete a eles enquanto profissionais. Profissionalismo este que não é reconhecido na sua valorização financeira e social.

Os professores não se eximem do seu papel de “espelho” ou “exemplo” que devem dar e ser para a sociedade, mas sentem-se injustiçados com a cobrança exagerada e com tantas instâncias que sentem que precisam dar conta uma vez que a família está lhe repassando as próprias responsabilidades básicas, muito além do compromisso com a aprendizagem, que deveria ser o maior ofício laboral docente.

A principal dificuldade encontrada no desenvolvimento do estudo foi a baixa adesão dos docentes para a realização do questionário, dificuldade esta também encontrada em outros estudos na área da educação que limitam o desenvolvimento da pesquisa no campo. Vê-se aí a própria desvalorização profissional que não reconhece na pesquisa o avanço da profissionalização e credibilidade social do ofício docente. Promovemos a realização de pesquisas pelos estudantes e não valorizamos as pesquisas da própria área de domínio. É um discurso bastante recorrente no campo educacional, infelizmente.

Palavras-chave: Moral, Ética, Docentes, Cobranças Sociais.

REFERÊNCIAS

MONTEIRO, A. REIS. **Deontologia das profissões da educação**. Almedina, 2005.

EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E ARTES

A CRIAÇÃO DA ESCOLA DE MÚSICA TERESINA(1981-1991): PRÁTICAS EDUCATIVAS ENTRE SALAS E PALCOS DO PIAUÍ

Juniel Pereira da Silva
Escola de Música Campo Harmônico
nieljorginho@gmail.com

Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti
Universidade Federal do Piauí
ednardomonti@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Escola de Música de Teresina é uma instituição pública estadual existente há quase quatro décadas na capital piauiense e tem como missão proporcionar o ensino de música à pessoas de diversas faixas etárias. A história deste estabelecimento educacional se entrelaça com a do ensino de música em Teresina e diante da longevidade apresentada, optei por realizar a pesquisa utilizando um recorte temporal menor (1981-1991) que o período total de existência da Escola (1981- 2022).

Como justificativa desta pesquisa tem-se o fato de este ser o primeiro trabalho que visa mobilizar a memória de uma instituição pública do Piauí, a qual tem como finalidade o ensino específico de música no estado. Neste sentido, por meio de um olhar historiográfico, realiza-se uma reflexão sobre fatos e memórias do cotidiano da Escola de Música de Teresina naquele período.

O presente estudo apresenta como objetivo a interpretação de elementos e práticas envolvidas no processo de criação e funcionamento de uma instituição que trata do ensino especializado em música no Piauí. Também vale destacar o fato desta ser a única escola em âmbito público, no período investigado, que ofereceu uma educação específica na área artística musical. Nesta direção, as questões que norteadoras são: De que modo se deu a criação da Escola de Música de Teresina? Quais as práticas educativas desenvolvidas na instituição no período em questão?

OBJETIVOS

Com o intuito de responder às indagações propostas e de se atingir o objetivo geral, que visa interpretar elementos presentes no processo de criação da Escola de Música de Teresina, esta investigação, de perspectiva histórica, pauta-se norteadas pelos seguintes objetivos específicos: a) analisar elementos presentes na criação e funcionamento da Escola de Música de Teresina; b) examinar as práticas educativas e culturais desenvolvidas pela instituição.

METODOLOGIA

Essa estudo entra em consonância com a perspectiva de Burke (2004) pela qual entende-se que “uma história [...] escrita é um ato de interpretação” (p. 200) partindo desta reflexão inicial, e crucial, este é o caminho que optei por investir neste estudo que se insere no campo da História da Educação e, numa perspectiva mais específica, na História da Educação Musical.

As bases teóricas de referência na construção deste estudo partem também do direcionamento reflexivo apresentado pelo *Paradigma Indiciário* de Carlo Ginzburg (1989), na qual o autor apresenta “a concepção de que os sinais e pistas a fluírem dos documentos devam ser o guia do historiador” (FLÓRIO, 2004, p. 5-6), cabendo ao pesquisador-historiador “ler a realidade às avessas” (p.12), sendo esta leitura uma busca criteriosa dos elementos presentes em determinadas realidades e a partir destas, analisar as potencialidades que as fontes podem oferecer (falar), a começar pelo menos “óbvio”, pelo marginal, aquilo “sem importância”, muitas vezes descartadas em um processo de pesquisa.

A opção por essa perspectiva teórica justifica-se no fato de, em sua opção metodológica para pesquisas históricas, o *Paradigma Indiciário* apresentar um desígnio pela interdisciplinaridade, sendo possível, através desta, uma exploração ampla dos objetos e fontes de pesquisa. Nesse sentido, Ginzburg demonstra em seus escritos que há “uma necessidade de desenvolvimento metodológico que oferece, de modo interdisciplinar, elementos para a leitura dos objetos de estudo, em seu caso, históricos” (AGUIAR e LEONARDI, 2010, p. 114). Levando à compreensão de que “sua produção final é uma narrativa histórica” (Idem).

A análise documental é realizada por meio da identificação, organização por categoria, e análise das fontes (PIMENTEL, 2001). Com isso, a pesquisa histórica, que tem uma direção teórica interdisciplinar, entrecruzando memórias, acervos e arquivos, é o meio que aqui demonstra ser o mais adequado à natureza transformacional e crítica do conhecimento educacional presentemente proposto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa apresentou diversos aspectos da História e memória relacionada à instituição Escola de Música de Teresina e ao ensino de Música no Piauí, iniciando com os elementos presentes na criação e implantação da primeira escola em âmbito público que trata especificamente do ensino de música.

As experiências educativas desenvolvidas por professores, a utilização de métodos de ensino se mostrou um exercício recorrente entre os educadores musicais, assim como, a montagem ou criação de seu próprio material a ser utilizado. Em relação às atividades artístico-culturais, a prática de se realizar recitais, momentos em que os alunos demonstravam em público o aprendizado individual realizado em sala de aula, se firmou como uma experiência bastante realizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o horizonte analítico realizado durante toda a pesquisa, foi possível perceber alguns apontamentos acerca da Escola de Música de Teresina do ano de sua criação 1981 até 1991. Primeiro, a Escola de Música de Teresina, apesar das limitações apresentadas, configurou-se como um espaço ou instância legitimada para a instrução e a formação de músicos e musicistas piauienses no período de 1981-1991; foi espaço profissional significativo para atuação de professores e professoras de música e desenvolvimento de suas práticas educativas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR Tiago Borges.; LEONARDI, Paula. As potencialidades para o uso da obra de Carlo Ginzburg na História da Educação. **Revista tempos e espaços em educação**, v. 5, p. 107-123 jul./dez. 2010.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Tradução: Vera Maria Xavier dos Santos; Bauru, SP: EDUSC, 2004. p. 200.

FLÓRIO, Marcelo. Cinema: caleidoscópio estético da modernidade. **Revista Práxis**, ano I, N, 1, 2004.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **História das instituições escolares e das práticas educativas**. Braga, Portugal: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, 2000 (Brochura),

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 179-195. Novembro, 2001.

E A FESTA, AONDE ESTÁ NA EDUCAÇÃO? UMA REFLEXÃO SOBRE AS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO E O ENQUADRAMENTO PRODUZIDO NAS FESTAS POPULARES.

Lúcio Enrico Vieira Attia
UFPE - lucio.enrico@ufpe.br

.INTRODUÇÃO

Refletir sobre a Educação é praticamente sinônimo de produzir conteúdos que abordam processos de ensino-aprendizagem realizados em instituições educativas. Somado à isso, se enfocamos o tema das *festas populares*, no âmbito da Educação, percebemos o quanto a produção acadêmica sobre estas formas de comemoração parece provocar uma delimitação específica das manifestações culturais, que acabam por produzir efeitos pegagogizantes, transformando-as em recursos didáticos, que são utilizados de maneira instrumentalizada, em detrimento de valorizar o seu próprio potencial educativo enquanto prática cultural.

No artigo ora proposto pergunta-se: aonde está a *festa* na Educação? E busca construir uma reflexão sobre de que maneira o enquadramento das *festas*, a partir de suas diferentes modalidades educativas, tende a invisibilizar, no âmbito acadêmico, seus processos formativos, sobretudo no que diz respeito à *Educação Informal*.

Trata-se, esta empreitada, da construção de uma peça que comporá pesquisa realizada no *Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco [PPGEdu]*, pertencente à linha *Identidades e Memórias*.

A tese em curso tem como horizonte contribuir com a ampliação do debate acerca das relações entre a Cultura e a Educação. Compreende um esforço reflexivo que tem como objetivo compreender as *festas populares*, a

partir do *Encontro de Bois de Olinda*¹, como um objeto de estudo da Educação, no âmbito da *Educação Informal*, tendo como referencial teórico-analítico o Paradigma da Dádiva², proposto por Marcel Mauss³.

OBJETIVO

Elaborar uma reflexão sobre como a área da Educação, através de suas modalidades: *Educação Formal*, *Educação Não Formal* e *Educação Informal*, tem abordado o tema das festas populares na produção acadêmica, e os efeitos de sentido produzidos a partir de tais enquadramentos.

1 O Encontro de Bois de Olinda foi o objeto de estudo da minha pesquisa de mestrado. Para saber mais acesse: ATTIA, Lúcio Enrico Vieira. Encontro de Bois de Olinda “a festa na Quarta de Cinzas é na casa de Dona Dá!” Ponto de convergência para múltiplas “culturas viajantes”. Dissertação de Mestrado em Cultura e Territorialidades, UFF. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/42913913/ENCONTRO_DE_BOIS_DE_OLINDA_A_FESTA_DA_QUARTA_DE_CINZAS_%C3%89_NA_CASA_DA_DONA_D%C3%81_Ponto_de_converg%C3%Aancia_para_m%C3%BAltiplas_culturas_viajantes Acesso em 17 mar 2022.

2 Ensaio sobre a Dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas [no original Ensaio sobre o dom], escrito por Marcel Mauss, publicado em 1924, tem 131 páginas e 527 notas. É um dos textos mais conhecidos do autor, e pode ser considerado um texto seminal. A partir dele, foram lançadas as bases para uma terceira via de compreensão das sociedades que vão para além do utilitarismo e do comunitarismo. No texto, o autor afirma que seu objeto de investigação serão as trocas e os contratos que muitas civilizações fazem por meio de presentes; presentes estes que tem um caráter voluntário e aparentemente livre e gratuito, e ao mesmo tempo também obrigatório e interessado nessas prestações. O problema proposto no Ensaio sobre a Dádiva diz respeito à reflexão sobre a regra de direito e de interesse que faz com que o presente recebido seja obrigatoriamente retribuído. Mauss pergunta-se: que força é esta que existe na coisa dada que faz com que o donatário a retribua? Em síntese, em sua argumentação, Mauss parte do conceito de prestação total para nos apresentar a força [mana] que faz com que o presente dado seja retribuído [por meio da tríplice operação dar-receber-retribuir], a fim de nos mostrar como os laços sociais são construídos. Em sua conclusão, o autor afirma que esta metodologia/sistema de direito contratual e de prestações econômicas permanece viva em nossas culturas, sendo mesmo uma rocha fundamental da vida humana. Atualmente o M.A.U.S.S. [Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais] dá prosseguimento ao discurso fundador de Marcel Mauss.

3 Marcel Mauss, foi antropólogo, sociólogo e etnólogo. Alguns de seus aclamados trabalhos foram reunidos no livro *Sociologia e Antropologia*, de 1960, que inclui as obras: *Esboço de uma teoria geral da magia*, de 1902; *Ensaio sobre a Dádiva*, de 1924; *Relações reais e práticas entre a Sociologia e a Psicologia*, também de 1924; *Efeito físico no indivíduo da ideia de morte sugerida pela coletividade*, de 1926; *Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de ‘eu’*, de 1938; *As técnicas do corpo*, de 1934; e *Morfologia social*, de 1906.

METODOLOGIA

Revisão de Literatura a partir do acesso ao *Catálogo de Teses e Dissertações* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [Capes], assim como da UFPE, a partir de filtros visando encontrar produções específicas de programas de pós-graduação em Educação. Utilização de expressões *booleanas* nos mecanismos de busca e, internamente aos conteúdos coletados na pesquisa, aplicação do método das referências cruzadas, em busca de localizar os autores mais citados nas pesquisas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas ciências sociais há uma longa tradição de estudos pautados pela antropologia simbólica, que foi fundada por Marcel Mauss, na década de 1920 [embora só venha a receber este nome posteriormente], e continuada por inúmeros pesquisadores. Na perspectiva Maussiana, trata-se da perspectiva de que o mundo das ideias se alimenta da experiência concreta, que retroalimenta as representações sociais e vive-versa, interagindo continuamente.

A aproximação que busca-se operar aqui ao trazer o campo da Educação para dialogar com a Cultura é: se toda prática social é uma prática simbólica, na medida em que os signos não têm significados pré-existentes, e dependem do contexto vivido, isso significa dizer que ela é apreendida e que, portanto, é mediada por um processo de ensino-aprendizagem. Desta forma, por extensão, pode-se dizer que as *festas* são espaços pedagógico-educativos que constituem a formação humana; ou seja: participar de uma *festa popular* é também participar de uma experiência educativa.

Na elaboração desta proposição, parto do pressuposto de que as *festas populares*, são um *Fato Social Total*⁴, no sentido proposto por Mauss (1924); e sendo assim, elas podem ser compreendidas como *instituições*⁵ onde tudo se mistura e ocorre de maneira simultânea. Assim, com este marco teórico, me proponho a pensar que, para além da educação realizada em espaços formais

4 Mauss define o Fato Social Total como aqueles fenômenos sociais onde tudo se mistura. Ocasões onde são expressas, de uma só vez, as mais diversas instituições [crenças e comportamentos]: religiosas, jurídicas e morais - políticas e familiares ao mesmo tempo; econômicas - incluindo formas particulares do fornecimento e da distribuição; os fenômenos estéticos; e também os fenômenos morfológicos [configuração das partes] em que essas instituições [formas de ação] manifestam.

5 Aqui recomenda-se atenção: as instituições, de acordo com Durkheim, tio de Mauss, em *As regras do método sociológico* (1895), dizem respeito a todas as crenças e comportamentos - as formas de agir mantidas pela sociedade. Neste sentido, o conceito não deve ser entendido no sentido comum/cotidiano como um espaço físico, como uma escola; por exemplo.

e não formais de educação, as *festas populares* são também espaços educativos que produzem e fazem circular saberes que nos atravessam e constituem coletivamente.

As *festas populares* além de acionarem elementos comumente vinculados à tradição, permanecem em constante processo de criação/renovação nos educando permanentemente acerca do convívio em sociedade. E quando participamos destas *práticas de sociabilidade*⁶ - e tudo que elas colocam em movimento - estamos o tempo todo ensinando e aprendendo de maneira partilhada umas com as outras pessoas e fazendo circular diversos saberes, que ao fim e ao cabo, dizem sobre nossa forma de estar no mundo, de construir nossa identidade e a nossa memória. É neste sentido que reitero a pertinência da inclusão desta temática para o campo da Educação.

Na pesquisa exploratória realizada no *Catálogo de Teses e Dissertações* da Capes, no *Banco de Teses* do PPGEdU da Universidade, e ainda no *Atena - Repositório Digital da UFPE*, foi efetuado um levantamento a partir de programas específicos de Educação lançando mão da busca pela palavra chave “educação” combinadas à expressão *booleana* “e”, com as palavras “bois”, “encontro de bois”, “festa”, e “educação informal”, a fim de buscar pesquisas que contivessem obrigatoriamente a presença das duas palavras em questão.

Daquelas que possuíam arquivos digitais e divulgação autorizada, os resultados encontrados foram os seguintes:

Com a palavra chave “boi” foram encontradas duas teses. Uma delas apresentou como problema refletir se o trabalho com o tema da identidade cultural na formação inicial dos docentes possibilita a (re)construção de sua identidade no trabalho com as diferenças culturais nas escolas em Parintins (VASCONCELOS, 2016); já a segunda, também realizada na mesma cidade, refletiu sobre o modo de produção capitalista e o brincar de Boi-Bumbá nos grupos Garantido e Caprichoso (SILVA, 2015).

Com a expressão, entre aspas, “encontro de bois”, pesquisada de maneira geral no catálogo, sem necessariamente estar vinculada a um programa de educação - uma vez que é o objeto da pesquisa, foram localizados como trabalhos de pós-graduação *stricto sensu* outras duas dissertações além da minha. A primeira apresentou um debate sobre a dimensão estética dos mascarados em

6 Nesta pesquisa, festa e prática de sociabilidade serão utilizadas como sinônimos. Por prática de sociabilidade entende-se a associação de indivíduos com ocorrência de trocas simbólicas. Segundo RESENDE (2001, p. 1), na teoria social, a noção de sociabilidade refere-se geralmente a situações lúdicas em que há conagraçamento e confraternização entre as pessoas. Ariès (1981) afirma que este conceito relaciona-se a visitas, encontros e festas que envolvem trocas afetivas e comunicações sociais em que música e dança são elementos comuns e a comensalidade aparece quase como uma obrigatoriedade.

um encontro no Maranhão (FONSECA, 2015) - esta sem divulgação autorizada; e a segunda, um trabalho anterior à plataforma Sucupira, que descreveu a política pública de eventos para o Bumba Meu Boi no Piauí (PEREIRA, 2011).

Todos os trabalhos apresentados até aqui, de acordo com seus resumos, dialogam de maneira lateral com o objeto da investigação uma vez que o enfoque desta pesquisa é na modalidade de *Educação Informal*. Além disto, há que se destacar que, conforme foi relatado na pesquisa do mestrado, sabe-se que o *Encontro de Bois de Olinda*, é auto gerenciado pelos seus participantes, e desta forma, não é organizado pelo poder público, nem tampouco recebe recursos de instituições privadas.

Ao colocar a expressão “festa”, novamente acionando o filtro dos programas de pós-graduação em Educação, daquelas com acesso disponível, foram encontradas 36 pesquisas. Destas, 4 se aproximam do debate sobre *Educação Informal*. Dentro delas, pelo método de referências cruzadas, Carlos Rodrigues Brandão e Jandir Pessoa foram as principais menções encontradas. As demais tratam de pesquisas sobre a realização de festas em espaços de *Educação Formal e Não-Formal*.

A primeira delas abordou a Festa do Colono realizada no município de Maracajá, em Santa Catarina, e teve como objetivo compreender o espaço festa como local de trocas culturais, visando à educação das novas gerações (SOUZA, 2016).

A segunda abordou o louvor à São Sebastião na comunidade do Mulungu, Chapada Diamantina/Bahia para refletir sobre as dinâmicas de sociabilidade educativa que possibilitam o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (ROSA DE JESUS, 2016).

A terceira lançou mão dos festejos de Nossa Senhora do Rosário, em Minas Gerais, para pensar sobre como se dão os processos educativos de suas práticas simbólicas (ALVES, 2008).

A última pesquisa localizada com estes critérios de busca, “Pedagogia do estar junto: éticas e estéticas no bairro de São Sebastião do Rocio”, localizada no município de Palmas, Paraná, se perguntou de que modo os moradores negros do Bairro de São Sebastião inventaram socialidades e constituem o estar junto naquele espaço (MARQUES, 2008).

Estas quatro investigações abrem um diálogo mais próximo à pesquisa em desenvolvimento, que será desenvolvido durante a escrita do artigo.

Incluindo agora a expressão “educação informal” na busca, foram acessadas 17 pesquisas oriundas de programas de Educação. Quatro se aproximam do interesse desta investigação devido ao seu enfoque cultural. As demais, tratam

da Educação Informal realizada por meio da comunicação/mídia/imprensa, do consumo, de um centro de ciências, de tecnologias e por meio de instituições religiosas. Maria da Glória Gohn é a principal referência neste campo⁷.

“Educação e Capoeira: figurações emocionais na cidade do Recife-PE”, realizada no PPGEduc da UFPE, investigou os processos educativos realizados no universo da capoeira recifense (KOHL, 2012).

“Vozes da maré: extensão popular e a população marisqueira de Cabedelo-PB” parte de um projeto de extensão universitária para acessar os diferentes saberes produzidos pela *Educação Informal*, através da tradição oral de culturas familiares ou comunitárias e passadas de geração para geração na comunidade pesqueira (LIMA, 2019).

“Jacarecanga: Patrimônio e Memória da Cidade de Fortaleza” realiza uma articulação entre as categorias patrimônio, memória e cidade para refletir sobre uma educação que ultrapassa os espaços formais das escolas e universidades, ressaltando que o aprendizado ocorre, também, mediante a *Educação Informal* e que o espaço cidadão se torna, com efeito, um lugar por excelência para se aprender (BEZERRA, 2007).

“Angra de tantos reis: práticas educativas e jovens tra(n)çados da cidade”, de Paulo Cesar Rodrigues Carrano, parte da premissa de que a cidade é um espaço social de práticas educativas. O autor amplia o conceito de educação para a dinâmica da vida cultural e incorpora à sua análise os relacionamentos sociais que ocorrem para além das práticas concebidas para gerar aprendizagens. Sua tese indica a necessária invenção de rituais culturais públicos que favoreçam o encontro entre os diferentes grupos da juventude, como forma de ampliação da solidariedade social e fortalecimento da cultura pública democrática (CARRANO, 1999).

Estas quatro investigações, com as anteriores, abrem um diálogo mais próximo à pesquisa e também terão seu debate desenvolvido durante a escrita do artigo.

7 De maneira breve, na concepção da autora, pode-se dizer que a Educação Formal é aquela realizada no espaço escolar; a Educação Não Formal ocorre em espaços educativos onde há intencionalidade pedagógica [sendo este o foco de suas reflexões], como ONGs e Associações Comunitárias, por exemplo; e a Educação Informal seria aquela apreendida sem esta intencionalidade, dizendo respeito ao local de nascimento da pessoa, às experiências familiares, territoriais, religiosas, de classe social etc. Há que se ressaltar, desde já, que na literatura encontrada, percebe-se que as autorias utilizam de maneira diferenciada a tipologia Educação Não Formal e Educação Informal. Na oportunidade da escrita do artigo estes conceitos serão mais desenvolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados coletados nesta etapa exploratória da pesquisa demonstram como ainda nos dias de hoje, tratar de Educação no Brasil, para a produção do conhecimento acadêmico, é praticamente sinônimo de abordar processos educativos realizados em espaço escolar. Neste sentido, a relevância da investigação está em possibilitar novas reflexões no campo da Educação, pois embora há muito já se saiba que a prática educacional não ocorre exclusivamente em instituições educativas (BRANDÃO, 1981), percebe-se que o centro do debate das pesquisas ainda permanece vinculado quase que exclusivamente à *Educação Formal*. E se no âmbito da *Educação Não Formal*, existem poucas produções, parece-me, que o debate sobre a *Educação Informal*, praticamente não tem sido enfatizado na produção universitária. E mais ainda, se dentro desta modalidade de educação, afunilarmos a busca, e lançarmos nosso olhar para a dimensão das *festas populares*, percebe-se que o assunto historicamente tem sido posto à margem das produções científicas.

Como se espera ter podido fazer perceber neste resumo expandido, há muito trabalho a ser feito.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vânia de Fátima Noronha. Os festejos do reinado de Nossa Senhora do Rosário em Belo Horizonte/MG: práticas simbólicas e educativas. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação. USP. São Paulo, 2008. 251 p. https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-17062008-152027/publico/Vania_de_Fatima_Noronha_Alves.pdf Acesso 22 março 2022.

BEZERRA, Fátima Maria Alencar Araripe. Jacarecanga: patrimônio e memória da cidade de Fortaleza. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira. UFC. Fortaleza (CE), 2007. 234 p. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/8647> Acesso 22 março 2022.

ARIES, Philippe. História social da criança e da família. Tradução Dora Flaksman. 2ª edição. Rio de Janeiro, Zahar. 1981. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5525040/mod_resource/content/2/ARI%C3%88S.%20Hist%C3%B3ria%20social%20da%20crian%C3%A7a%20e%20da%20fam%C3%ADlia_text.pdf Acesso em 10 de junho de 2013.

ATTIA, Lúcio Enrico Vieira. Encontro de Bois de Olinda “a festa na Quarta de Cinzas é na casa de Dona Dá!” Ponto de convergência para múltiplas “culturas viajantes”. Dissertação de Mestrado em Cultura e Territorialidades, UFF. Niterói, 2015. 218 p. Disponível em: https://www.academia.edu/42913913/ENCONTRO_DE_BOIS_DE_OLINDA_A_FESTA_DA_QUARTA_DE_CINZAS_%C3%89_NA_CASA_DA_DONA_D%C3%81_Ponto_de_converg%C3%Aancia_para_m%C3%BAltiplas_culturas_viajantes Acesso em 17 mar 2022.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação? São Paulo. Brasiliense, 1981. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1992579/mod_resource/content/1/O%20que%20e%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf Acesso em 17 mar 2022.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. Tradução de Paulo Neves. São Paulo. Martins Fontes, 2007 (Coleção Tópicos). Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/durkheim-c3a9-as-regras-do-mc3a9todo-sociolc3b3gico.pdf> . Acesso em: 07 jul. 2021

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. Angra de tantos reis: práticas educativas e jovens tra(n)çados da cidade. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. UFF. Niterói, 1999. 460 f. Disponível em: <https://silo.tips/download/paulo-cesar-rodrigues-carrano-angra-de-tantos-reis-praticas-educativas-e-jovens> Acesso 22 março 2022.

FONSECA, Danielle de Jesus de Souza. Mascarados Em Cena: Comicidade, Caminhada E Festa No Encontro De Bois Em São Luís Do Maranhão. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Artes. UnB. Brasília/DF, 2015. 144 p. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conce/article/view/8648651>. Acesso em 22 março 2022

KOHL, Henrique Gerson. Educação e capoeira: figurações emocionais na cidade do Recife-Pernambuco-Brasil. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação. UFPE. Recife, 2012. 390 p. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13003> Acesso 22 março 2022.

LIMA, Bruna Alice Taveira de. Vozes da maré: extensão popular e a população marisqueira de Cabedelo-PB. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação. UFRN. Natal, 2019. 211f. Disponível em:

<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/27743>. Acesso 22 março 2022.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. 1924. 131 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1888?show=full> Acesso em 30 set 2015.

MARQUES, Sônia Maria dos Santos. Pedagogia do estar junto: éticas e estéticas no bairro de São Sebastião do Rocio. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Educação. UFRGS. Porto Alegre, 2008. 206 p. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13274/000642476.pdf?sequence=1#:~:text=Para%20fundamenta%C3%A7%C3%A3o%20te%C3%B3rica%20buscamos%20contribui%C3%A7%C3%B5es,a%20viv%C3%Aancia%20da%20festa%2C%20a> Acesso 22 março 2022.

PEREIRA, Francisco da Silva. BUMBA, MEU BOI! (Cultura popular e a política cultural de eventos em Teresina-PI: encontros e desencontros na arena pública da festa). Dissertação de mestrado. Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas. UFPI. Teresina, 2011. 190 fls. Disponível em: <https://repositorio.ufpi.br/xmlui/handle/123456789/2040> Acesso 22 março 2022.

REZENDE, Cláudia Barcellos. Os limites da sociabilidade: “cariocas” e “nordestinos” na feira de São Cristóvão. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2145/1284>. Acesso 25 set 2013.

ROSA DE JESUS, Maria Eunice. O rezar e o festar na comunidade do Mulungu : dinâmicas de sociabilidade educativa. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade. Uneb. Salvador, 2016. 252 p. Disponível em: https://silo.tips/queue/universidade-do-estado-da-bahia-uneb-departamento-de-educacao-dedc-i-programa-de--4?&queue_id=-1&v=1647988235&u=NDUuNzEuODYuMTc0 Acesso 22 março 2022.

SILVA, Elizandra Garcia. O modo de produção capitalista e o brincar de boi-bumbá Caprichoso e Garantido. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação. UFAM. Parintins, 2015. 120 p. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/4699/2/Tese%20-%20Elizandra%20>

Garcia%20da%20Silva.pdf Acesso em 22 março 2022.

SOUZA, Odécia Almeida de. Espaço de educação e identidades : Festa do Colono de Maracajá (SC), 1989-2015. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação. UNESC. Santa Catarina, Criciúma, 2016. 231 p. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/4000/1/Od%c3%a9cia%20Almeida%20de%20Souza.pdf> . Acesso em 22 março 2022.

VASCONCELOS, Corina Fátima Costa. Pedagogia da Identidade: interculturalidade e formação de professores. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação. UFAM. Manaus, 2016. 330 p. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4389985 Acesso em 22 março 2022.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MUSICAL: CAMINHOS DA PRODUÇÃO INTELECTUAL POR MEIO DO DOSSIÊ POLIFONIAS EM SABERES

Ricardo dos Santos Alencar
Universidade Federal do Piauí

INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte de uma pesquisa que se propõe a refletir sobre a História da Educação Musical como área de estudo, por meio da análise de textos oriundos do dossiê temático *Polifonias em saberes: música, educação e história*, da revista Caminhos da Educação, que é vinculada à Universidade Federal do Piauí – UFPI. A investigação se fundamenta com as ideias de Spíndola (2010) referente à História da Cultura Intelectual, Bittencourt (2004) a respeito de um novo patrimônio cultural pelo viés da História Cultural, Delgado e Ferreira (2013) a respeito da História do tempo presente e Pereira (2015), referente às teorias de formação de campo de Pierre Bourdieu.

O volume 3, número 1 de 2019 do periódico supramencionado se concentra em textos de investigadores que se ocuparam, mais especificamente, de assuntos relacionados aos caminhos de formação de musicistas, docentes e discentes. No dossiê também há artigos que questionam a respeito da performance em banda, como fator educativo e socializador, além de escritos que investigaram livros como fonte de pesquisa para compreender aspectos da cultura musical do século XIX.

Em relação à justificativa, juntamente com Norma Ferreira (2002) este escrito discorre sobre o desafio de mapear e discutir uma certa produção acadêmica em diferentes áreas do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados de tempos em tempos. Nessa interpretação, esta pesquisa busca observar quais as temáticas mais abordadas pelos textos do dossiê *Polifonias em saberes*, apontando também caminhos a serem mais explorados, de maneira a contribuir com esse campo de estudos.

Os primeiros resultados desta investigação apontam um crescente movimento da produção intelectual da História da Educação Musical, apontando novos espaços de atuação e publicação de trabalhos, além de indicar predisposições metodológicas, articulação entre autores e expansão de discussões sobre a relação que o ensino de música possui com a cultura.

OBJETIVOS

Este artigo possui o objetivo de analisar os caminhos das pesquisas a respeito da História da Educação Musical, por meio do dossiê *Polifonias em saberes: música, educação e história*, da revista “Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades”, v. 3, n. 1, 2021, da Universidade Federal do Piauí. A pesquisa busca depreender o significado dessa obra no percurso da produção dessa área de estudos.

METODOLOGIA

Os dados foram obtidos por meio de revisão de literatura nos arquivos digitais da website da revista “Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades”. A investigação se concentrou nos textos do dossiê *Polifonias em saberes*, presente no volume 3, número 1, de 2021 do periódico que está vinculado ao Núcleo de Pesquisa Educação, História e Ensino de Música - NEHEMUS do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Piauí – UFPI. O periódico também é ligado ao grupo de pesquisa Eleko: histórias, culturas e experiências formativas do Programa de Pós-graduação em Educação (ProPEd) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro -UERJ. A verificação contabilizou os escritos desse compilado e analisou qualitativamente os conteúdos das produções, apontando fundamentações e tendências metodológicas da pesquisa desse campo.

Ainda no viés metodológico, esta pesquisa fez uso da História Oral por meio de entrevistas concedidas por duas professoras e um professor que se destacam pela contribuição e representatividade de suas produções na História da Educação Musical. São eles: Inês de Almeida Rocha, Ademir Adeodato e Susana Cecília Almeida Igayara de Souza. As interlocuções com os convidados tiveram a intenção de captar questões que antecederam a publicação do dossiê, como as mobilizações dos organizadores e autores, assim como compreender as impressões desses entrevistados em relação ao significado deste compilado de textos para esta área de estudos.

Os diálogos com os pesquisadores selecionados neste estudo ocorreram no decorrer do ano de 2021, e foram conduzidos por mim durante o curso de mestrado, que acontece no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, guiados por um roteiro de perguntas. Após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UFPI iniciei um primeiro contato com os três professores selecionados, e posteriormente marcamos as entrevistas. Os registros desses encontros aconteceram por

meio de gravação de vídeo, pelo Google Meet¹, proporcionando um contato virtual que solucionava a questão da distância geográfica existente entre os entrevistados e eu, pois um dos interlocutores era do Rio de Janeiro, outro do Espírito Santo e outro de São Paulo, sendo que as conversas foram conduzidas de Teresina – PI. Além disso, a plataforma digital atendia às condições de isolamento impostas pelos decretos sanitários de âmbito nacional que visavam conter o avanço da pandemia do Corona virus no período vigente.

Para a transcrição das entrevistas foi utilizada a ferramenta audext, um software disponível online no endereço <https://audext.com/pt-br/>. Esta plataforma não transcreve o texto de maneira formatada, sendo, portanto, necessário ajustes como correções ortográficas e separação de palavras. A formatação das transcrições dos diálogos também foi manual, tais como ajuste de espaçamento, parágrafos e numeração de páginas. As conversas em formato de vídeo (MP4), maneira pela qual o Meet grava, tiveram que ser transformadas em arquivos de áudio (MP3), pois o audext só transcreve áudio. Para tal conversão utilizei o FormatFactory, um conversor multimídia que converte áudio, vídeo e arquivos de imagem. Em seguida, de posse do corpo do texto, fiz os ajustes na parte escrita.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conjunto de escritos do dossiê sugere discussões tanto em torno de elementos da (auto) biografia, como também da história das Instituições de ensino. Destaca também a relação música/cultura e da pedagogia do ensino desta linguagem artística. Isso foi possível de constatar na medida em que as produções apontavam eixos semelhantes em relação aos objetos, assim como os focos das investigações. Por esta razão, para melhor interpretação dos assuntos, os textos foram agrupados dentro de temáticas que ficaram organizadas da seguinte maneira:

1 Google Meet é uma plataforma de serviço de comunicação por vídeo desenvolvido pelo Google. É um dos dois serviços que substituem a versão anterior do Google Hangouts, o outro é o Google Chat.

Figura 1: Tabela de temáticas do dossiê Polifonias em saberes

| TEMÁTICAS | TÍTULOS DO TRABALHOS |
|----------------------------|---|
| (Auto) biografia | * <i>De arrepiar: a musicista piauiense Gislene Danielle e suas artes - canto, interpretação, docência</i> – Márcia Pereira de Oliveira; * <i>Polifonia da fé protestante: a Música Sacra como elemento educativo em Henriqueta Rosa Fernandes Braga (1961)</i> - Marco Antonio Toledo Nascimento e Priscila de Araujo Garcez. |
| Práticas educativas | * <i>Música e banda: tessitura da inserção social no Piauí (1905-1948)</i> - Pedro Thiago Costa Melo e Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti. * <i>Destaques com enfoque histórico social no ensino de música em escolas do Município de Duque de Caxias (RJ) durante o século XX</i> - Eduardo Teixeira Destord e Inês de Almeida Rocha. |
| Instituições | * <i>A fundação da Licenciatura em Música da Universidade Federal de Campina Grande: apontamentos históricos</i> - João Valter Ferreira Filho; |
| Educação musical e Cultura | * <i>O repertório pianístico dos programas de recitais de alunos da EMEM (2001-2010)</i> - João Costa Gouveia Neto e Luisiane Cristina Sá de Almeida. * <i>O “amor” pela Música, um Dicionário e a Cultura Musical como Pedagogia no século XIX</i> – Gilberto Vieira Garcia; * <i>O ensino de música nas escolas brasileiras, da Colônia à Ditadura civil-militar: faces do conservadorismo</i> - Wladimir de Oliveira Marques e Monique Andries Nogueira; |

Fonte: Dados da pesquisa, 2021

Os resultados desta investigação apontam a significativa participação feminina no quadro de autores deste compilado de escritos, além de destacar a contribuição das mulheres professoras de música que foram investigadas neste conjunto de textos. Além disso, o documento aqui estudado (dossiê) também compartilha fundamentações que perpassam a Sociologia, bebe na fonte da História da Educação e mantém contato com a Educação Musical.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos da produção intelectual da História da Educação Musical analisados por meio do dossiê *Polifonias em saberes* apresentam um panorama das tendências investigativas do tempo presente nesse campo. O conjunto de produções temáticas destaca a participação de mulheres pesquisadoras nessa área de estudos, além de apresentar a relevância das professoras de música (protagonistas das investigações) em cada contexto da docência musical do nosso país. O compilado também deixa pairando questões como a relação da educação musical com a cultura, além de deixar abertos acessos investigativos sobre a história das instituições de ensino.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de História. **Revista História Hoje**. Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 19-34, 2013. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/90>. Acesso em 18 mar. 2022.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 79, p.257-272, ago. 2002.

PEREIRA, Eliane Aparecida Teixeira. O conceito de campo de Pierre Bourdieu: possibilidade de análise para pesquisas em história da educação brasileira.

REVISTA CAMINHOS DA EDUCAÇÃO. Teresina: Ufpi, v. 3, n. 1, 10 jan. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/cedsd/index>. Acesso em: 10 jan. 2022.

Revista Linhas. Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 337-356, 2015. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/>. Acesso em 18 mar. 2022.

SPÍNDOLA, Pablo. HISTÓRIA DA CULTURA INTELECTUAL: POSSIBILIDADES TEÓRICAS. Em *Tempo de Histórias*, Brasília, v. 1, n. 16, p. 54-72, 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/19912>. Acesso em: 20 jul. 2021.

NARRATIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS SOBRE A FORMAÇÃO E PRÁTICAS INTERPRETATIVAS DE PROFESSORES VIOLONISTAS

Paulo Henrique Pereira Soares da Silva
UFPI - pauloeurope@gmail.com

Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti
UFPI - ednardo@ufpi.edu.br

INTRODUÇÃO

O trabalho foi realizado com dois professores do curso de licenciatura em música da Universidade Federal do Piauí, localizada na zona leste de Teresina, no campus Ministro Petrônio Portella, e com outros dois professores que atuam no curso técnico em música do Instituto Federal do Piauí, localizado no centro (sul). Nesta perspectiva, o trabalho foi realizado através de entrevistas narrativas (auto)biográficas com os professores. Sendo assim, as perguntas que norteiam este trabalho são: como a performance foi construída na formação desses sujeitos? Como eles desenvolvem a prática interpretativa com os alunos?

Como resultado de minhas experiências pessoais como violonista, como professor de violão que busca instigar a performance dos meus alunos em apresentações escolares e como estudante de música, resolvi investigar as práticas interpretativas por meio da pesquisa (auto)biográfica, buscando observar de que modo isso se efetiva no processo de profissionalização dos professores doutores e doutorandos e como eles a desenvolvem nos alunos. De alguma forma, busco contribuir para as discussões relacionadas com as práticas interpretativas e também com as pesquisas (auto)biográficas aplicadas na educação musical. Com isso, é possível ajudar outros educadores musicais sobre como proceder para desenvolver essas práticas com seus alunos através da experiência narrada pelos professores entrevistados, mediante a pesquisa (auto)biográfica.

OBJETIVOS

Tem como objetivo geral Investigar a formação e as práticas interpretativas dos professores doutores e doutorandos que têm o violão como instrumento e que atuam em instituições federais de ensino em Teresina. Sendo assim, os objetivos específicos são: compreender como se deu a questão da performance

musical na formação dos professores; entender como os professores desenvolvem a prática interpretativa com os alunos; analisar como a prática interpretativa dos professores acontece?

METODOLOGIA

O presente trabalho é de caráter exploratório e foi realizado por meio da perspectiva da pesquisa (auto)biográfica, a partir da entrevista narrativa temática individual com dois professores doutores que atuam no curso de licenciatura em Música da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e dois professores doutorandos do Instituto Federal do Piauí (IFPI) que também integram o departamento de música.

Segundo Weller e Zardo (2013), para Schütze (2011) a entrevista (auto)biográfica tem uma grande importância na pesquisa qualitativa, ou seja, no processo de análise das informações narradas pelo sujeito. Isso porque é um método que permite apreender, de maneira clara e eficaz, mediante as narrativas dos sujeitos entrevistados, suas experiências de vida, bem como seu percurso de formação e profissionalização.

Conforme Dominicé (2014, p. 81), “Aquilo em que cada um se torna é atravessado pela presença de todos aqueles de que se recorda. Na narrativa biográfica, todos os que são citados fazem parte do processo de formação”. Nessa perspectiva, “a força da estrada do campo é uma se alguém andar por ela, outra se a sobrevoa de aeroplano. Assim é também a força de um texto, uma se alguém o lê, outra se o transcreve” (BENJAMIN, 2012b, p. 14).

As fontes utilizadas no presente trabalho foram obtidas por meio de entrevistas narrativas temáticas, que aconteceram em abril de 2021, através de vídeo conferência, por meio da plataforma digital *Google Meet*. Nesse sentido, foi realizada uma entrevista com cada participante da pesquisa, que abordou as práticas, as experiências e as formações dos sujeitos entrevistados. Inicialmente, entrevistamos os professores doutores que têm o violão como instrumento e que atuam na Universidade Federal do Piauí.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Formação: a construção do ser docente

O presente tópico e os demais propõem-se às análises das entrevistas, por esse motivo, possui grande relevância, na medida em que se dedica às reflexões referentes à construção da performance musical no processo de formação dos docentes entrevistados, bem como sua relação com a formação

pedagógica. Percebe-se, logo no primeiro momento das entrevistas, que trata da identificação destes professores, que apenas os doutorandos da pesquisa, ou seja, Francisco Adelino de Sousa Frazão e Emanuel de Carvalho Nunes, são do Piauí, mais especificamente de Teresina. Entretanto, todos os docentes entrevistados trabalham em instituições públicas de Teresina.

Dos quatro, dois saíram de suas cidades natais e vieram para o Piauí. Edson Figueiredo nasceu em Petrópolis-RJ, mas cresceu em Santa Catarina, fez sua graduação e mestrado em Curitiba, o doutorado em Porto Alegre, e em seguida veio para o Piauí; e Gabriel Nunes nasceu em Fortaleza, onde estudou sua graduação e mestrado, e fez o doutorado sanduíche, estudando um tempo no Canadá – Québec (Faculté de Musique).

De acordo com o relato dos professores, foi possível perceber que dois deles não tinham a pretensão de estudar ou trabalhar com música, é o caso de Edson Figueiredo e Francisco Adelino, conforme os trechos que se seguem:

Eu não tinha pretensões de trabalhar com música, tanto que quando eu tinha terminado o ensino médio, eu fiz o vestibular para engenharia elétrica, não cogitava trabalhar com música, mas foi meu primeiro emprego, [...] eu já estava ganhando dinheiro dando aula, então resolvi seguir e aí foi que eu decidi fazer o curso superior né (EDSON FIGUEIREDO, depoimento oral, 2021).

Fiz eletrônica no CEFET [...], e a minha intenção não era fazer música. Eu tocava violão meio que é autodidata por meio de um cursinho que eu fiz no Sesc, [...] aí eu tocava um violãozinho popular e tal e tinha desejo, mas o meu foco não era esse. Na época que eu me formei em eletrônica eu passei em dois concursos para cursos para trabalhar na Vale do Rio Doce, em Carajás né ali próximo de Parauapebas e passei também para o vestibular de Aviação Civil, Instituto de Aviação Civil, que era para estudar em Brasília, mas eu não fui para nenhum desses dois locais [...]. Eu não fui e aí fiz um teste para a Universidade [...], o vestibular. Acabei que me formei em artes, se chamava Licenciatura Plena em Educação Artística com Habilitação em Música (FRANCISCO ADELINO, depoimento oral, 2021).

Alguns dos professores entrevistados tiveram seu primeiro contato com o ensino da música, mais especificamente com o instrumento violão, de maneira informal. Eles narraram que aprenderam o instrumento por meio da ajuda de amigos, colegas de escola ou até mesmo sozinhos, lendo revistas de música, como podemos observar no relato a seguir:

Por volta dos 16 anos, quase para 17 anos, eu fui me interessar pelo violão enquanto instrumento, influenciado mesmo pelos colegas da escola, né. Tinha um colega na escola que tocava violão né, inclusive foi esse colega, ele até já faleceu né, faleceu em 2004, seria uma pessoa da minha idade né, faleceu num acidente de moto e foi essa pessoa, que é o Carlos Alberto, que me ensinou os primeiros acordes, isso já está falando em 89 né, aproximadamente. E aí ele me ensinou os primeiros acordes no violão e tudo, aí posteriormente, minha família, pai foi quem me deu um violão porque os primeiros acordes eu aprendi assim, eu ia na casa do colega, ficava pegando o violão, não tinha

nenhum violão para praticar e depois meu pai me deu um violão e eu comecei a praticar de uma maneira mais assídua, mas essa parte inicial foi toda mesmo com o que a gente chamou de violão popular, tocava violão por cifras, tocava de ouvido, e sozinho comecei a aprender um pouco de partitura né, de uma maneira ali solta (EMANUEL NUNES, depoimento oral, 2021).

Eu sou formado, eu fiz a princípio eletrônica no Instituto Federal quando ainda era CEFET, eu participei do IFPI na época quase da transição porque antes era Escola Técnica de sete, e depois foi todo aquele processo de se transformar Instituto, então eu participei daquela transição. Fiz eletrônica no CEFET né, e a minha intenção não era fazer música, eu tocava violão meio que autodidata por meio de um cursinho que eu fiz no Sesc, e aí eu tocava um violãozinho popular e tal e tinha desejo de estudar, mas o meu foco não era esse né (FRANCISCO ADELINO, depoimento oral, 2021).

Eu comecei a tocar com 13 anos de idade por influência dos meus amigos, mas sempre foi uma prática muito informal, sempre eu estudei com revista, na minha época era revista de cifra né, quando eu tinha 13 anos era aquelas revistas de cifras, era pegando as músicas que eu gostava de ouvido mesmo ou vendo uma galera como é que eles tocavam, ficava tentando pegar como é que eles tocavam. E aí eu não sei se tu sabes, Paulo, mas tem uma época que a internet surge, o computador surge, e aí muda muito essa relação das pessoas, na minha época quando tinha revistinha era uma coisa, aí de repente eu consegui ganhar um computador na época e aí ainda não tinha tanta internet. Então eu tinha que ir para algum lugar fazer cópia das cifras sabe, pagava lan house e copiava a cifra no papel e aí voltava para casa e ficava estudando com aquelas tablaturas e tal, então era muito informal mesmo, copiava e enfim, aí às vezes eu tinha um amigo que conseguia imprimir algumas coisas para mim, aí era legal, enfim, era interessante, mas toda essa minha formação até o ensino superior, até os 18 anos, foi totalmente informal (GABRIEL NUNES, depoimento oral, 2021).

Já o professor Edson Figueiredo teve um contato mais formal com a música, mais especificamente com o violão, ainda na infância. Ele estudou em uma escola de música particular, conforme o relato:

Eu comecei a tocar na verdade quando tinha 9 anos e foi porque minha mãe me levou para a aula, né. Ela comprou o violão e me levou para a aula de música. Então ela quis me colocar na aula de música e eu aceitei. fiz dois anos e chegou uma hora que enjoiei e parei, aí o violão ficou lá abandonado. Quando eu era adolescente me interessei de novo e comecei a tocar e tal, e eu era um aluno de uma escola de música particular (EDSON FIGUEIREDO, depoimento oral, 2021).

De acordo com o depoimento de alguns dos professores entrevistados, como Francisco Adelino e Emanuel Nunes, percebe-se que os dois que são do Piauí, da cidade de Teresina, estudaram na Universidade Federal do Piauí (UFPI), e na época em que fizeram a graduação, por volta de 2003 e 2007, ainda não existia o currículo de música no ensino superior. Sendo assim, eles cursaram Licenciatura em Educação Artística com Habilitação em Música.

Em outro contexto, o professor Gabriel Nunes, ao relatar sobre sua formação, afirma que na sua época em que ingressou na graduação, por volta de 2007, cursou Licenciatura em Música na Universidade Federal do Ceará (UFC). Portanto, observa-se que os professores entrevistados vieram de uma licenciatura, ou seja, uma formação mais voltada para a docência.

A esse respeito, Penna (2007, p. 50) exterioriza que “a licenciatura em música é a formação profissional por excelência para o educador musical: não apenas é ela que lhe dá formal e legalmente o direito de ensinar, como é a formação ideal, aquela que nossa área tem defendido e construído, em um árduo processo”. Ademais, há uma similitude entre o tradicional ensino de conservatório e a licenciatura, no que se refere ao ensino da linguagem musical e suas regras. A dessemelhança, nesse sentido, está no fato de que é dada uma menor atenção à técnica instrumental, ao uso do repertório e ao ensino coletivo do instrumento, e isso envolve não somente a música erudita, mas também a música popular e o folclore (VIEIRA, 2000).

Diferente desses três docentes entrevistados advindos da licenciatura, o professor Edson Figueiredo teve uma formação em bacharelado, cuja perspectiva volta-se mais à formação de músicos concertistas, e não especificamente de professores. Edson Figueiredo, nas suas narrativas, afirma que:

No meu curso superior, por exemplo, no bacharelado, era muito a questão da performance, como você espera que seja né num curso de bacharelado. Então você está trabalhando ali para formar concertistas, né. Então tinha que tocar muito, tinha que tocar na universidade, tinha que tocar fora, estava sempre dando recital num lugar ou outro, tocava em grupo também, tocava solo, então o curso exigia muito da gente assim né, para tocar (EDSON FIGUEIREDO, depoimento oral, 2021).

Segundo as narrativas autobiográficas dos entrevistados, pode-se inferir que a performance musical se deu durante processo de formação, e principalmente na graduação ocorreu de forma mais sistematizada. Entretanto, aquelas não foram suas primeiras performances, pois todos esses docentes já tinham vivido experiências performáticas em apresentações musicais com violão desde a época de escola.

Nesse sentido, alguns dos professores entrevistados disseram ter vivenciado experiências muito semelhantes na formação superior, pelo fato de que faziam recitais nas praças e pátios da universidade, e a cada final de semestre se apresentavam nos auditórios de forma mais didática. Além disso, havia a preparação para as performances em público durante as aulas. Todavia, Emanuel Nunes afirmou que essa preparação não tinha muito aprofundamento, visto que os níveis de performances eram mais simples.

Em contraste com os demais entrevistados, o professor Gabriel Nunes relatou não ter experienciado tantas apresentações a cada final de período no curso, como expressaram os demais docentes. Posteriormente, em seu terceiro ano de curso, por volta de 2009, o professor Gabriel Nunes fez parte de um quarteto de violões, no qual pôde adquirir várias vivências e experiências com performances dentro do meio universitário. O entrevistado ainda acrescenta que:

Nós fizemos parte de editais e a gente tocou no Dragão do Mar, que é um espaço cultural grande lá do Ceará, sabe. Então todo ano a gente fazia um espetáculo, um show com alguma temática específica ou então nós tocamos repertório de violonistas cearenses. Nós fizemos um repertório mais violonístico do mundo, assim, a gente tocava Beatles, tocava música brasileira, Carinhoso, tocava Pixinguinha, tocava Lamento, tocava Odeon, a gente tocava Verano Porteño, né. Então tocava música do mundo. Foi um repertório bem diversificado. [...], teve um ano foi só repertório de violonistas cearenses. Então a gente começou a ter essa vivência no centro cultural Dragão do Mar, teve uma época que nos chamaram no Dragão do mar para tocar no planetário de lá, [...], estava acontecendo a exposição do planetário né, o show do planetário, as imagens né, e aqueles vídeos, é tudo escuro não sei se tu já foi a um planetário, é incrível assim. E aí a gente estava tocando, então a música de fundo dos vídeos foi o quarteto de violões da UFC, então assim, eu tive uma vivência muito interessante da Universidade com o Quarteto (GABRIEL NUNES, depoimento oral, 2021).

Além disso, o professor Gabriel Nunes, que também veio de uma licenciatura, afirmou em seu relato que durante a graduação passou vários anos em conservatório. Nesse caso, sua formação se distancia da formação do professor Edson Figueiredo, que fez bacharelado. Com isso, podemos perceber uma certa semelhança entre as experiências desses docentes no que se refere à performance musical, pois apesar de três deles serem advindos da licenciatura, ainda assim estiveram em muitas apresentações e recitais didáticos, ou seja, a performance musical sempre esteve presente em boa parte da formação acadêmica desses professores. Nesse aspecto, de acordo com relatos colhidos, alguns dos entrevistados consideram que as apresentações no período da graduação marcaram sua formação, em alguns casos de maneira positiva e em outros de maneira negativa.

Em contraposição aos demais docentes sujeitos da pesquisa, o professor Francisco Adelino afirmou que as apresentações musicais durante a graduação não marcaram sua formação, principalmente por trabalhar com perspectivas diferentes das que ele experienciou em seu processo formativo. A esse respeito, Francisco Adelino afirma que:

Não, não, para mim não, para outras pessoas pode ser que sim. Porque eu digo que para mim não? É porque para mim a música erudita, a cada dia que passa, eu não diria que não faz sentido, mas eu diria que é uma coisa muito distante da minha prática pessoal, profissional e acadêmica. A música popular para mim, ela faz muito mais sentido.

Eu não estou dizendo que eu não estou valorando, entenda. O que eu estou colocando é que a música popular para mim sempre fez muito mais sentido (FRANCISCO ADELINO, depoimento oral, 2021).

Segundo as narrativas dos entrevistados, todos eles afirmaram que suas performances nas apresentações, na época da graduação, eram preparadas e ao mesmo tempo estimuladas por seus próprios professores de violão nas instituições em que se formaram. Alguns desses docentes também relataram que gostavam de participar dos recitais que realizavam. Nesse aspecto, o professor Edson Figueiredo manifesta-se diferente dos demais entrevistados, pelo fato de não ter gostado das experiências vivenciadas nas apresentações que tinha de executar nos recitais didáticos no período do bacharelado. Ele afirma que eram apresentações muito extensas, de aproximadamente cinquenta minutos, onde tocava sozinho, o que lhe causou desgaste e estresse, por conta do nervosismo que sentia nos momentos de preparação e até mesmo durante o recital. Na entrevista, Edson Figueiredo acrescentou que:

Foram muito difíceis, assim, eu cheguei até a ficar, teve um recital que eu fiquei, não sei se foi o primeiro ou o segundo recital que eu dei, que eu fiquei tão nervoso que no dia seguinte eu estava com amidalite, do estresse que eu passei. Mas é que eu acho que o ambiente ali da graduação era um pouco ruim assim, que era muito exigente, sabe, tipo, eu sabia, a gente sabia que estava tocando para uma plateia que estava ali observando se estava errando, cada detalhezinho (EDSON FIGUEIREDO, depoimento oral, 2021).

Nesse contexto, o professor Edson Figueiredo expôs na entrevista que não estava muito confiante e preparado em relação à música que executou para uma plateia. Assim, sua experiência performática, de certa forma, ratifica as ideias de Cardassi (2000), que explica que a ansiedade motivada pela performance está bastante relacionada com a falta de confiança e de preparo artístico do intérprete, visto que é possível enfrentar cada recital como se fosse um desafio quando se está confiante e preparado.

Vale ressaltar que a preparação física tem relevância nesse processo, pois ajuda o músico a manter-se bem e com postura adequada, e, o que é mais relevante, com domínio da respiração. Para manter a ansiedade em níveis baixos, de certa maneira, é importante saber controlar a respiração. Nesse sentido, é interessante que os músicos aprendam a mantê-la estável, mesmo que sintam alguma tensão muscular ou aumento da frequência cardíaca. Consequentemente, o domínio da respiração contribui para o equilíbrio de outros aspectos relacionados com a ansiedade de performance, com esse auxílio, o risco de que o fluxo da experiência musical sofra algum prejuízo em decorrência desses sentimentos é menor. (CARDASSI, 2000, p. 256).

A realização de uma performance musical ou de qualquer atividade está relacionada à aprendizagem dos conhecimentos e habilidades essenciais para sua realização. Em vista disso, quanto maior for o conhecimento e as habilidades desenvolvidas, mediante intensivo treinamento formal ou informal, quanto maior for o envolvimento e a experiência na área musical, maior será a capacidade de realizar uma performance musical (SOUZA, 2008). Ademais, é essencial o estudo atento aos tipos de memorização, uma vez que é possível ocorrerem falhas no armazenamento das informações, o que causaria problemas durante apresentação pública, em razão da ansiedade (CERQUEIRA; ZORZAL; ÁVILA, 2012).

Pode-se perceber que a performance musical, da maneira como alguns dos docentes entrevistados a consideraram em seu percurso, contribuiu não apenas para seu processo formativo, mas também para suas concepções e para a escolha de preferirem dar continuidade à formação musical. Em contraposição, o professor Francisco Adelino em sua narrativa afirma que:

Eu como professor de música, hoje em dia tenho uma concepção um pouco diferente dos professores que me ensinaram nas universidades. Não estou dizendo que eles fizeram por mal. Não estou dizendo isso. Eu estou dizendo que a concepção deles é aquela concepção de que a música boa é a música ocidentalizada que vem da Europa né, e nós podemos ter outras músicas que também podem ser consideradas no universo de valor que a gente vive, que podem ser consideradas boas também. Não é só a música erudita, mas a música brega, o axé music, jazz, blues, estou misturando, essas expressões musicais, elas têm sentido no seu contexto, dentro do seu contexto, elas não podem ser retiradas do seu contexto (FRANCISCO ADELINO, depoimento oral, 2021).

No que se refere à formação, Edson Figueiredo, Gabriel Nunes e Emanuel Nunes evidenciaram na entrevista que a performance musical auxiliou, de certa forma, a prática pedagógica dentro do seu processo formativo, uma vez que lhes permitiu perceber pontos importantes para o aperfeiçoarem do aspecto pedagógico. Portanto, podemos afirmar que ao longo das vivências de performances em apresentações, esses professores absorveram conhecimentos que os auxiliaram pedagogicamente, além de que os ajudou a se perceberem como docentes, e não como performers, como é o caso do professor Gabriel Nunes. Por meio disso, os docentes foram adquirindo diretrizes a respeito do que funcionou ou não nessas experiências formativas, o que envolveu a preparação pessoal e a autorregulação em como estudar. Nesse sentido, eles puderam desenvolver melhor esses critérios em suas práticas educativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude do que foi mencionado, esta pesquisa propôs, como objetivo geral, investigar, por meio da narrativa (auto)biográfica, a formação e a performance musical dos professores Edson Figueiredo, Gabriel Nunes, Emanuel Nunes e Francisco Adelino, com o propósito de elucidar questões sobre o sucedimento do processo formativo desses docentes, como estes orientam seus alunos durante suas práticas pedagógicas. Mediante o exposto, percebe-se que os objetivos da pesquisa alcançaram alguns resultados sobre a formação desses professores e sua prática educativa, como os descritos a seguir.

Em conformidade com a análise das entrevistas, a performance musical, na formação desses professores, deu-se de forma bastante díspar, visto que dois deles não tinham a pretensão de estudar nem trabalhar com música. Ainda, dos quatro entrevistados, apenas um é egresso do bacharelado, ao contrário dos demais, que vieram da licenciatura. Portanto, nota-se que a experiência da performance musical no processo formativo desses docentes, de certa forma, contribuiu também para suas práticas pedagógicas, na medida em que lhes permite desenvolver nos alunos não somente questões performáticas, mas também outros aspectos, a partir das diretrizes adquiridas sobre o que funcionou ou não em suas experiências formativas.

Ademais, em relação às práticas educativas, percebe-se que três desses professores utilizam metodologias parecidas nas aulas de violão e com alunos de perfis variados. Percebe-se também que suas práticas performáticas colaboraram de maneira efetiva para suas práticas educativas, influenciando diretamente a forma como desenvolvem a performance nos estudantes. Nesse sentido, depreende-se que três dos docentes entrevistados desenvolvem trabalhos com o violão abordando também questões performáticas e a apresentação de seus discentes.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012b.

CARDASSI, Luciane. Pisando no Palco: prática de performance e produção de recitais. *In*: Seminário Nacional de Pesquisa em Performance Musical, 1., 2000, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

CERQUEIRA, Daniel Lemos; ZORZAL, Ricieri Carlini; ÁVILA, Guilherme Augusto de. Considerações sobre a aprendizagem da performance musical. *Per musi*, n. 26, p. 94-109, 2012. Disponível em: http://musica.ufmg.br/permusi/permusi/port/numeros/26/num26_cap_09.pdf. Acesso em: 2 abr. 2021.

DOMINICÉ, Pierre. O processo de formação e alguns dos seus componentes relacionais. In: NÓVOA, Antonio; FINGER, Mattias. **O método (auto)biográfico e a formação**. 2. ed. Natal, RN: EDUFRN, 2014.

PENNA, Maura. Não basta tocar? Discutindo a formação do educador musical. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, v. 15, n. 14, p. 49-56, mar. 2007. Disponível em: <http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/291/0>. Acesso em: 29 mar. 2021.

SOUZA, Davson de. Fisiologia da performance musical. Postura e respiração: fatores de interferência na performance musical do flautista. 2008. Dissertação (Mestrado em Música) – Programa de Pós-graduação em música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/12559/1/Fisiologia%20da%20Performance%20Musical%20-%20Postura%20e%20Respira%C3%A7%C3%A3o%20-%20Fatores%20de%20Interfer%C3%Aancia%20na%20Performance%20Musical%20do%20Flautista.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2021.

VIEIRA, L. B. **A construção do professor de música: o modelo conservatorial na formação e na atuação do professor de música em Belém do Pará**. 2000. 176f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

WELLER, Wivian; ZARDO, Sinara Pollom. Entrevista narrativa com especialistas: aportes metodológicos e exemplificação. *Revista da FAEBA*, Salvador, v. 22, n. 40, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/view/7444>. Acesso em: 21 abr. 2021.

O LUGAR DA ARTE NA COMPOSIÇÃO IDENTITÁRIA DO PROFESSOR DE HISTÓRIA

Maria da Conceição Rodrigues Martins
UFPI - prof.con@ufpi.edu.br

INTRODUÇÃO

O exercício da docência, na contemporaneidade, tem sido cada vez mais desafiador. No que diz respeito às atividades profissionais dos professores de História, são amplas as exigências para a atuação docente. A formação é cercada por múltiplas variáveis presentes no processo formativo, o que exige também o reconhecimento de diversos saberes presentes no desempenho da profissão.

Nossa caminhada docente encontra-se marcada pelos contextos econômico, social e cultural, além do advento das novas tecnologias e outras tantas presenças que afetam o campo da experiência pessoal e profissional de professores, algo que influencia e propõe o diálogo com outros saberes para nossa trilha formativa.

Os saberes docentes se mostram de maneira interdependente tanto no campo do ensino como da pesquisa e permitem o desenvolvimento científico/cognitivo e didático/pedagógico (TARDIF, 2008). Pensando nestes saberes que atravessam o trabalho do professor, pomos em destaque o lugar da arte na composição cultural do professor de História.

O referido destaque se justifica por compreendermos que o repertório cultural, com foco nas linguagens da arte, integra e amplia o olhar, a ação e o sentir docente, tendo importante influência no seu modo de se relacionar com a profissão. Nessa esteira reflexiva, Silva e Guimarães (2007) ponderam sobre a necessidade de se valorizar diferentes linguagens artísticas na formação de uma cultura histórica

Assim, percebemos nas linguagens artísticas dispositivos capazes de estabelecerem diálogos entre diversas culturas, bem como de enriquecerem a identidade profissional do professor, em especial o professor de História.

O presente estudo objetiva destacar as linguagens da arte na composição da identidade do professor de História, considerando que a formação cultural deste é atravessada pelo acesso a variadas linguagens artísticas que estão presentes na sua vida pessoal e profissional.

METODOLOGIA

A partir dos objetivos estabelecidos, a pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, com intuito de estabelecer uma aproximação com as complexidades e as contradições que permeiam as questões definidas como norteadoras do nosso objeto de estudo. Por meio da referida abordagem intencionamos conhecer a interpretação dos participantes pesquisados acerca das contribuições das linguagens da arte na sua formação pessoal e profissional.

Para alcançar os objetivos estabelecidos, o procedimento técnico utilizado foi o uso de diário de campo, estruturados em encontros formativos no campo da didática e do ensino, um processo que foi sendo construído durante os diálogos com professores de História do ensino básico e ensino superior.

As vozes foram registradas na dialogicidade do cotidiano que envolveu o grupo de professores formados em História e Pedagogia na Universidade Federal do Piauí, bem como nas escolas das redes municipal e estadual de ensino básico, em municípios piauienses e cearenses.

São, portanto, registros de experiências formativas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os relatos registrados sobre a presença da arte na vida pessoal e profissional dos professores da área de História, revelaram a relevância destas linguagens para a composição identitária docente.

Nas vozes dos professores nascidos, formados e atuantes em Picos, ficou evidente que a cidade necessita investir em equipamentos culturais que favoreçam o desenvolvimento da composição cultural dos professores, considerando que a cidade não possui teatro nem biblioteca pública com acervo significativo. Atualmente não se tem cinema e a escola de música municipal não recebe o devido apoio para o desempenho social e cultural do seu papel formativo.

Tais ausências são percebidas pelos professores que atuam junto à disciplina de História, como é o caso dos profissionais da educação básica, como algo desfavorável para o desenvolvimento cultural docente e discente. Nóvoa (1995) e Tardif (2008) defendem que uma formação docente se estabelece muito além das acumulações de cursos e técnicas.

Ter acesso a arte como parte integrante de uma teia cultural formativa possibilita o alcance de saberes que só são possíveis pela linguagem que mobiliza os nossos sentidos. A arte constitui-se como outra forma de saber,

sentir e atuar sobre o mundo, algo que pode colaborar significativamente para a construção da identidade do professor de História. Guimarães (1997, p.31) ressalta que

[...] é preciso considerar como os ciclos particulares da vida influenciam no trabalho profissional; lembrar que os estágios da carreira e as decisões sobre ela só podem ser analisados em seu próprio contexto; e levar em conta os incidentes críticos na vida e no trabalho dos professores que podem afetar sua percepção e suas práticas

O homem é marcado e deixa marcas no mundo, afeta e sofre afetações. Estas ampliam ou amenizam nossa capacidade de agir, pois não há como separar corpo e mente (ESPINOZA, 2009). Nessa esteira não há como separar o homem que tem acesso à cultura, do homem que trabalha com docência, sobretudo no campo histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo, compreendemos que essa formação reúne várias dimensões identitárias, onde a experiência no campo da arte, na condição de fruição (apreciação) assume um lugar de destaque, pois nela há elementos que são capazes de contribuir com uma composição significativa da docência: a relação com os discentes, com os pares e com os saberes constituídos a partir da educação dos sentidos (DUARTE Jr. 1994).

Ao estudar e pesquisar sobre a relevância da arte para a formação do professor de História, sobre o desenvolvimento de sua identidade, ratificamos a defesa de que é preciso fortalecer e ampliar cada vez mais a proposta que carrega consigo a condição de democratizar o acesso à arte nas suas variadas linguagens, seja no campo da música, do teatro, da literatura, das artes plásticas, da fotografia, dentre outras.

Nas palavras de Guimarães (2003, p.244):

Acreditamos que o professor de História não opera no vazio, os saberes históricos, os valores culturais e políticos são transmitidos e reconstruídos na escola por sujeitos históricos que trazem consigo um conjunto de crenças, significados, valores atitudes e comportamentos adquiridos em vários espaços.

Por fim, pensar sobre os saberes que envolvem a docência nessas notas reflexivas, nos leva a compreender a validade da experiência com as linguagens da arte, como janela de potencialização da formação do professor de História.

REFERÊNCIAS

DUARTE JR., J. F. **Por que arte-educação?** 9. ed. São Paulo: Papyrus, 1994

GUIMARÃES, S.; COUTO, R. C. do. **A formação de professores de História no Brasil: perspectivas desafiadoras do nosso tempo.** In: ZAMBONI, Ernesta; GUIMARÃES, Selva. (Org.). **Espaços de formação do professor de História.** Campinas: Papyrus, 2008, p. 101-130.

GUIMARÃES, Selva. **Ser Professor no Brasil: história oral de vida,** Campinas SP, Papyrus 1997.

NÓVOA, A (Org.) **Vidas de Professores.** Porto: Porto Editora, 1995.

SILVA, Marcos Antônio da; FONSECA, Selva Guimarães. **Ensinar história no século XXI: em busca do tempo entendido.** Campinas: Papyrus, 2007

SPINOZA, Benedidus, *Ética / Spinoza*; [tradução de Tomaz Tadeu]. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** 9. ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 2

O MESTRE E SUA JORNADA: MAESTRO EMMANUEL POR ELE MESMO NA PUBLICAÇÃO MEMÓRIA PIAUIENSE

Gislene Danielle de Carvalho
Universidade Federal do Piauí

Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti
Universidade Federal do Piauí

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata de um recorte da minha proposta de tese de doutoramento em Educação. O sujeito do meu estudo, Maestro Emmanuel Maciel Coêlho, teve uma contribuição singular no estado do Piauí como professor, musicista, maestro, pesquisador e compositor, garantindo a construção de uma trajetória propícia para ser examinada à luz da História da Educação e da História da Música no Piauí.

Em 1995, a Fundação José Elias Tajra promoveu a publicação de uma série denominada “Memória Piauiense”, na qual foram escolhidos músicos de vulto no estado para terem suas vidas homenageadas por meio de uma narrativa autobiográfica, que se deu por entrevistas transcritas em texto na obra, e pelo parecer de pessoas relevantes no contexto cultural piauiense que deixaram suas impressões sobre a vida e a obra dos eleitos.

Pretendo neste recorte analisar o que Emmanuel escreveu sobre ele mesmo e como ele quis ser conhecido ao narrar sua própria trajetória. Concordo com Lejeune (2008) quando o autor afirma que “o que define a autobiografia para quem a lê é, antes de tudo, um contrato de identidade que é selado pelo nome próprio” (LEJEUNE, 2008, p. 53). Sendo assim, não nos cabe julgar a forma como o Maestro se apresentou para a publicação e sim tirar proveito desses escritos para entender melhor sua trajetória.

Concordo com a ponderação de Marinho (2017) acerca do pensamento de Bourdieu sobre trajetória:

[...] as experiências de vida dos indivíduos não ocorrem no vácuo, e sim incrustadas em estruturas sociais. [...] A vida dos indivíduos é concebida como resultado da relação que estes estabelecem, a partir das condições materiais e simbólicas de existência, por meio das quais estruturam seus modos de agir e de estar no mundo, simultaneamente, como agentes de reprodução e de transformação social. (MARINHO, 2017, p. 27).

E nesse aspecto também pretendo ponderar sobre quais foram as estruturas sociais, condições materiais e simbólicas apontadas pelo maestro Emmanuel Coêlho Maciel como relevantes para sua formação como músico, professor, pesquisador e compositor. Tomando como mais um embasamento teórico, o pensamento de Bourdieu (2006) sobre a ilusão biográfica, tentarei manter uma lucidez crítica ao examinar as ideias imprimidas pelo musicista a respeito do seu próprio percurso.

OBJETIVOS

Os principais objetivos a serem atendidos por este trabalho é responder a pergunta “Como o Maestro Emmanuel Coelho Maciel se fez conhecer e reconhecer por meio do volume Emmanuel Coelho do período Memória Piauiense?” a luz de autores que versam sobre a História da Educação, passando por meandros da História Oral, Memória e Escritas de Si, além ponderar acerca das estruturas sociais, condições materiais e simbólicas apontadas pelo maestro Emmanuel Coelho Maciel como relevantes para sua formação como músico, professor, pesquisador e compositor.

METODOLOGIA

A metodologia de um trabalho científico segundo Prodanov e Freitas (2013), está relacionada com a linha de raciocínio e o conjunto de processos empregados em uma investigação. Nesta pesquisa pretendo lançar mão da gama de recursos que encontrar disponíveis para redigir um estudo embasado na narrativa autobiográfica que foi disponibilizada pelo meu sujeito a partir dos seus próprios escritos no volume da edição da publicação “Memória Piauiense” que leva seu nome.

Alguns autores merecem ser lembrados na perspectiva metodológica tais como Burke (2018) ao versar sobre a narrativa da vida de pessoas ditas comuns dentro da história cultural, Sharpe (1992) ao enfatizar a importância da investigação dos indivíduos nascidos “sem colheres de prata nas bocas” (SHARPE, 1992, p. 62), Nóvoa (1992) sobre Histórias de Vidas de Professores, Ricouer (2007) e Catogra (2001) sobre memória e Artières (1998) sobre escritas autobiográficas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tratando-se do recorte de uma pesquisa em andamento, como resultados serão apresentadas as percepções construídas até aqui tendo como base o documento analisado a citar mais uma vez: o volume intitulado “Emmanuel Coêlho” da edição “Memória Piauiense” de 1995 lançado pela Fundação José Elias Tajra em Teresina, estado do Piauí.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um texto bastante difundido de Antonio Nóvoa na apresentação do livro “Histórias e memórias da Educação no Brasil: Volume I, Séculos XVI-XVIII”, no qual o autor responde à pergunta “Para que a história da Educação?” um dos argumentos utilizados é para “pensar os indivíduos como produtores de história” (NÓVOA, 2004, p. 10) e sob esta perspectiva é que considero finalmente que a contribuição do maestro Emmanuel Coêlho Maciel no estado piauiense o coloca como um indivíduo produtor de história que merece ser visitado em suas memórias autobiográficas.

REFERÊNCIAS

Artières, Philippe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, 1998.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). In: **Usos e abusos da história oral**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2018. Tradução de Sergio Goes de Paula.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. In: **História de vida**. Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

LEJEUNE, Philippe. O pacto autobiográfico. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MACIEL, Emmanuel Coêlho. O mestre e sua jornada. In: FUNDAÇÃO JOSÉ ELIAS TAJRA (Brasil). **Memória Piauiense**: emmanuel coêlho. Teresina: Fundação José Elias Tajra, 1995. p. 11-19.

NÓVOA, Antônio. Por que a História da Educação? In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (org.). **Histórias e memórias da Educação no Brasil**: Volume I, Séculos XVI-XVIII. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 9-12.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PERSPECTIVAS DE ESTUDOS SOBRE VIAGENS NA REVISTA BRASILEIRA DE PESQUISA (AUTO) BIOGRÁFICA

Joeline Conceição de Sousa Rodrigues
Universidade Federal Do Piauí

Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti
Universidade Federal Do Piauí

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta perspectivas de estudos sobre viagens na revista brasileira de pesquisa (auto) biográfica, parte de uma inquietação a respeito de buscar pesquisas que versem sobre a temática. Nesta perspectiva, se tornou um auxílio para a construção da pesquisa de mestrado intitulada, *Músicos em Movimentos: viagens de formação dos professores do curso de música da UFPI*.

Com tudo, foi possível conhecer na revista alguns artigos que versam sobre viagens. Como parte da escrita para a elaboração da dissertação, defrontar-se com os estudos das viagens observou-se quão vasto é esse campo e quanto ainda podemos e precisamos avançar com essa temática. Partindo desse ponto, para introduzir o leitor nesta conjuntura se faz necessário que iniciemos com uma menção sobre viagens. Para Rogério, (2011, p.22), “as viagens como desenvolvimento humano vêm ocorrendo ao longo da história da humanidade e são amplamente relatadas, podendo receber uma interpretação do ponto de vista pedagógico”. A partir disso, pensou-se na criação de tabelas como forma de identificar esses trabalhos, dentro desse cenário o estado da arte será contemplado.

Segundo Pacheco Magalhães, (2017, p.451), “os estudos denominados de estudos da arte ou do conhecimento podem afirmar uma característica e definir caráter bibliográfico comuns do desafio de mapear e discutir uma produção acadêmica”. Amparados por esse pensamento e compartilhando do mesmo, organizou-se entre os anos de 2021 a 2016 fazendo parte da construção desse estudo, tendo em seu objetivo geral conhecer pesquisas ligadas as viagens publicadas na revista brasileira de pesquisa (auto) biográfica entre os anos de 2021 a 2016. Neste estudo, entende-se que existe a necessidade de uma interlocução teórica que perpassa todo o trabalho para introduzir o leitor sobre as viagens. O presente estudo procura contribuir auxiliando a escrita da dissertação, que até o momento desta pesquisa está em fase de construção,

mas além disso contribuir na medida para futuros trabalhos sobre viagens e assim trazer reflexões a respeito da temática e suas abordagens enquanto objeto de estudo.

OBJETIVOS

O presente estudo tem como objetivo principal conhecer pesquisas ligadas a viagens publicadas na revista brasileira de pesquisa (auto) biográfica entre os anos de 2021 a 2016. Tendo em seus objetivos específicos, correlatar os trabalhos relacionados as viagens na revista em questão, descrever como ocorreu processo de criação das tabelas na busca das informações sobre viagens e discorrer como as viagens e suas abordagens possibilitam novos estudos.

METODOLOGIA

Para atingir o objetivo proposto e a realização da metodologia sugerida, foram realizadas pesquisas no site da revista brasileira de pesquisa (auto) biográfica, nos seguintes anos de 2021 á 2016. No entanto, possibilitou-nos conhecer pesquisas relacionadas às viagens. A partir disso, correlatar os trabalhos relacionados as viagens na revista em questão. Descrever como ocorreu processo de criação das tabelas na busca das informações sobre viagens. Discorrer como as viagens e suas abordagens possibilitam novos estudos.

Para a explanação dos resultados, pensamos na confecção de tabelas como forma de construção e auxiliar tal entendimento para a criação desse trabalho e futuramente auxiliar a pesquisa de mestrado que se encontra em fase de construção que tem em seus apontes as viagens de formação de professores do curso de música da Universidade Federal do Piauí.

Durante a criação desse estudo, foram identificados trabalhos nas edições que trazem as pesquisas sobre essa temática. Com tudo, ressalta-se que nas outras edições entre os 06 anos ao qual o recorte temporal contempla, dentro desse percurso foram encontradas algumas edições da revista que abordavam o assunto.

Porém na edição 2017, v. 2 n. 5 maio/agosto na revista intitulada Dossiê Viagens e narrativas (auto) biográficas, esses temas se tornaram mais visíveis decorrentes do que essa edição propôs. No que se refere à construção da tabela, estabeleceu-se um formato para contemplar na medida esse estudo e outros estudos. As tabelas foram criadas e organizadas das seguintes formas como mostra o esboço abaixo:

| | |
|-----------|---|
| Tabela 01 | Ano, volume, e número; |
| Tabela 02 | Título do trabalho, autores, instituições e palavras-chave; |
| Tabela 03 | Resumo |

Após a realização de coletas de dados foi possível a criação desse estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As viagens aqui pensadas como objeto de estudo nos apontam histórias e estão inseridas dentro da atmosfera de produção do conhecimento, tornando-se um lugar de possibilidades e alternativas de contribuição, tendo em vista o papel social como aponta Silva (2016), um dos entendimentos para a ideia de viagem remete a uma prática social repleta de sentidos e significados e, nesse contexto entendem-se as viagens como um lugar social.

Podendo ainda dialogar com Certeau (1982. p.57), “quando nos diz que em história, todo sistema de pensamento está referido a lugares, podendo ser lugares sociais, econômicos, culturais etc.”

Encontrar estudos que exponham as viagens nos traz uma nova perspectiva e é na busca desse novo olhar que as viagens vão se apoiar na corrente historiográfica história cultural ou nova história. Tal corrente contempla as experiências humanas, novas fontes, novos objetos, vemos nas viagens um novo objeto de estudo, e para fortalecer esse pensamento evoco Mignot (2017, p. 264), “Viagens educam. Viagens legitimam. Viagens abrem caminhos. Viagens se desdobram em outras viagens, em redes de afetos, em projetos e realizações.”

Podemos perceber as viagens nas falas das autoras acima citadas, que as viagens são pontos de partida para outros caminhos acerca dessa investigação. Nesse contexto, pode-se entender que por meio das análises no site da revista é possível identificar pesquisas que versem sobre viagens, mas também o cuidado da revista em reservar uma edição dedicada a respeito da temática.

As revistas são divididas nos seguintes formatos: Iniciam as edições Jan/Abril, Maio/Agosto, Set/Dez durante a publicação do ano em questão. Vale ressaltar que nas outras edições entre os anos de 2021 a 2016 foram encontradas algumas edições da revista que abordavam sobre.

Porém na edição 2017, v. 2 n. 5 maio/agosto na revista intitulada Dossiê Viagens e narrativas (auto) biográficas que percebeu a predominância desses estudos como aponta a imagem a seguir.

v. 2 n. 5 (2017): Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica



Dossiê Viagens e narrativas (auto)biográficas

DOI: <https://doi.org/10.31892/rbpab2525-426X.v2.n5>

PUBLICADO: 2017-08-31

fonte: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/issue/view/198>

Esse mapeamento possibilitou o conhecimento de estudos que estão sendo ou já foram realizados com a temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos pensar de modo amplo que as pesquisas sobre o estado da arte voltado para viagens podem somar com os estudos relacionados às viagens de formação, pois se tornam parâmetros colaborativos e têm o seu papel de formação e produção do conhecimento.

Pode-se entender melhor como funciona o processo de ensino, o que levaram, quais inquietações, que investir em viagens também é uma forma de investir em educação, o que as viagens proporcionam para os agentes envolvidos nesse cenário. Percebeu-se quão vasto é esse campo e quanto ainda podemos e precisamos avançar com essa temática.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel. **A Escrita da história**/Michel de Certeau; tradução de Maria de Lourdes Menezes; *revisão técnica [de] Arno Vogel. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DANTAS, Maria José; Lima, Solyane Silveira. **Novas Viagens Pedagógicas: Memórias e Relatos de Professores em Formação** (p. 9). Editora Appris. Edição do Kindle.

MIGNOT, C.A. **Viagens e narrativas (auto)biográficas**. Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica, Salvador, v. 02, n. 05, p. 263-267, maio/ago. 2017.

PACHECO RAMOS, M. D.; MAGALHAES DE OLIVEIRA, R. DE C.; SANTOS, M. R. Estado da arte da pesquisa (auto)biográfica: uma análise do portal de periódicos CAPES. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, v. 2, n. 5, p. 449-469, 31 ago. 2017.

Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica. <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/issue/view/198> acesso: 20/03/2022.

ROGÉRIO, PEDRO A **Viagens como um princípio na formação dos hábitos dos músicos que na década de 1970 ficaram conhecidos como pessoal do Ceará**. Tese universidade Federal do Ceará.

SILVA, Alexandra lima da Silva. **Viajantes de Clio: intelectuais, intercâmbios e formação** – Alexandra Lima da Silva Fronteiras: Revista de História | Dourados, MS | v. 18 | n. 31 | p. 227 - 243 | Jan. / Jun. 20.

PERSPECTIVAS MUSICAIS E PEDAGÓGICAS NAS MEMÓRIAS DE MARIA YEDA CADDAH

Rodrigo Alves de Melo
Universidade Federal do Piauí

Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti
Universidade Federal do Piauí

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte da construção da tese para Doutorado na área da História da Educação, em especial, História da Educação Musical no Piauí, com foco específico nas memórias pedagógicas e musicais da professora e pianista Maria Yeda Caddah. A possibilidade de pesquisarmos sobre a História da Educação, de maneira particular, sobre a trajetória de uma professora de música piauiense é de extrema importância, não apenas para nós, por sermos músicos e educadores musicais, mas sim, para a história da educação musical no Piauí. Essa mesma possibilidade é corroborada por Galvão e Lopes (2010, p. 11), que afirmam que “muito do que ocorre no universo da educação ainda é pouco conhecido pelos pesquisadores-e mesmo pelos professores”. Ou seja, muito ainda se tem a pesquisar sobre a temática.

De modo particular, ao nos delimitarmos no terreno fértil que é a história da educação, muitos frutos podem brotar, se tornando uma colheita farta de conhecimento, história e memória. De acordo com Souza (2000, p. 41), “para além da história e da nostalgia, a relação entre memória e escola é mais profunda”. Para a autora, os horizontes da educação se fixaram no futuro, com vistas de dispensar tudo que se remeta ao passado, ao ensino baseado na tradição.

Os paradigmas científicos, segundo Souza (2000), acabaram por impor à educação um distanciamento entre a mesma e sua própria memória. Fazer essa reaproximação através da história dos agentes que vivenciaram essas reminiscências e, de forma mais enfática, daqueles que não estão nas documentações oficiais redigidas sobre a história da educação. É importante, de acordo com Souza, “mostrar que determinadas memórias ficaram à margem e se confrontam com o processo de reificação” (p. 50). Para se fazer uso dessas

recordações na pesquisa em história da educação, Ferro (2010) aborda que elas têm andado em sintonia com o movimento que tem renovado os estudos históricos, na perspectiva da nova história cultural.

Com a observação das mais diversas fontes, podemos estudar os agentes envolvidos, as formas e as culturas escolares, no aspecto histórico. Corroboram com essa ideia de investigação os escritos de Monti (2015;2017;2019) sobre musicistas e professoras de música, como Magdalena Tagliaferro, Guiomar Novaes e Antonietta Rudge. Nesses estudos, o autor destaca o esforço e a dedicação destas artistas e mestras na condução do ensino de música nas mais diversas situações e contextos.

Assim, nasce a proposta de tese desta pesquisa: saber mais sobre a história e memória destas que se dedicaram à aprendizagem e ensino de piano, de forma especial na pessoa da Professora Maria Yeda Caddah, como se dava suas aulas, sua didática, quais foram suas dificuldades nessa modalidade de ensino, bem como foi a sua aprendizagem em suas viagens, concertos, entre outros aspectos relevantes para o enriquecimento desse trabalho.

OBJETIVOS

O objeto de estudo dessa proposta de pesquisa é investigar a trajetória de Maria Yeda, enquanto pianista e professora do referido instrumento, bem como suas aprendizagens por meio de suas viagens ao longo de sua trajetória. Não buscaremos traçar toda a vida da professora Yeda, mas sim, aspectos de cunho musicais e pedagógicos, pois tendo como partida os escritos de Bourdieu (2006) em sua “A ilusão biográfica”, é “ilusão” querer se pesquisar tudo sobre determinado assunto, ou seja, devemos elencar pontos que sejam importantes de se frisar dentro da biografia que buscamos estudar.

De forma específica elencamos saber mais sobre a história e a formação dela, conhecer mais sobre sua prática docente, dificuldades que porventura tenham surgido, o impacto que causou na sociedade piauiense, por meio de depoimentos de ex-alunos, amigos e familiares.

METODOLOGIA

Com foco na história da educação, e mais diretamente na história e memória da professora e pianista Maria Yeda Caddah, temos a narrativa como ferramenta nessa jornada. Sahagoff (2015, p. 01) descreve que “a pesquisa narrativa deve ser entendida como uma forma de compreender a experiência

humana”. Ao se refletir sobre educação, “vemos a pesquisa narrativa como uma possibilidade de estudo interessante, pois educação e vida estão interligadas” (Ibid, 2015, p. 02).

Com essa premissa em mente, passamos assim aos personagens que envolvem a temática. As narrativas almeçadas serão advindas dos sujeitos que podem vir a ser amigos e parentes da docente, bem como ex-alunos ou ex-colegas de trabalho ou outras pessoas que possam vir dar sua contribuição sobre a proposta de pesquisa.

Buscaremos conhecer mais sobre eles a partir de entrevistas semiestruturadas. Para Penna, (2015, p. 138), esse tipo de coleta de dados é a mais adequada, pois permite “tanto solicitar informações sobre a formação ou experiência do professor ou educador, quanto buscar, com mais flexibilidade, suas concepções ou os significados que atribui a sua própria prática.”

RESULTADOS E DISCUSSÃO

São muitas os relatos de vida que existem no ensino de música. Muitas são as histórias de mulheres que, mesmo em uma sociedade patriarcal como a Piauiense, saíram em busca de aperfeiçoamento em diversas áreas. Estudar música, então era algo impensável. Ao se buscar interpretar como se deu a trajetória artística e pedagógica da professora Maria Yêda Caddah, buscaremos conhecer os horizontes pela qual essa mulher passou, em sua jornada enquanto pianista e professora de música.

Esse problema de pesquisa se justifica por alguns aspectos. Primeiramente, a escassez de material escrito acerca dessa proposta, tendo em vista os trabalhos acadêmicos existentes tratam da educação musical no Brasil e em Teresina de uma forma mais geral, com relatos que não descreve de forma específica a atuação dessa professora, além de sua história e memória, além de deixar no anonimato outras professoras atuantes que não estão nos compêndios e trabalhos acadêmicos escritos até o presente momento.

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, trataremos dos resultados em um momento oportuno, apresentando os corolários advindos da metodologia sugerida para a concretização do trabalho ora proposto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se realizar os primeiros trajetos da pesquisa, com a submissão do projeto de pesquisa na Plataforma Brasil, obtivemos a aprovação junto ao comitê de ética. Com isso, passamos agora para o fichamento da literatura que

será utilizada de embasamento teórico, bem como a realização das entrevistas narrativas. Assim, passaremos aos processos metodológicos posteriores de construção e defesa da tese almejada.

Nessa perspectiva esperamos, ao final da pesquisa, poder contribuir com a história da educação, em especial da educação musical, trazendo a história de mulheres, protagonistas do ensino dessa modalidade de instrumento musical, tendo Maria Yeda Caddah como figura central dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). In: **Usos e abusos da da história oral**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Cazuza e o sonho da escola ideal**. EDUFMA, São Luís: 2010.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Território Plural: A pesquisa em História da Educação**. São Paulo: Ática, 2010

MONTI, Ednardo Monteiro |Gonzaga do. Horizontes pedagógicos e pianísticos nas escritas autobiográficas de Magda Tagliaferro. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 150-171, set/dez.

----- . Música na terra dos Faraós: aprendizagens de Anttonieta de Souza numa viagem ao Egito. **Revista de História e Historiografia da Educação**. Curitiba, v. 1, n. 2, p. 106-123, maio/agosto 2017.

----- . Coleção pianistas brasileiras: Cinebiografias como lugar de memória da formação artística e docente. **Ecos e memórias: histórias de ensinos, aprendizagens e músicas**. Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti, Inês de Almeida Rocha (Orgs). Teresina: EDUFPI, 2019.

PENNA, Maura. **Construindo o primeiro projeto de pesquisa em educação e música**. Porto Alegre: Sulina, 2015.



SAHAGOFF, Ana Paula. **Pesquisa Narrativa: Uma metodologia para compreender a experiência humana.** XI Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação SEPesq – 19 a 23 de outubro de 2015.

RAIMUNDO PEREIRA EM PAUTA: POTENCIALIDADES DAS FONTES HEMEROGRÁFICAS EM ESTUDOS BIOGRÁFICOS

Marcia Pereira de Oliveira
Instituto Federal do Piauí

Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti
Universidade Federal do Piauí

INTRODUÇÃO

O presente trabalho insere-se na temática História da Educação, com a perspectiva da arte e educação. Trazemos para discussão alguns recortes da pesquisa em andamento sobre a vida do barítono piauiense Raimundo Pereira, naquilo que se refere a operacionalização das fontes. Considerando a mídia impressa como uma das estratégias utilizadas pelo cantor lírico para fazer-se conhecido, observamos as figurações do artista nas folhas dos jornais. A abordagem foi feita inicialmente considerando suas inserções nos jornais da cidade de Teresina e posteriormente no Rio de Janeiro, para onde migrou na década de noventa.

OBJETIVOS

O objetivo geral do trabalho é apresentar potencialidades das fontes hemerográficas para conhecer contextos e sujeitos no tempo em que apareceram nas páginas de jornais. Os objetivos específicos são: a) descrever o percurso de pesquisa utilizado para selecionar e acessar os jornais; b) mostrar os aspectos observados no processo de análise das matérias jornalísticas c) discutir os efeitos do uso da mídia impressa para ganhar visibilidade.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi inspirada na vertente da História Cultural e ancorada na história oral (durante o processo de localização dos jornais) e no diálogo entre as perspectivas da subjetivação, das relações de poder (FOUCAULT 2010;2010); configurações sociais (ELIAS1995;2000) ilusões biográficas e distinção (BOURDIEU 2006;2007) na etapa de análises.

O percurso empreendido para seleção dos jornais teve como suporte informações obtidas nas narrativas de si do barítono, compiladas no livro autobiográfico intitulado *Muito Prazer Sirva-se: Raimundo Pereira Confidencial*. A partir da leitura da obra foram procuradas matérias e pessoas citadas que indicaram alguns indícios que conduziram as buscas em instituições públicas como Arquivo da Fundação Cultural Monsenhor Chaves, Arquivo da Secretaria de Cultura do Piauí, Arquivo da Fundação Wall Ferraz, Arquivo Público do Estado do Piauí (Casa Anísio Brito). Também contamos com a doação de recortes de jornais antes salvaguardados em arquivos pessoais.

Em razão das mudanças impostas pela pandemia da Covid19 o planejamento inicial foi alterado e as incursões pelos espaços físicos foram substituídas por buscas virtuais nas páginas dos bancos de dados da hemeroteca da biblioteca nacional, assim como nas páginas virtuais de jornais de grande circulação como o *Globo*. Também acessamos a página do projeto de memória do jornalismo piauiense.²

Em Teresina obtivemos por meio de fontes orais, a informação de que o barítono escreveu como articulista do *Jornal o Dia* e o *Estado*. Antes da pandemia tivemos acesso aos exemplares imoressos do *Jornal o Estado* do ano de 1985 e localizamos notas sobre o cantor informando sobre alguns de seus espetáculos, contudo não localizamos matérias ou colunas assinadas por ele.

Com a pandemia ainda não tivemos acesso ao acervo do *Jornal o Dia* e na página do projeto de memória do jornalismo piauiense não foram localizados exemplares digitalizados em período referido ao barítono ou à coluna assinada por ele. Assim passamos à pesquisa na hemeroteca da biblioteca Nacional.

Na referida hemeroteca, ao utilizar descritores com o nome do barítono, do grupo *Atobá* de militância homossexual dentre outros, aspeados e não aspeados, encontramos 13 pastas do *Jornal do Brasil* entre as décadas de 1990 e 2000. A partir dessas pastas categorizamos as matérias de acordo com o encontrado: música, militância e viagens.

A análise foi feita considerando o período, o contexto político, os palcos das apresentações, o repertório, o espaço dado nas colunas, quais colunas, o destaque dado a matéria e se a notícia era sobre o barítono ou uma matéria escrita por ele. Assim, categorizados os achados, partimos para as análises mais à frente.

1 Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/>

2 Disponível em : <http://memoriadojornalismopi.com.br/>

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa empreendida nos jornais possibilitou a compreensão do contexto histórico vivido pelo artista. Auxiliou ainda no preenchimento de lacunas sobre a biografia de Raimundo Pereira no que se refere a sua atuação política na militância homossexual, suprindo vazios que tinham sido deixados por outras fontes.

Foi pelos jornais que pudemos ter acesso à escrita do próprio cantor, pois no *Jornal do Brasil* encontramos colunas assinadas por ele, cartas na sessão destinada a manifestações dos leitores. Foi nas matérias veiculadas por ele em Teresina e no Rio de Janeiro que tivemos acesso à existência da autobiografia. Assim, ficou evidenciada a relevância das fontes hemerográficas como suporte e até, caso assim desejássemos, como fonte principal para compor o estudo biográfico em andamento.

Os jornais analisados possibilitaram ampliar o olhar analítico diante das relações que permearam a carreira artística do cantor e sua atuação militante. Ademais, foi também possível visualizar o processo de subjetivação do artista a medida em que ia se apropriando e se constituindo como sujeito de si entre assimetrias e hierarquizações (FOUCAULT, 2010).

Nas matérias jornalísticas sobre o barítono foi possível perceber a presença das configurações sociais e interdependências (ELIAS 1995;2000) existentes tanto no meio artístico como político pelos quais transitava, também foi possível identificar, tanto nas matérias que o próprio barítono escrevia como em pequenas notas aparentemente “plantadas”, alguns vestígios que indicavam a produção de ilusões biográficas (BOURDIEU, 2007). Pelo destaque conquistado em algumas colunas, podemos interpretar que o cantor apropriou-se das ferramentas que o levaram a obter certa distinção (BOURDIEU, 2007). A seguir nossas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fontes hemerográficas tem sido parte significativa da pesquisa biográfica na qual estamos concentrados no momento. As potencialidades dos jornais e as quase infinitas possibilidades de análise que em pequeno recorte de jornal trazem, são fascinantes. Uma pequena nota pode nos conduzir a endereços, instituições, pessoas, situações, momentos políticos e uma série de dados que, em entrecruzamento com as entrevistas, cartas, registros escolares e outros, nos ajudaram a entender um pouco mais da trajetória de Raimundo Pereira e do tempo vivido por ele.

A presença do cantor na mídia impressa por mais de duas décadas, em dois espaços geograficamente distantes, sendo noticiado como artista e militante, fazendo pautas e sendo a própria pauta, nos faz perceber um sujeito linear em suas estratégias e conhecedor dos efeitos que a visibilidade proporcionada pela mídia oferecem.

Assim, em uma época na qual não havia redes sociais como as concebemos hoje, Raimundo Pereira soube se utilizar do potencial afirmativo de estar em evidência para expor sua arte, evidenciar sua militância e deixar registrada sua passagem pelos palcos, pelo movimento e pelo movimento homossexual.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da História Oral. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-191.

BOURDIEU, Pierre. A Distinção: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, Pierre. DARBEL, Alain. O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2007; Porto Alegre: Zouk, 2007.

ELIAS, Norbert; L. SCOTSON, John. Os Estabelecidos e os Outsiders - Sociologia da Relações de Poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. Mozart, sociologia de um gênio / Norbert Elias; organizado por Michael Schröter; tradução, Sérgio Góes de Paula; revisão técnica, Renato Janine Ribeiro. —• Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

FOUCAULT, Michel. A ordem do Discurso. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

FOUCAULT, Michel. A hermenêutica do sujeito. 3ª. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO

A EDUCAÇÃO DO LEITOR LITERÁRIO NO CONTEXTO DO PÓS-SEMANA DE ARTE MODERNA: O PAPEL DAS REVISTAS KLAXON E ANTROPOFAGIA

Jhulienne Sousa Silva
UFPI/CSHNB
jhulienesousa49@gmail.com

Cassia Vitória Ribeiro de Sousa
UFPI/CSHNB
ribeirodesousacassiaa@gmail.com

Cristiane Feitosa Pinheiro
UFPI/CSHNB
cristianepinheiro@ufpi.edu.br

INTRODUÇÃO

A Semana de Arte Moderna não foi um evento que aconteceu repentinamente, sem planejamento algum. Antecedendo sua realização, alguns episódios pontuais aconteceram, no Brasil, preparando o terreno para a sua realização.

Ao realizarem o evento e, antes mesmo dele, os artistas brasileiros planejaram implantar aquela “nova arte” que seria a arte moderna e, de uma forma ou de outra, estavam educando o imaginário dos leitores empíricos da época. As pessoas que integravam o conjunto de leitores que tiveram os primeiros contatos com a arte moderna eram leitores empíricos incapazes de compreender as verdadeiras perspectivas educativas modernistas apresentadas pelos artistas, disso decorreu a necessidade de construção de um novo tipo de leitor, o leitor-modelo.

Considerando esse fator, buscou-se examinar como se deu o encadeamento educativo implementado a partir da Semana de Arte Moderna, realizada no Brasil, em fevereiro 1922 e seus desdobramentos, especificamente, através das revistas Klaxon e de Antropofagia, corpus de análise da pesquisa.

O objetivo geral da pesquisa foi examinar o processo de educação do imaginário dos leitores empíricos em leitores modelos que faziam parte do público da Semana de 22 e que acompanharam o período posterior a ela. Especificamente, buscou-se apresentar o papel das Vanguardas Europeias e sua influência no Modernismo brasileiro; apresentar os antecedentes da Semana

de Arte Moderna, no Brasil; discutir sobre os principais acontecimentos da Semana de 22; apresentar a análise comparativa de dois textos da Revista Klaxon e da Revista Antropofagia.

METODOLOGIA

A pesquisa se enquadra no campo dos estudos literários, a partir de uma perspectiva histórico-educacional. Desenvolveu-se um estudo em que trouxe para o debate o período Pós-Semana de Arte Moderna, especificamente textos da **Revista Klaxon** e da **Revista de Antropofagia**.

Trata-se de pesquisa bibliográfica, uma vez que se fez o estudo usando resultados de pesquisas extraídos em teses, dissertações, artigos e livros.

Metodologicamente falando, foi realizada a leitura de pesquisas em torno do tema da Semana de Arte Moderna e, após isso, a leitura das revistas que figuram como o *corpus* de análise da pesquisa, a saber, a Revista Klaxon e a Revista de Antropofagia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A inserção do Modernismo no Brasil ocasionou um processo educacional em que artistas de diversas regiões do país contribuíram para a elaboração de uma arte nova, contrastando a liberdade e a inovação da arte brasileira.

Após a Semana de 22, houve o aprofundamento das propostas expostas no evento e o prosseguimento do pensamento modernista, através das várias publicações de obras, revistas e manifestos que divulgaram o objetivo central do Modernismo no Brasil.

Para melhor configuração da análise, fez-se uma divisão em duas colunas de abordagem: na primeira, apresentou-se a Semana de Arte Moderna e, na segunda, os seus desdobramentos através dos periódicos Revista Klaxon e Revista de Antropofagia.

O discurso modernista pede passagem: A Semana de Arte Moderna

Os modernistas precisavam de um acontecimento memorável para despertar nos leitores empírico de então o interesse pela arte moderna e, assim, educarem-nos a se tornarem leitores-modelos. O evento possuía uma proposta educativa ponderando que existia a intenção da construção desse leitor ideal.

O primeiro dia da Semana, 13 de fevereiro, foi marcado por certa passividade por parte do público, apesar do discurso inicial de Graça Aranha trazer uma reflexão expressiva sobre o que o belo é considerado na arte clássica. Graça Aranha (p.1) anunciava:

Nenhum preconceito é mais perturbador à concepção da arte que o da Beleza. Os que imaginam o belo abstrato são sugestionados por convenções forjadoras de entidades e conceitos estéticos sobre os quais não pode haver uma noção exata e definitiva.

O segundo dia, 15 de fevereiro, aconteceu o que o grupo dos modernistas esperava: um barulho considerável por parte dos espectadores, eles mal conseguiam realizar as apresentações.

O terceiro dia, 17 de fevereiro, assim como no primeiro, o público estava mais controlado, porém agora de uma forma diferente, visando que os artistas tinham conseguindo instigar o imaginário daquelas pessoas.

O Pós-Semana de 22 foi exitoso, pois nele ocorreram publicações diversas que conseguiram cimentar a mentalidade moderna no Brasil e, assim, alterar o sistema literário.

Nos anos de 1922 a 1929, foram editadas diversas revistas no Brasil capazes de acolher os artistas modernos e seu caráter educativo. Dentre as revistas, destacaram-se *Klaxon* (1922) e *Antropofagia* (1929).

Abaixo, foram analisados os textos introdutórios das duas revistas, a partir de uma análise comparativa, apresentando-os como práticas educativas e destacando o seu caráter artístico.

Klaxon: a atualidade modernista em ação

A Revista **Klaxon: Mesário de arte moderna**, foi primordial para a divulgação do Modernismo brasileiro. Foi o primeiro acontecimento concreto após a Semana de 22, na qual houve a estabilização dos grupos artísticos presentes na Semana de Arte Moderna.

Os artistas presentes nas nove edições da revista atuaram de maneira diversificada, buscaram a renovação da mentalidade nacional, a consolidação de uma linguagem coerente,

Revista de antropofagia: em busca da arte genuinamente brasileira

Entre maio de 1928 a agosto de 1929, em São Paulo, circulou a Revista de Antropofagia, que publicou ensaios polêmicos, paródias literárias, manifestos filosóficos, artísticos e culturais do Brasil, pois definida como de linha plural, na qual “só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Philosophicamente. (ANTROPOFAGIA, 1928, p.3).

Procurou-se analisar da primeira edição do ano 01, o texto “ABRE- ALAS”, assinado por Antônio de Alcântara Machado. O artista apresenta a geração de antropofagia que tinha como objetivo destruir o conceito de arte estrangeira. A arte externa seria “devorada viva” pelo o antropófago que apresentou a atualidade para a nova geração e introduziu de fato a realidade cultural e artística do Brasil, “[...]. Daqui e de fora. O antropófago come o índio e come o chamado civilizado: só ele fica lambendo os dedos. Pronto para engulir os irmãos” (REVISTA DE ANTROPOFAGIA, 1928, p.1).

A revista introduz a arte brasileira como uma sobrevivente que poderá representar o seu país, os feitos e a força que tem. Após esse combate revolucionário, a arte moderna antropofágica contribuiu para construção de uma arte futura e esteticamente brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contemplou-se na revista *Klaxon* (1922), a atualidade da obra se baseando a realidade e criticidade da sociedade elaborada em uma linguagem atual, com a intenção de modelar a intelectualidade e a imaginação do leitor moderno.

Através da Revista de Antropofagia (1929), examinou-se uma estética verdadeiramente brasileira e apresentando artistas de diversas regiões do Brasil assim como a individualidade das obras, relatando a importância da emoção, a qual é o coração da arte moderna.

Por meia da análise da Semana de Arte Moderna e de seus desdobramentos é notória a projeção educativa modernista ao publicar revistas e manifestos, apresentando ao leitor o percurso e a valorização do movimento moderno, a emoção e ruptura estética alcançada pelas publicações da primeira fase do modernismo.

REFERÊNCIAS

ALAMBERT, Francisco. **A Semana de 22: A aventura modernista no Brasil**. São Paulo:Scipione, 1994.

ARANHA, G. **Discurso de abertura da Semana da Arte Moderna: A emoção estética na arte moderna**. Semana da Arte Moderna, 1922.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 34 ed. São Paulo:Cultrix, 1999.

COELHO, Frederico. **A Semana sem fim: Celebrações e memória da Semana de Arte Moderna de 1922.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.

CAMARGOS, Márcia. **Semana de 22: Entre vaías e aplausos.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ECO, Humberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção.** Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FRYE, Northrop. **A Imaginação Educada.** Trad. de Adriel Teixeira, Bruno Geráldine e Cristiano Gomes. Campinas: Vide Editorial, 2017.

LEONEL, Maria Celia de Moraes. Mário, Klaxon, Estética e Terra roxa. **Itinerários: Revista de Literatura**, n. 7, 1994. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/107303>

REZENDE, Neide. **A Semana de Arte Moderna.** São Paulo: Ática, 2002.

TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda Europeia e Modernismo Brasileiro.** Petrópolis: Vozes, 2003

Periódicos

KLAXON: Mensário de Arte Moderna. São Paulo: [s. n.], 1922-23. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6863>> Acesso em: em 30 de junho de 2021

REVISTA DE ANTROPOFAGIA: São Paulo: [s. n.], 1928-29. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7064>> Acesso em: 25 de julho de 2021

A EDUCAÇÃO NOS ANOS DE CHUMBO: MEMÓRIAS DE PROFESSORAS FRENTE A EDUCAÇÃO PÚBLICA

Mônica Strege Médici
Secretaria de educação de Mato Grosso
stregemonica@gmail.com

INTRODUÇÃO

Historicamente as mulheres não tiveram acesso à educação, Almeida (1998) destaca que as mulheres entraram tardiamente na escola. Assim, “mulheres de todas as condições, de todas as idades e de todas as cores sempre souberam descortinar brechas, reinventar-se e apostar na criatividade para seguir em frente. (DEL PRIORE, 2020, p. 9). As barreiras impeditivas impostas pela sociedade não foram empecilhos para que elas adentrassem a educação.

O acesso à educação por si só não garante a emancipação feminina, uma vez que a carreira docente está estruturada em uma perspectiva androcêntrica, fato que invisibiliza a mulher, mesmo na educação espaço majoritariamente feminino como afirma (FÓLHA, 2019).

A educação ainda mantém intacta a hierarquia de gênero reproduzindo uma sociedade patriarcal, “A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o ‘lugar’ dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas” (LOURO, 1997, p. 58). Com isso a sociedade reforça o estereótipo feminino, atribuindo a ela adjetivos como frágil e indefesa, no entanto as mulheres sempre lutaram na construção da sociedade.

A luta das mulheres não foi apenas pelo acesso à educação, mas também por uma educação libertadora, uma vez que o Brasil viveu a ditadura militar, um período conturbado da história brasileira marcado “por vários Atos Institucionais que colocavam em prática a censura, a perseguição política, a supressão de direitos constitucionais, a falta total de democracia e a repressão àqueles que, porventura, fossem contrários ao regime militar.” (SALLES e STAMPA, 2016, p167). O papel das mulheres professoras foi fundamental na luta pelos direitos fundamentais, essa luta foi encampada por meio de organizações civis.

OBJETIVOS

Dar voz as mulheres por meio da história oral para que elas resgatem de suas memórias os principais desafios enfrentados sendo professoras e militantes durante o período da ditadura militar.

METODOLOGIA

A presente pesquisa se configura como história oral de acordo com Alberti (1999) a história oral como “um método que possibilita coletar as informações por meio dos sujeitos que vivenciaram os fatos históricos”. Santhiago (2008) aponta que por meio da história oral é possível reconstruir a história como um todo sob as múltiplas visões.

Essa pesquisa elegeu, como caso de estudo 03 (três) mulheres que são expoentes no âmbito da educação e que lutaram pela defesa da educação pública durante o período da ditadura militar. Elas atuaram em diferentes estados brasileiros: Goiás, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, todas unidas com o mesmo objetivo, ainda que nunca tenham se encontrado. Consideramos importante manter suas identidades no sigilo para tanto, iremos usar nomes fictícios em homenagem a mulheres que lutaram contra a ditadura: Olga, Anita e Dilma.

Inicialmente foi realizado o levantamento bibliográfico sobre as mulheres e a educação que atuaram no período da ditadura militar, como professoras e militantes. Para isso recorreremos ao bancos de dados como o Periódicos CAPES e a Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Estes dados possibilitarão historicizar a presença feminina frente à ciência no contexto global, suas trajetórias de vida como mulheres, professoras e militantes.

As mulheres foram convidadas a participar da pesquisa por meio de contato via WhatsApp e informadas dos objetivos e métodos a ser adotados na pesquisa. Todas as entrevistadas assinaram uma Carta de Anuência, permitindo a realização do estudo e sua posterior publicação.

As informações foram coletadas por meio de entrevistas previamente agendadas, com pauta aberta e ampla, mediadas pela plataforma Google Meet. Essas entrevistas ocorreram entre os novembro/2020 à janeiro/2021, foram gravadas, transcritas, analisadas, e discutidas à luz do referencial teórico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A luta pela emancipação feminina foi encampada há muito tempo. Considerando que com o fim da segunda guerra mundial acontece um crescente processo de urbanização e industrialização, começa emergir uma ruptura entre os papéis femininos e masculinos quanto ao mercado de trabalho essa luta perpassou a educação.” Iniciei a militância em 1978 em plena ditadura. Era tudo muito delicado, tudo muito perigoso eu sempre fui uma eterna inconformada, as injustiças começaram a ser revelada.” (OLGA, 2021)

Olga relata que a luta foi grande no sentido de colocar a voz feminina frente a luta. “A distinção entre os papéis femininos e masculinos, entretanto continuavam nítidas: a moral sexual diferenciada e o trabalho da mulher ainda que cada vez mais comum, era cercado de preconceitos e visto como subsidiário ao chefe da casa.” (DEL PRIORE, 2011, p. 160). Não era possível retroceder, as mulheres passaram a se organizar e incorporar a luta por meio da criação de organizações sindicais, a luta era pela educação, uma educação libertadora.

Nesse período a sociedade buscava se organizar de diferentes maneiras, a fim de garantir a liberdade. Freire (1978) afirma que pelo fato de estar no mundo, individuo deve se reconhecer como sujeito histórico, não aceitar ser tido como objeto. Portanto, deve agir como sujeito de sua libertação. Anita, relata:

Tenho uma ligação forte com Dom Pedro Casaldáliga a tessitura de minha formação como professora passa pela igreja. E pelos movimentos sociais. Eu me tornei professora em 1982 em meio a ditadura. Minha vida é atravessada pelos movimentos sociais. A época é marcada pelas pastorais sociais: a pastoral da Terra, a pastoral da Juventude, o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, o movimento dos atingidos pelas barragens na região que eu morava na época região de Erechim, onde emerge a teologia da libertação. Houve um trabalho de inversão da lógica sindical na época. (ANITA, 2021)

As palavras de Anita coadunam com o que nos diz Freire “Uma teologia serviço da burguesia não pode ser utópica, profética e esperançosa, por ser uma teologia que cria um homem passivo e adaptado que espera uma vida melhor no “céu”, que dicotomiza o mundo.” (FREIRE, In TORRES, 2014, p. 70). Ao observar esse período por meio do retrovisor da história é possível mensurar os inúmeros desafios enfrentados pelas mulheres que ousaram fazer algo diferente. De acordo com Del Priore (2011) às mulheres sempre foi reservado o silêncio do lar, a sujeição. Em seu relato Dilma resgata memórias que nos remetem a sua luta.

Atuei em plena ditadura e neste período a escola era controlada e vigiada pelos militares. Pois na época se iniciava o movimento de construir a constituinte e os militares iam na escola para ver quem

participava destes movimentos. Comecei lá associação Sapucaense de educação, uma vez que no período da ditadura os sindicatos eram proibidos. A partir desta associação começamos a participar dos eventos em Campo Grande na época o debate era efervescente em torno da construção do estado de Mato Grosso do Sul que havia acabado de se desmembrar do estado de Mato Grosso. Particpei do movimento de construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT), posteriormente do Partido dos Trabalhadores (PT) Hoje olho para traz e me orgulho em poder ver melhorias na vida do brasileiro promovidas pelo governo Lula e Dilma um sonho do qual fiz parte. (DILMA, 2021).

Ser professora e militante nesse momento tão desafiador da história brasileira, as palavras de Dilma reafirmam que “O golpe de 1964 desencadeou uma onda de repressão e de perseguição aos trabalhadores. Evitar manifestações nas ruas, nas fábricas e, de modo geral, a organização dos trabalhadores, era uma necessidade para manter a hegemonia ditatorial. (SALLES e STAMPA, 2016, p.164). No entanto, destemidas as mulheres professoras se organizaram nas diferentes regiões do país e construíram uma teia de proteção, para tornar a luta possível, para que o povo brasileiro pudesse ser livre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contar essa história requer coragem, as palavras das entrevistadas ressoam e nos situa diante das dificuldades enfrentadas, mas também nos aponta um caminho a luta pela liberdade que deve ser encampada em todos os tempos e por todos os cidadãos em busca da liberdade e dignidade.

O período da ditadura militar foi um movimento desafiador. O enfrentamento no sentido de derrubar esse regime coube a sociedade civil organizada e desse momento as mulheres professoras participaram ativamente, ainda que as lacunas históricas persistem no apagamento da luta feminina, suas memórias não poderão ser apagadas e aos poucos, por meio dessas memórias reconstruiremos parte da história que ainda não foi contada. Sugerimos que novas propostas de trabalho voltados para essa temática sejam iniciados, para que possamos enfim resgatar por meio da história a efetividade da luta feminina.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. História oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na escola: Algumas reflexões sobre o magistério feminino. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.96, 71-78, fev., 1996.

DEL PRIORE, Mary. Sobreviventes e guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000. Planeta, 2020.

FÔLHA, Jardilene Gualberto Pereira. ROCHA, Damião (Orientador). “**O magistério Brasileiro é feminino: (re)apresentação da mulher na educação infantil nos dados oficiais de 2014 - 2018 do governo federal.** Dissertação de Mestrado em Educação (PPGE/UFT), 2019. Disponível em: https://repositorio.uft.edu.br/?locale=pt_BR acesso em 22 dez, 2021.

FREIRE, Paulo. Os cristãos e a libertação dos oprimidos. Porto: Base, 1978.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SALLES, Moacyr; STAMPA, Inêz. Ditadura militar e trabalho docente. **Revista Trabalho Necessário**, v. 14, n. 23, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/download/9606/6727/40632> acesso em 01 de abr de 2022.

SANTHIAGO, Ricardo. Da Fonte Oral à História Oral: Debates Sobre Legitimidade. **SAECULLUM Revista da História Oral**, v. 18, 2008.

TORRES, Carlos Alberto. Diálogo e práxis educativa: uma leitura crítica de Paulo Freire. São Paulo: Loyola, 2014.

A INFÂNCIA, A REPÚBLICA E A SISTEMATIZAÇÃO DE RECOLHIMENTO DE MENORES EMPOBRECIDOS EM SÃO PAULO (1902-1935)

William Kleyton Costa
(FFCLRP - USP)
profwill@usp.br

INTRODUÇÃO

A consolidação da República no Brasil entre os anos finais do século XIX e os trinta primeiros anos no XX, viabiliza o aparecimento de instituições especializadas na assistência/reeducação à infância empobrecida e abandonada, que compunha junto a outros setores urbanos problemáticos, como vagabundos, delinquentes, gatunos e viciosos, verdadeiros obstáculos a serem superados.

Em São Paulo, os avanços do complexo cafeeiro e a cristalização dos setores industriais ao mesmo passo em que expandiram significativamente o acúmulo de capital no estado e proporcionaram a formação de uma classe social consideravelmente abastada, culminaram à mesma medida em um expressivo aumento da pobreza urbana, abraçando setores sociais compostos, especialmente, por ex-escravizados e imigrantes. O exponencial aumento demográfico somado às péssimas condições de vida, trabalho e remuneração ocasionaram uma intensificação das atividades ilícitas, consequência direta do pauperismo e da miséria, muitas vezes, realizadas por menores que ocupavam as ruas da capital (espaços onde ocorriam especialmente estes atos de delinquência) (BEIGUELMAN, 2005; CANO, 2007).

Enquanto resposta ao social problemático, observou-se o fortalecimento de dispositivos institucionais de controle dessas populações empobrecidas. Estabelecimentos de reeducação e assistenciais, como casas de correção; institutos educativos; colônias agrícolas; asilos industriais apresentaram-se enquanto aparatos de normalização dos costumes e comportamentos entendidos como adequados pela lógica capitalista-industrial que se fortalecia nas principais cidades brasileiras naquele contexto. Essa “onda institucional”, igualmente inaugura um modelo sistemático de recolhimento, controle e governo de menores infratores, filhos de vadios ou vagabundos, física e moralmente abandonados (RIZZINI, 2011).

Este trabalho, por sua vez, procura realizar um histórico do aparecimento destas instituições partindo do ano de 1902, data da criação do Instituto Disciplinar Paulista até 1935 com a organização do Departamento de Assistência Social, órgão responsável pela organização da assistência à infância e pela reunião convergente das práticas institucionais dos estabelecimentos de assistência, reeducação e controle que operavam em São Paulo (FONSECA; NARITA, 2019).

À guisa de considerações, faz-se importante ressaltar que este estudo é parte de uma reunião de trabalhos realizados por pesquisadores do Lepinje (Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Infância, Juventude e Educação) junto ao programa de pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (USP).

OBJETIVOS

Identificar o aparecimento de modelos institucionais especializados na assistência à infância empobrecida na cidade de São Paulo, observando-os enquanto aparatos do serviço público orientados pela normalização dos comportamentos e pela lógica do trabalho enquanto injeção moral de regeneração de menores infratores. Enquanto objetivo específico, procuramos ainda compreender o Instituto Disciplinar Paulista como precursor da apropriação social do menor em São Paulo, partindo de uma posição praticamente “isolada” em 1902/1903, cuja atuação dialogava com as práticas de prevenção de “futuros criminosos”, bem como a reeducação destes menores a partir da máxima de formação “cidadãos úteis para a República” pela aplicação dos princípios do trabalho moralizador.

METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, partimos de uma ampla verificação bibliográfica, levando em consideração a análise de livros, teses, dissertações, artigos, capítulos de livros e quaisquer outras produções do meio acadêmico que puderam atender nossas necessidades teóricas, em virtude das observações realizadas para melhor compreensão de nosso objeto de estudo. Por este caminho, acreditamos que tais leituras possibilitaram a fundamentação teórica necessária para que conseguíssemos analisar e interpretar documentos com maior direcionamento e objetividade.

Neste sentido, os procedimentos metodológicos que orientam os caminhos de nossa pesquisa, pautam-se através de uma perspectiva qualitativa das fontes encontradas e selecionadas, sob a fundamentação da análise documental como método a nortear nossas observações, interpretações e conclusões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A convergência das pesquisas que compõem este estudo apontam para a cristalização dos modelos institucionais que apareceram na cidade de São Paulo nos idos da Primeira República enquanto espaços de controle e governo de populações empobrecidas, operando diretamente com os aparatos jurídicos-policiais pela “limpeza” das ruas da capital paulista. Portanto, pontuamos a realização de um breve histórico, ressaltando as principais instituições assistenciais e reformatórias que atuaram de modo a formar uma verdadeira “sistematização” de recolhimento de menores infratores (SALLA, 2006).

A operacionalização destas instituições, por sua vez, estava a cargo de uma elite intelectual, cujo poder político estava às suas mãos, formada especificamente para ocupar cargos estratégicos na República, em especial, médicos e bacharéis, que atuaram diretamente na higienização dos costumes; na moralização dos comportamentos; na aplicação do trabalho enquanto recurso disciplinar e no controle dos corpos por meio do recolhimento de menores.

Haja vista, o caráter assistencial destes estabelecimentos organizados neste período envereda-se diretamente para a profissionalização do Estado na intervenção pública e privada daqueles que foram considerados “obstáculos” ao progresso e a “ordem”, princípios republicanos que foram colocados à prova com as novas formas de socialização que a cidade de São Paulo experimentou na virada dos séculos XIX para o XX. Não obstante, muitos estabelecimentos tornaram-se “depósitos” de menores infratores que foram sistematicamente recolhidos por aparatos jurídico-policiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A repressão e o controle de menores infratores ou abandonados é marca presente na história das instituições de assistência à infância que vigoraram na Primeira República em São Paulo. A sistematização do recolhimento destes menores em conflito com as leis demarcou toda uma dinâmica no aparato jurídico-policial que atuou fortemente junto às ideologias burguesas de controle, governo e tutela dos “futuros e propensos criminosos” – a infância pobre.

O trabalho como instrumento moralizante foi amplamente aplicado em muitas destas instituições. A ideia do ócio como inimigo da nação e formador de vagabundos e criminosos esteve atrelada às práticas de recolhimento e disciplina de menores em colônias e reformatórios. Caso sintomático é o Instituto Disciplinar Paulista que organizava seu regimento interno, sobretudo, a partir da militarização, do controle do tempo, das relações sociais, das visitas e das dinâmicas educativas, especialmente, pelo trabalho agrícola e industrial.

De tal modo, muitas destas instituições e aparatos que se desenvolveram de 1902 a 1935, ou seja, entre a criação do Instituto Disciplinar até o Departamento de Assistência Social, estiveram inseridas nesta lógica sistemática de recolhimento, na qual os menores foram encarados enquanto um social problemático a ser controlado.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Marco César. Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e nova escola penal no Brasil. Tese de Doutorado. Tese (Doutor em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

ADORNO, Sérgio. Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

BEIGUELMAN, Paula. A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos. Edusp, 2005.

CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. 5.ed. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. 2.ed. São Paulo: Global, 2007.

FONSECA, Sérgio César da. Infância e disciplina: o Instituto Disciplinar do Tatuapé em São Paulo (1890-1927). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2006.

FONSECA, Sérgio César; NARITA, Felipe Ziotti. Os institutos disciplinares, a legislação sobre menoridade e a formação de setores estatais especializados em assistência a menores em São Paulo (1900-1935). Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 66, 2019.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 42.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Orgs.). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SALLA, Fernando. As prisões em São Paulo (1822-1940). 2.ed. São Paulo: Anablume; Fapesp, 2006.

SANTOS, Maria Conceição. Cândido Motta e a política de atendimento aos menores delinquentes no estado de São Paulo (1894-1909). Franca, 2004.

A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO VERSUS TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO

Marta Susany Moura Carvalho
Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGED da Universidade Federal do Piauí - UFPI
martasusanymc@ufpi.edu.br

Raimundo Nonato de Sousa Neto
Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGED da Universidade Federal do Piauí - UFPI
nettosousa08@gmail.com

Maria do Amparo Borges Ferro
Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGED da Universidade Federal do Piauí - UFPI
amparobferro@gmail.com

INTRODUÇÃO

A pesquisa na área de História da Educação tem apresentado um grande crescimento nos últimos anos. Diversos grupos de pesquisa surgem nas universidades com o intuito de buscar e divulgar informações que ofereçam condições de reflexão sobre a educação em um dado período histórico. Esses estudos ajudam a compreender a educação a partir de múltiplos olhares que permitem confrontar os achados, através dos recursos da historiografia corrente. Dessa forma, a história é vista a partir de vestígios dos fatos passados e produz também possibilidades de reflexão sobre o futuro. O campo educacional na abordagem da história da educação se relaciona com a epistemologia da pesquisa, uma vez que a mesma procura desvendar as características da sociedade em um contexto determinado, dentro de um recorte temporal, constituindo assim uma epistemologia da história. A cientificidade da pesquisa em História da Educação se estabelece a partir dos fatos investigados e da sua metodologia específica, dentro da corrente historiográfica. Pois, para a verdade investigada ganhar objetividade é necessário que esteja respaldada em fatos que são construídos ou reconstruídos pelo pesquisador. No entanto, o investigador permite que suas afirmações sejam contestadas, pois não se tratam de verdades absolutas, mas as mesmas estão asseguradas pelas fontes e citações. Esse trabalho foi construído a partir das discussões da disciplina de

Epistemologia da educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, PPGED-UFPI, na turma de doutorado, o qual proporcionou a reflexão, sobre a essência de cada ser humano e ainda dos percursos de dissociabilidade que eles passam em sua trajetória de vida, e relacionar a isto, o processo de investigação da pesquisa em história da educação, percebendo que podemos traçar linhas gerais do pensamento da sociedade de uma época que provocam determinados comportamentos, discutindo durante a análise dos dados sobre o que estava por trás, por exemplo, dos documentos oficiais que tratavam sobre a educação, qual o intuito de se elevar mais alguns aspectos e silenciar outros.

OBJETIVOS

O objetivo principal desse artigo consiste em analisar o processo formativo da construção do conhecimento na área de história da educação, a partir dos estudos realizados no curso de doutorado em educação deste referido campo de pesquisa. Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: Discutir sobre o uso do método crítico nas pesquisas de história da educação durante a análise das fontes; Elaborar um esquema paradigmático da dissertação de mestrado e refletir sobre a construção da pesquisa em relação ao problema da pesquisa.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada é a análise de conteúdo, sendo a pesquisa baseada na corrente historiográfica da Nova História Cultural. Em relação a trajetória de formação, busca-se compreender o campo educativo, através das concepções de educação e campo educativo, trazendo para reflexão algumas abordagens dos teóricos Gaston (2013), Amado (2009), Berticelli (2010), Saviani (2013) e Durkheim (1978). Dessa forma, foi analisado a partir das fontes consultadas durante a construção da pesquisa no mestrado, a relação das mesmas com o lugar e contexto de sua época, bem como foi elaborado o esquema paradigmático da dissertação. Por fim, foram feitas as reflexões a cerca dos aspectos propostos na matriz, tais como: os passos iniciais para construção da pesquisa e elaboração do problema de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dessa discussão pode-se analisar o nosso processo formativo nos estudos investigativos sobre história da educação, tendo como bases a nossa dissertação de mestrado. Logo assim, as reflexões sobre a construção da pesquisa mostraram que uma pesquisa histórica tem relação com os pressupostos

gnosiológicos (maneiras de conceituar, classificar e formalizar, e maneiras de relacionar o sujeito e objeto); e com os pressupostos ontológicos (Concepção de Homem, de Educação e Sociedade versus Concepções de espaço, tempo e movimento), o que por sua vez permite refletir sobre a cosmovisão do trabalho, ou seja, qual a concepção de mundo determinada pela pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho procurou demonstrar um fato que é importante de se observar nas pesquisas das áreas sociais ou humanas, elas não podem ser dissociadas do envolvimento dos pesquisadores com as questões políticas e sociais de sua época, bem como dos grupos aos quais estão inseridos, uma vez que afetam a eles de alguma forma. Fazendo uma analogia com a pesquisa em história da educação, no caso a pesquisa da memória de sujeitos, percebe-se que há uma ligação desses ao lugar por eles vivido, mostrando o seu pertencimento a um grupo. Conclui-se que as “Memórias” dos indivíduos de alguma forma estabelecem relação com a memória coletiva da época estudada, e com o grupo social ao qual pertence. Da mesma forma, o pesquisador não está isento desse envolvimento, e, portanto, sua pesquisa sofrerá de alguma forma interferência das concepções de homem, educação e sociedade que ele possui. Espera-se que esse trabalho sirva de inspiração para novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

AMADO, João. **Identidade e estatuto epistemológico das ciências da educação**. In BALDI, Elena Mabel Brütten; FERREIRA, Maria Saloneide; PAIVA, Marlúcia(org). **Epistemologia das ciências da educação**. Natal: EDUFRN, 2009. p. 73 – 99. ARAÚJO, Inês Lacerda. **Introdução à filosofia da ciência**. 3 ed. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

ASSIS, Cássia Lobão; NASCIMENTO, Robéria; FECHINE, Ingrid. **Tecendo os fios de saberes convergentes: escrita, educação e memória**. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

BERTICELLI, Ireno Antônio. **Educação em perspectivas epistêmicas pós-modernas**. Chapeco, RS: Argos, 2010. p. 37-61.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Feusp, 2005. (Tese de doutorado).

DURKHEIM, Émile. Educação e Sociologia. 12 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978. p. 33 -74.

LIAS, Norbert. Envolvimento e distanciamento. Lisboa: Publicações dom Quixote, 1997. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1991.

GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias.** 2 ed. Chapecó: Argos, 2012. p. 69-86.

MIALERET, Gaston. **Ciências da educação.** São Paulo: Martins Fontes, 2013.p. 215 -228.

NOVAIS FILHO, Joaquim Antônio; PINA, Maria Cristina Dantas. Civismo, raça e pátria no livro didático “A Grande Pátria Brasileira”. IN: **Práxis Educacional/Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – v. 12, n. 21 (jan./abr. 2016).** – Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2016, p. 271-292.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história** [tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira]. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

SANDÍ, Maria da Paz Esteban. **Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições.** Porto Alegre: AMGH, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Aberturas para a história da educação: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2013. p. 61 – 74.

A REVISTA DE ANTROPOFAGIA COMO PROJETO EDUCATIVO PARA A ARTE MODERNA NO BRASIL

Gabriele Alves Barbosa
(UFPI/CSHNB)
gabrielebarbosa017@gmail.com

Vanessa Maria do Nascimento Sousa
(UFPI/CSHNB)
vanessasousa9923@gmail.com

Cristiane Feitosa Pinheiro
(UFPI/CSHNB)
cristianepinheiro@ufpi.edu.br

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa volta-se para a análise do projeto educativo literário modernista proposto na Revista de Antropofagia, composta por duas denticões com vinte e cinco edições, sendo dez na primeira e quinze na segunda. Publicada durante maio de 1928 até agosto de 1929 e circulou nesses momentos principalmente em São Paulo.

A pesquisa faz parte do projeto do Programa de Iniciação Científica Voluntária vinculada à Universidade Federal do Piauí (UFPI), sendo ele: “Periódicos Literários Modernistas: O Projeto Educativo da Revista de Antropofagia”.

A partir disso, a mesma se propõe a responder o seguinte questionamento: como aconteceu o projeto educativo para a arte moderna a partir da Revista de Antropofagia?

Como base de apoio para fundamentação das ideias, leva-se em conta o embasamento teórico de Eco (1994), Helena (1993), Bosi (2017), Rezende (2002) e outros.

Com a realização da Semana de Arte Moderna, ocorrida no Teatro Municipal de São Paulo, nos dias treze, quinze e dezessete de fevereiro de 1922, o Modernismo brasileiro pode ser estabelecido de fato. Porém, antes disso, outros fatores influenciaram para criação do evento, como por exemplo, as Vanguardas Europeias. Logo após o festival, surgiu a divulgação da arte apresentada naquelas noites por meio de vários periódicos, como a Revista de Antropofagia, firmando os propósitos do movimento na sociedade.

OBJETIVOS

Elegeu-se como objetivo geral analisar como se estabeleceu na Revista de Antropofagia o projeto educativo para o Modernismo. E como objetivos específicos analisar a estrutura das edições da Revista de Antropofagia; sistematizar o caráter educacional da Revista de Antropofagia; analisar textos (verso e prosa) nas duas edições da Revista de Antropofagia e destacar a importância da Revista de Antropofagia na divulgação do Modernismo no Brasil.

METODOLOGIA

A pesquisa inclui-se no campo dos estudos históricos e literários de maneira que analisou um dos desdobramentos da Semana de Arte Moderna, a saber, a Revista de Antropofagia.

Trata-se de pesquisa bibliográfica, uma vez que para obtenção de dados sobre o objeto da pesquisa, fez-se um levantamento de informações em teses, artigos, livros e dissertações.

Além de ser qualitativa e descritiva por buscar um maior aprofundamento sobre o assunto e descrevê-lo de forma didática. Foi realizado também um aprofundamento exploratório, já que não é um tema abordado frequentemente.

Inicialmente, a pesquisa elencou informações sobre o Modernismo, as Vanguardas Europeias, a Semana de Arte Moderna e as revistas como desdobramentos desta. A Revista de Antropofagia tem maior enfoque, visto que a partir dela foram analisados textos para o entendimento do que seus colaboradores pretendiam.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Modernismo foi um movimento cultural que surgiu em um período de constantes mudanças e diversos conflitos durante o século XX. As transformações advindas de avanços tecnológicos e citadinos pediam por um novo conceito de arte que se desprendesse dos moldes passadistas.

A nova arte surgiu com os Movimentos de Vanguardas Europeias que pretendiam implantar de vez novidades na sociedade como um todo. Para isso, combateram os clássicos e suas regras, pois era necessária uma arte mais liberta que acompanhasse as mudanças.

No Brasil, o novo conceito de arte eclode em fevereiro de 1922, com a Semana de Arte Moderna, no Teatro Municipal de São Paulo. O evento reuniu diversos artistas dispostos a consolidar o movimento moderno e suas

pretensões no imaginário do público. Após esse momento, fez-se necessário continuar a divulgação dos ideais dos artistas modernos, motivando, assim, diversos desdobramentos, dos quais destacam-se os periódicos modernos.

As revistas do sudeste do país tiveram um maior destaque e foram produzidas entre os anos de 1922-1929 e são elas: *Klaxon*, *Estética*, *Revista*, *Terra Roxa e Outras Terras*, *Verde e Antropofagia*.

A Revista de Antropofagia circulou entre 1928 e 1929 e foi a última dentre as mais importantes, tendo ela destaque e sendo a mais agressiva na apresentação de suas ideias. Esta foi o objeto principal da pesquisa que buscou analisar as suas duas fases e como a partir de seus textos ela implantou as novidades modernas.

A Antropofagia possuía um intuito de educar o público para o novo, para isso precisaria construir um leitor capaz de entender a sua pretensão, educando-o em suas páginas.

Tendo como foco principal o entendimento de como se deu o projeto educativo da Revista de Antropofagia pensado pelos seus colaboradores, a pesquisa analisou como ela surgiu, bem como a apresentou e analisou textos presentes nas suas duas fases.

O projeto antropofágico foi pensado por Oswald de Andrade ao receber o quadro *Abaporu*, pintura de sua esposa Tarsila do Amaral como presente de casamento. Trata-se de uma tela que apresentava um homem de cabeça pequena, com pés e mãos imensos, causando desconforto a quem vê.

A Revista de Antropofagia também traria desconforto em suas duas fases ou dentições, como ficaram conhecidas. Seus colaboradores implantariam com contundência e agressividade suas ideias de nova arte. Devorariam outras culturas para extrair o que há de melhor e construir uma nova, apagariam o passado e construiriam um novo herói para aquela pátria que só importava os seus.

A primeira dentição teve como diretor Antônio de Alcântara Machado. Apresentou o caos, deixando claro para o que vinha e o que pretendia eliminar.

Para tanto, dois textos foram apresentados e analisados à luz da perspectiva educativa citada anteriormente. O texto A “Descida” Antropofaga de Oswald de Andrade, foi analisado mostrando os objetivos agressivos da antropofagia em apagar traços da cultura europeia e valorizar a nativa. Outro texto analisado foi ASSUMPTO RESOLVIDO assinado por CHINA, ainda valorizando a cultura antropófaga. Ambos encontrados na primeira fase da revista buscavam fortificar o projeto antropófago e consolidar de vez o Modernismo, para isso educariam o seu leitor.

Na segunda denteção, sob a direção de Raul Boop e Jaime Adour da Câmara, firmaram-se as ideias antropofágicas de deglutição ao passadismo.

Em torno disso, mais dois textos analisados com base no projeto educativo dos modernistas. Primeiro, foi discutido o texto *Ainda os românticos da antropofagia*, de Jorge Simmel, idealizando a figura do homem como o ser mais importante da natureza. Em seguida, o texto de antropofagia, de Tamandare, levantando críticas à religiosidade e revelando o objetivo dos antropófagos para com os cristãos.

A partir dos textos analisados, tornou-se clara a proposta educativa elaborada pelos modernistas para com seus leitores, educando-os a partir do imaginário, para assim alcançar o objetivo de se ter um público formado por leitores-modelos e, conseqüentemente, uma nova sociedade moderna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por volta dos apontamentos levantados, a pesquisa buscou explicitar o intuito da *Revista de Antropofagia* para além de uma meta simplesmente divulgadora da arte moderna criada. Ou seja, mostrou-se a partir dos textos o viés educacional da revista, que pretendia provocar uma ruptura social no campo artístico, por meio da educação do imaginário direcionada primeiramente ao seu público-alvo, e logo para toda população.

Assim, constituiu-se a *Revista de Antropofagia* como espaço de combate das ideias clássicas, mas, sobretudo como fonte de educação do leitor para a arte moderna, constituindo um novo público leitor, pensado pelo autor-modelo moderno.

REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 34 ed. São Paulo: Cultrix, 2017.

ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FRYE, Northrop. *A imaginação educada*. Trad. de Teixeira, Bruno Geradine e Cristiano Gomes, 1962.

HELENA, Lúcia. *Movimentos da vanguarda européia*. São Paulo: Scipione, 1993, Coleção Margens do Texto.

REVISTA DE ANTROPOFAGIA. São Paulo: 1928-29. Disponível em:
<<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7064>>. Acesso em: 14 de Janeiro de
2022.

REZENDE, Neide. *A Semana de Arte Moderna.* São Paulo: Ática, 2002.

EDUCAÇÃO E AUTORITARISMO: A REPRESENTAÇÃO DA ONU E DOS DIREITOS HUMANOS EM LIVROS DIDÁTICOS DE OSPB DURANTE A DITADURA MILITAR

Gustavo Josué Simoni Paes
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

INTRODUÇÃO

O surgimento da Organização das Nações Unidas (ONU) acompanhada da afirmação de um discurso internacional sobre os Direitos Humanos (DH) influenciou a relação entre os países a partir da segunda metade do século XX. Tais adventos derivaram das atrocidades praticadas durante a Segunda Guerra Mundial, bem como dos processos judiciais posteriores, resultando, num reconhecimento paulatino, ainda que a efetividade e abrangência sejam questionáveis, de direitos básicos inerentes aos indivíduos. Esse processo se deu no contexto da Guerra Fria em que diversas ditaduras foram postas em prática como a brasileira (1964-85). Nesse sentido a presente pesquisa está ligada a problemática da forma com que se conciliou, no ambiente escolar, o estudo dos DH num regime que não os respeitava.

A Segunda Guerra Mundial foi um conflito com violência generalizada. Embora se reconheça que os objetivos da guerra eram distintos, na medida em que, alemães e japoneses guiavam-se, em larga medida, para a destruição de etnias que consideravam inferiores, ao passo que os adversários a combatê-los, praticaram-se atrocidades com as populações civis de ambos os lados (BURLEIGH, 2010).

O processo de julgamento de tais crimes, ainda que apenas dos vencidos, nos tribunais de Nuremberg e Tóquio durante os anos posteriores. Isso contribuiu para sua documentação (BESS, 2008) e a criação de uma legislação internacional baseada em princípios universais emanados principalmente da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (REIS, 2006). Nesse contexto surgiu também a ONU, numa esteira afirmação de uma nova ordem mundial com a proeminência estadunidense (MUNHOZ, 2020), como ferramenta para impedir outro conflito global, mas que progressivamente alarga sua finalidade contemplando, entre outras coisas, a denúncia de violações

dos DH em dialogo com Estados e a sociedade civil como ONG's (RORIZ, 2021). Em síntese no pós-guerra a ONU e os DH constituíram-se, ainda que limitadamente, influenciadores das relações entre os países.

Contudo houve violações sistemáticas com durante a Ditadura Militar. Desde o primeiro momento do regime, o arbítrio e a violência fizeram parte do expediente governamental – embora não admitido - e diferentes iniciativas de memória, como a Comissão Nacional da Verdade, atestam tais ações (NAPOLITANO, 2014). Por outro lado, o tema não deixou de estar presente na sala de aula vide sua presença em livros didáticos de Organização Social e Política do Brasil (OSPB) que, por sua vez, mesmo sendo uma disciplina criada ainda no governo democrático de Goulart, foi conservada e adequada aos governos militares (MARTINS, 2014). Assim faz-se mister analisar a representação dos DH em tais fontes históricas, considerando também os recursos de aprendizagem, pois em ultima instância estão relacionadas ao contexto histórico e em especial ao campo político, na medida em que, nele são estabelecidas as diretrizes educacionais.

Finalmente, convém ressaltar que o texto justifica-se devido às similaridades entre o período estudado e o tempo presente. Guardadas as proporções, desde um passado recente constata-se que prosperam diversas iniciativas visando uma pretensa “neutralidade” do professor juntamente com o fim da obrigatoriedade de disciplinas críticas como a História, acompanhado da persistência de um governo, ainda que não se reconheça assim, negacionista, seja do passado como saudosista da Ditadura ou da pandemia, na contrariedade as medidas de proteção sanitárias. Portanto retomar um período histórico em que a Educação foi alvo de perseguição contribui para se compreender o presente.

OBJETIVOS

O objetivo geral da pesquisa é compreender a representação da ONU e dos Direitos Humanos no contexto escolar durante a Ditadura Militar (1964-85).

Os objetivos específicos são:

1. Analisar a representação da ONU e dos Direitos Humanos em livros didáticos;
2. Verificar os recursos de aprendizagem presentes nas obras;
3. Relacionar o contexto histórico com o discurso acerca dos Direitos Humanos e os recursos de aprendizagem.

METODOLOGIA

A pesquisa é do tipo documental e bibliográfico. De modo amostral reuniu-se os seguintes livros didáticos de diferentes momentos do regime militar: Organização Social e Política Brasileira (Delgado de Carvalho – Record Cultural, 1969); OSPB (Humberto de Medeiros – FTD, 1973); OSPB (Elizabeth Maria Araujo Loureiro – Companhia Editora Nacional, 1977); e Conjuntura Atual em OSPB (Gleuso Damasceno Duarte – Editora Lê, 1982). No âmbito metodológico recorreu-se a Roger Chartier (1991; 2011) a partir do conceito de protocolo de leitura para se compreender a problemática envolvendo a ideia de representação, ao passo que, a Alain Choppin (2004) e Circe Bittencourt (2008) no uso do livro didático como fonte histórica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa encontra-se concluída. Nos resultados obtidos constata-se a presença do tema na seção das Relações Internacionais, ligado ao surgimento da ONU e baseado, essencialmente, na apresentação de leis. Constata-se também o progressivo surgimento de recursos didáticos visando à facilitação da aprendizagem como resumos, organogramas e imagens; a dissipação de dúvidas acerca da disciplina nas falas dos autores e o alerta aos professores da necessidade de uma análise “neutra”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência de um espaço para o estudo da ONU e dos Direitos Humanos nos livros didáticos atesta sua relevância. Mesmo em um regime violador dos direitos básicos e processado internacionalmente, o tema foi abordado, contudo de uma maneira acordada com o poder constituído, isto é, ao basear-se principalmente nas leis, de um lado, a naturalização e legitimação da ditadura e, de outro, a apresentação de uma imagem esquemática de como a sociedade deveria ser.

REFERÊNCIAS

BESS, Michael. **Choices under fire: moral dimensions of World War II**. New York: Vintage, 2008;

BITTENCOURT, Circe. **O livro didático e o saber escolar (1810-1910)**.

Autêntica Editora, 2008;

BURLEIGH, Michael. **Combate moral**: uma história de la Segunda Guerra Mundial. ePub, 2010;

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. São Paulo, vol. 5, nº 11, 1991, p 173-191;

_____. **Práticas de leitura**. Tradução Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2011

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v 30, n 3, p 549-66, set./dez. 2004;

MARTINS, Maria do Carmo. Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n 51, p 37-50, jan./mar. 2014;

MUNHOZ, Sidnei José. **Guerra Fria**: história e historiografia. Curitiba: ed. Appris, 2020.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014;

Reis, Rossana Rocha. Os Direitos Humanos e a Política Internacional. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, 27, p 33-42, nov. 2006.

ENTRE DOCUMENTOS, MEMÓRIAS E VESTÍGIOS DA ORGANIZAÇÃO DO ENSINO DA ESCOLA MUNICIPAL DE PRIMEIRO GRAU ANTONIO JOÃO RIBEIRO

Mariza Salete Backes Silva
Universidade Federal da Grande Dourados
marizabackes@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo emerge com o intuito de contribuir com as pesquisas sobre a história das instituições escolares e da história da educação rural, e faz parte de uma investigação de Dissertação de Mestrado, defendida no Programa de Pós Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), em Dourados-MS, no ano de 2019, trazendo para a análise os vestígios de organização de ensino da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, pertencente ao antigo Núcleo Colonial de Dourados, no distrito de Indápolis, situado neste município, no período de 1973 a 1988.

O recorte temporal é justificado por dois importantes argumentos: o ano de 1973 marca a construção da escola no distrito de Indápolis, mediante o convênio do Ministério de Educação e Cultura (MEC) com o Comando da 8ª Região Militar (RM); e o ano de 1988 sinaliza a promulgação de uma nova Constituição para o Brasil, com o fim da ditadura civil-militar, além de marcar os primeiros quatros anos de funcionamento dessa escola após a sua regulamentação, com a solicitação de validação dos estudos dos alunos junto à Secretaria Municipal da Educação de Dourados (SEMED), sob o processo de nº. 01162/84.

A abordagem deste artigo está direcionada na perspectiva da Nova História Cultural, uma vez que se pretende percorrer esse viés por meio dos escritos de Chartier (2002; 2010) e de autores que versam sobre essa perspectiva da História das instituições escolares, como Magalhães (2004), pois permitem a base teórica e atendem ao objetivo da escrita.

OBJETIVOS

O objetivo deste artigo é analisar os vestígios na organização do ensino da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, buscando compreender como era a estrutura curricular e os programas de ensino, bem como, os materiais didáticos e pedagógicos, que eram utilizados nesta instituição escolar situada no meio rural.

METODOLOGIA

O desenvolvimento deste trabalho está fundamentado na perspectiva da Nova História Cultural, e nos estudos sobre a história das instituições escolares, história da educação rural e ao currículo, sendo necessário recorrer aos documentos resguardados no acervo da Secretaria Municipal da Educação de Dourados (SEMED) e também por meio das entrevistas com uma antiga professora e com uma ex-secretária de educação do município.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreender a organização do ensino na Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, no período de 1973 a 1988, recorreremos à legislação educacional vigente na época, no caso, a Lei nº. 5.692/71. No entanto, pelo fato desta instituição estar desativada no distrito de Indápolis dificultou, de certa forma, localizar e reunir um número significativo de documentos que permitisse uma análise mais aprofundada da organização do seu ensino, e assim, a pesquisa teve que se limitar apenas à análise dos documentos localizados e resguardados no arquivo da SEMED, bem como, a algumas Resoluções do Ensino de Mato Grosso e entrevistas, sobretudo, com ex-professoras que atuaram na escola.

Nestes parâmetros Chartier (2010) contribui destacando que

[...] O objeto fundamental de uma história que se propõe reconhecer a maneira como os atores sociais dão sentido a suas práticas e a seus enunciados se situa, portanto, na tensão entre, por um lado, as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades e, por outro, as restrições as convenções que limitam – de maneira mais ou menos clara conforme a posição que ocupam nas relações de dominação – o que lhes é possível pensar, dizer e fazer (CHARTIER, 2010, p.49).

Deste modo, a Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro foi instalada já durante a vigência da Lei nº. 5.692/71 e essa Lei reformou o ensino no que diz respeito à reformulação da estrutura e organização do ensino, contudo sem alterar os objetivos gerais da educação prescritos pela legislação anterior, a Lei nº. 4.024/61.

A Escola Municipal de Primeiro Antonio João Ribeiro, durante o período de 1973 a 1988 colocou e manteve em funcionamento essa estrutura curricular, em que o ensino era organizado por um Núcleo Comum, dividido em categorias curriculares por matérias e suas respectivas especificações, denominadas, nessa escola, como conteúdos específicos e carga horária para o ensino de cada uma das matérias por série. A matéria “Comunicação e Expressão” englobava os conteúdos de Língua Portuguesa, Educação Artística e Educação Física. Já a matéria “Integração Social” abrangia os conteúdos de História, Geografia, Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil, Ensino Religioso. E, por fim, a matéria de “Iniciação às Ciências” compreendia os conteúdos de Matemática, Ciências e Programas de Saúde.

Os objetivos e a amplitude dessas matérias de Núcleo Comum da formação dos alunos de 1º grau, além de seguir essas especificações, eram também cumpridos por meio das práticas educativas desenvolvidas pelas professoras durante as aulas.

A esse respeito Souza (2006) esclarece que a,

[...] manutenção do ensino religioso atendia aos vínculos do poder público com a Igreja. Programas de Saúde substituíam as preocupações antigas com a higiene com o corpo. As disciplinas Educação Moral e Cívica e Educação merecem destaque pelas finalidades políticas desempenhadas por elas nas escolas (SOUZA, 2006, p. 288).

Diante dos objetivos e da amplitude das matérias desse núcleo e, ainda, do tratamento metodológico a ser dado à elas de acordo com o desenvolvimento da criança e do adolescente, conforme definiu a Lei nº. 5.692/71, é possível fazer algumas problematizações de como a Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro trabalhava as matérias desse núcleo comum? As professoras dessa escola recebiam alguma orientação metodológica para o desenvolvimento de seu trabalho nas salas de aulas de 1ª a 4ª séries? A respeito desses questionamentos, Maria Elena Alves Marques Sotolani que lecionou na escola, relatou que “[...] a SEMED na época era mais fiscalizadora, de cobrança, do que propriamente um apoio ao corpo docente” (SOTOLANI, Entrevista, 2017). Isso permite supor que se a Secretaria da Educação na época era mais fiscalizadora, certamente, exigia dos professores da rede municipal de Dourados que seguissem os objetivos e a amplitude das matérias do Núcleo Comum, mesmo não oferecendo um apoio de orientação metodológica adequado para o trabalho com as matérias que compunham esse núcleo.

Dorta (Entrevista, 2019), relatou que, no início dos anos de 1980, quando esteve à frente da Secretaria Municipal da Educação de Dourados as,

[...] Escolas Rurais eram visitadas pela supervisora periodicamente, dentro de cronograma previamente elaborado. Através das visitas programadas por cronogramas Através de visitas necessárias por eventuais necessidades (DORTA, Entrevista, 2019).

Durante a entrevista acrescentou ainda que

Na Secretaria de Educação era lotada uma equipe pedagógica que, embora com trabalhos voltados para as Escolas Urbanas e Escolas Rurais, trabalhava conjuntamente. Devido às peculiaridades da zona rural, tais como salas multisseriadas e outras ou quando a necessidade de projetos especiais (DORTA, Entrevista, 2019).

Acerca dessas questões educacionais e diante dos relatos de Sotolani (Entrevista, 2017) e de Dorta (Entrevista, 2019) podemos inferir que ocorreram mudanças nas orientações dos professores das escolas rurais do município de Dourados, entre as décadas de 1970 e 1980, pois é possível perceber que os professores dessas escolas passaram a receber visitas supervisionadas, inclusive, com cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação e com a lotação de uma equipe pedagógica junto a esse órgão público municipal. Com isso, tornou-se possível até mesmo desenvolver projetos especiais de acordo com as especificidades da escola situada no meio rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da organização do ensino na Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, no período de 1973 a 1988, permitiu compreender que desde o início de sua instalação, mesmo antes da validação de seus estudos, procurou seguir as prescrições da Lei n°. 5.692/71, bem como de suas regulamentações no ensino de Mato Grosso, em sua estrutura curricular, programas de ensino e práticas educativas.

Sendo assim, ao analisar os vestígios na organização de ensino da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, é oportuno considerar a relevância desta instituição educacional no que tange as suas práticas educativas para o desenvolvimento dos alunos por meio da ação docente de suas professoras. Espera-se que este trabalho contribua para ampliar os conhecimentos sobre a história das instituições escolares situadas no meio rural, no Brasil e, mais precisamente, no Mato Grosso do Sul, pois reconhecemos a importância dessa temática para a História e Historiografia da Educação brasileira, uma vez que pesquisas dessa natureza têm se intensificado nas últimas décadas no país, no entanto continua sendo um campo de estudo aberto a novas investigações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º Graus**. Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Brasília-DF, 1971. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71671972000100158. Acesso em: 20 mar. 2022.

CHARTIER, Roger. **História cultural: entre as práticas e representações**. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do campo**. Tradução Cristina Antunes. 2. ed. Belo Horizonte, 2010.

DORTA, Sireunise Camargo. Entrevista concedida a pesquisadora Mariza Salete Backes Silva. Dourados-MS, 2019.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista/SP: Universitária São Francisco, 2004.

SOTOLANI, Maria Elena Alves Marques. Entrevista concedida a pesquisadora Mariza Salete Backes Silva. Dourados-MS, 2017.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da pátria: escola primária e cultura escolar no Estado de São Paulo (1890-1976)**. Tese de Livre Docência. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras-UNESP, 2006.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ- 89 ANOS DE MEMÓRIAS: DE ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PIAUÍ

Antonia Ravache Oliveira Silva
UFPI - ravache.oliveira@ifpi.edu.br

Maria do Amparo Borges Ferro
UFPI – amparobferro@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva reconstituir a história e a memória do Instituto Federal do Piauí, desde a escola de Aprendizes Artífices até a mesma se tornar Escola Técnica Federal do Piauí, na perspectiva dos docentes que dela fizeram parte. Considerando que pensar o passado não deve ser entendido como exercício de saudosismo, mera curiosidade ou preocupação erudita, percebe-se a necessidade de coletar informações através de pessoas que vivenciaram o processo de implementação da instituição, tendo em vista sua significância para a sociedade piauiense como primeira Escola Federal de Ensino Profissional implantada no Estado do Piauí.

Na realidade piauiense o ano de 2008 marca oitenta e nove (89) anos de existência do Instituto Federal do Piauí, assim, repensar sua trajetória a partir do registro das memórias dos personagens que estiveram diretamente envolvidos com o movimento de implantação e implementação dessa instituição, traz significância para os estudos da historiografia educacional no Estado.

OBJETIVOS

Assim sendo, o objetivo geral deste trabalho é reconstituir a história e memória do Instituto Federal do Piauí, desde a Escola de Aprendizes Artífices até se tornar Escola Técnica Federal do Piauí na perspectiva dos docentes que fizeram parte da instituição.

Os objetivos específicos são: coletar e organizar relatos de memórias de professores e ex-professores do referido Instituto; analisar o processo de criação e implementação dos vários processos de transformações da instituição de 1909 à 2008 e coletar e organizar acervos de documentos e fotografias que resgatem a história da instituição.

METODOLOGIA

A metodologia está baseada na nova história cultural, sobretudo no que se refere ao aspecto da reconstituição da memória, utilizando documentos, fotografias e a história oral. No que diz respeito ao depoimento de professores, partiremos da realização de entrevista semi estruturada. Assim, utilizamos a história oral através de autores como Delgado (2010) para coletar, sistematizar e analisar as informações colhidas nos depoimentos das pessoas-fontes, com o intuito de formar, organizar e conservar acervos documentais relativos à memória do Instituto Federal do Piauí no período de 1909 à 2008.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar de encontradas dificuldades quanto ao acesso às pessoas-fonte, pois a maioria são professores aposentados, não localizados devido a mudança de endereço ou já falecidos. E compreendendo que essas limitações são inerentes a todo trabalho de pesquisa histórica, principalmente os que têm como foco a memória, foi possível apresentar conhecimentos sobre determinados aspectos da História e Memória do Instituto Federal do Piauí.

Nesta direção é preciso refletir sobre a Cultura Escolar discutida por autores como Julia (2001), como uma rede de significados compartilhados pelo conjunto de atores sociais que participam e interagem na construção do cotidiano da escola, essa cultura constituída no universo escolar é formada pela interação entre, de um lado, os programas, currículos oficiais, normas e legislações; e, de outro, pelos resultados da ação praticada pelos atores envolvidos no desenvolvimento desses programas.

Nesse sentido, é preciso compreender a história das instituições escolares na referida valorização de novos temas a serem pesquisados, pois uma instituição escolar não se encontra estática no tempo, mas por estar situada num contexto social e cultural específico vivencia diversas transformações no decorrer dos anos influenciados por mudanças na própria sociedade percebidas a partir da análise de sua cultura escolar, manifestada nos certificados, fotografias, mobiliário escolar e depoimentos orais.

Para Gatti (2002) a história das instituições escolares tenta investigar aquilo que ocorre no interior das escolas para obter um conhecimento profundo e relevante desses espaços destinados ao processo de ensino e aprendizagem por meio de componentes que lhes conferem uma identidade única no cenário social. Isso poderá ser possível através de documentos escritos pertencentes

a estas instituições tais como: ofícios, memorandos, caderno de anotações, relatórios, regimentos e de depoimentos orais de participantes do seu processo de formação.

A pesquisa encontra-se em andamento, porém as análises preliminares possibilitam observar que a história do Instituto Federal do Piauí começa em 1909 com sua criação pelo Presidente Nilo Peçanha através do Decreto 7.566 de 23 de setembro de 1909 onde o mesmo instaurou 19 Escolas de Aprendizes Artífices uma em cada capital de estado as quais se destinavam a “não só a habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalhos profícuos, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime” como consta na sua introdução.

Localizada em Teresina-PI, instalando-se inicialmente no bairro Pirajá depois transferida para um velho casarão situado na Praça Pedro II a EAAPI (Escola de Aprendizes Artífices do Piauí) foi a primeira escola federal de ensino profissional implantada no Estado do Piauí.

No ano de 1937 durante o Estado Novo a EAAPI recebeu sua segunda denominação, Liceu Industrial do Piauí, onde o termo “industrial” provém da intenção do governo de industrializar o país, utilizando a Rede de Escolas Profissionais como recurso para formar operários para servirem ao parque industrial brasileiro, que era uma meta do governo.

Desse modo, o Instituto Federal do Piauí foi vivenciando transformações em sua estrutura organizacional influenciadas pelo contexto sociopolítico de cada época, tendo sempre um ensino voltado para a aprendizagem de um ofício, um fator de destaque especialmente no governo de Getúlio Vargas (1930-1945), já que na perspectiva do novo governo era necessário criar mão de obra “qualificada” para dar impulso ao processo industrial brasileiro.

Até o presente momento além dos estudos teóricos, foi solicitado a instituição uma autorização para o acesso às várias fontes existentes no instituto como: documentos, atas, relatórios, fotografias e outros. Foi iniciada a busca de documentos junto ao arquivo do Campus Teresina Central e solicitada a lista com o nome dos professores que trabalharam na instituição até o ano de 2008.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, vimos que ao longo dessa história o Instituto Federal do Piauí proporciona uma educação pública que busca atender às demandas da sociedade e tem um papel de grande relevância para a construção da cidadania e inserção de trabalhadores na sociedade.

Foi constatado também a existência de uma quantidade relevante de fontes iconográficas, a maioria porém, sem data, o que dificulta a reconstituição dessa memória. Outro fator é a situação material e organizacional do arquivo do Instituto Federal do Piauí Campus Teresina Central, grande parte dos documentos encontram-se em mal estado de conservação e guardados de forma inadequada.

Devido a situação pandêmica, e o medo que assola a sociedade, principalmente os idosos, os professores contactados tem receio de ceder entrevista as pesquisadoras, além da falta de auxílio pessoal e domínio da tecnologia para realização dessa coleta de dados online.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. (org). **A Escrita da História**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual paulista, 1992.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GATTI JUNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JUNIOR, Décio (Orgs.). **Novos temas em historia da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia/MG: EDUFU, 2002. p. 3-24.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

JULIA, Dominique. **A Cultura Escolar como Objeto Histórico**. In: Revista Brasileira de História da Educação, São Paulo: Autores Associados. N°. 1 jan./jun. – 2001 p. 9-43.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

MIGUEL GUARANI E A PRÁTICA EDUCATIVA DA CULTURA DA VIOLA

Cristiane Feitosa Pinheiro
UFPI - cristianepinheiro@ufpi.edu.br

Maria do Amparo Borges Ferro
UFPI - amparoferro@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Miguel Borges de Moura (1910-1971) tornou-se popularmente conhecido como Miguel Guarani, o mestre e violeiro que desenvolveu práticas educativas diversas na região de Picos-PI, durante os anos de 1938 a 1971.

Foi mestre-escola e professor primário que contribuiu para ajudar no processo de alfabetização de diversas crianças e adolescentes, em lugares remotos, exercendo seu ofício em casas, fazendas e escolas rurais.

Através das veias líquidas do Vale do Guaribas, ajudou a reduzir o alto índice de analfabetismo que abraçava o então município de Picos e levou seus conhecimentos a lugares de difícil acesso e, praticamente, esquecidos pelo poder público.

Além do ofício de mestre, que o tornou conhecido e respeitado, Miguel Guarani foi violeiro e contribuiu para espalhar a cultura da viola nos lugares pelos quais passou, tornando-se, assim, um mediador cultural.

A presente pesquisa adotou como **objetivo geral** apresentar o mediador cultural Miguel Guarani e seu projeto educativo e, como **objetivos específicos**, abordar aspectos biobibliográficos do educador Miguel Guarani, sistematizar as práticas educativas de Miguel Guarani, analisar a produção poética de Miguel Guarani como espaço educativo para a mediação da cultura da viola.

A pesquisa se ancorou nos estudos na Nova História Cultural e adotou como faróis teóricos os conceitos de Certeau (2008), Bloch (2001), Le Goff (1991; 2003), Levi (2006), Vainfas (2002), Ginzburg (1994), Bourdieu (2003;2006;2007), Prost (2012), Halbwachs (1990), Thompson (1992), Dosse (2009) e outros.

METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa histórica que mapeou as práticas educativas de um mestre-escola e violeiro que deixou seu legado na região de Picos-PI.

O percurso metodológico adotado para o desenvolvimento do estudo pautou-se nos direcionamentos da História Oral e, com isso, foi possível empreender o desenho do educador que não possuía dados registrados em placas, monumentos, universidades e, até mesmo, em escolas.

¹ Doutora em Educação (UFPI/PPGED), Docente do Curso de Letras da Universidade Federal do Piauí-Campus Senador Helvídio Nunes de Barros;

² Doutora em Educação (USP), Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí – Campus Ministro Petrônio Portella.

Foi necessário para o registro histórico das práticas educativas de Miguel Guarani, localizar os seus alunos, familiares e amigos para, através da memória, poder-se buscar as reminiscências e, assim, reconstruir o quebra-cabeça em torno desse educador.

A História Oral, como método, oportuniza o protagonismo daqueles que foram as testemunhas da história, que experimentaram os acontecimentos em tempo real e carregam consigo, como suportes memorialísticos, o tempo que não pereceu. No dizer de Thompson (1992, p. 22), a história oral:

Pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; pode derrubar barreiras que existam entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e o mundo exterior, e na própria história – seja em livros, museus, rádio ou cinema – pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras.

Como se optou pesquisar um mediador cultural de margem e não de centro, localizar registros documentais escritos que o colocassem em evidência seria praticamente impossível. Dessa forma, a escolha pelo método da história oral foi feita para que se pudesse não apenas trazer o educador e suas práticas ao centro dos debates, mas também para abrir espaço de voz e protagonismo aos que com ele conviveram. Assim fazendo, foi possível realizar a transformação de anônimos em conhecidos.

Cada participante da pesquisa, entendidos como agentes históricos, assumiu a condição de narrador oral e, como tal, a partir de seu ponto de vista, traçou o enredo histórico em torno do mestre-violeiro, tendo como pena a memória, preservando, pela memória individual, a memória coletiva. Para Halbwachs (1990, p. 53-54),

a memória coletiva, [...] envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Ela evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetra algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal.

Assim, através da memória individual, da experiência vivida e preservada, tornou-se possível apresentar a memória coletiva em torno das práticas educativas do mestre Miguel Guarani.

Além disso, foram usadas como fontes documentais duas obras de memória de autoria de Francisco Miguel de Moura, filho do mestre-violeiro, a saber, “Miguel Guarani, mestre e violeiro” (2005) e “O menino quase perdido: memorial” (2009), que são narrativas biobibliográficas que trazem Miguel Guarani como personagem.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A trama narrativo-biográfica coloca o *close* do discurso sobre uma pessoa, alguém que construiu seu próprio nome dentro de uma rede de relações que é capaz de informá-lo, de apresentar, mesmo que posteriormente, quem era aquele indivíduo que foi capaz de conquistar espaço em suas memórias.

Analisar a personagem histórica Francisco Miguel de Moura, imortalizado Miguel Guarani, pressupõe a obrigação de se desenhar seu perfil tendo como eixo norteador as suas práticas educativas, sejam elas como mestre-escola ou como violeiro. Conforme Dosse (2009, p. 11),

Escrever a vida é um horizonte inacessível, que no entanto sempre estimula o desejo de narrar e compreender. Todas as gerações aceitaram a aposta biográfica. Cada qual mobilizou o conjunto de instrumentos que tinha à disposição. [...]. A biografia, como a história, escreve-se primeiro no presente, numa relação de implicação ainda mais forte quando há empatia por parte do autor.

Narrar e compreender foi, pois, o que se fez na pesquisa, para que, através do enredo da vida de um mestre-violeiro fosse possível entender a educação de um município piauiense, mas também o papel que um mediador cultural assumiu em sua época.

O mestre-violeiro começou sua prática educativa na música, em cantorias, a partir do ano de 1940, realizando apresentações em casas, nos fins de semana. Não chegou a se profissionalizar e nem participar de torneios de viola, pois seu labor principal foi a docência, tanto em casas quanto em escolas, mas deixou nesse campo a sua contribuição. Segundo argumentou Pinheiro (2017, p. 111),

Miguel Borges de Moura não foi violeiro que perambulou pelo sertão em virtude das cantorias, seu processo migratório aconteceu em virtude do ofício de ensinar. Foi no encontro dos ofícios – ensinar e cantar – que Miguel se construiu como sujeito de uma época. Apropriou-se das técnicas de ensinar e de cantar e isso o fez detentor de um capital cultural que lhe dava destaque e lhe conferia respeito no sertão.

Quanto às composições musicais, poucos registros chegaram aos nossos dias, uma vez que o repente, em virtude do improviso em que é realizado, impedia o registro escrito. Teve-se acesso a dois textos de autoria confirmada, a saber, Romance da morte de Zilma e ABC da saudade. Além disso, duas composições são a Miguel Guarani atribuídas, Lourival e Teresinha e Peleja de Antônio Lacerda e Miguel Guarani, assim como textos isolados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de práticas educativas diversas, Miguel Guarani conseguiu escrever a sua própria história nos lugares por onde passou. Tornou-se homem de seu tempo, mas também soube ser responsável pela mediação cultural, quando assumiu a posição de homem dos saberes, sejam eles escolares ou musicais.

Suas práticas educativas não apenas ajudaram crianças e adolescentes a aprenderem a ler, escrever e contar, mas também despertou por onde passou o gosto pela cultura da viola, legando poemas que traçam os sentimentos do homem piauiense e que revelam o capital cultural adquirido ao longo da vida.

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2 ed. Rio de Janeiro:Forense Universitária, 2000.

_____. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 14 ed. Petrópolis,RJ:Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In.: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro:Editora FGV, 2006.

_____. Os três estados do capital cultural. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 9 ed. Petrópolis:Vozes, 2007.

_____. **Pierre Bourdieu: Sociologia.** Trad. Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo:Ática, 1983.

_____. **Questões de sociologia.** Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa:Fim de Século, 2003.

DOSSE, François. **O desafio biográfico: Escrever uma vida.** Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo:Edusp, 2009.

GINZBURG, Carlo *et all.* **A micro-história e outros ensaios.** Trad. Antônio Narino. Lisboa,Pt:Difel, 1994.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo:Vértice/ Revista dos Tribunais, 1990.

LE GOFF, Jacques. A história nova. In: LE GOFF, Jacques.(Org.).**A história nova.** Trad. Eduardo Brandão. 4ª ed. São Paulo:Martins Fontes, 1998.

_____. *et all.* **A Nova História.** Trad. Ana Maria Bessa. Lisboa:Edições 70, 1991.

_____. **História e memória.** Trad. Bernardo Leitão et al. 5 ed. Campinas,SP:Editora da UNICAMP, 2003.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. A escrita da história: novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo:Editora UNESP, 1992.

MOTTA, Leonardo. **Cantadores: poesia e linguagem no sertão cearense.** Rio de Janeiro:Livraria Castilho, 1921.

MOURA, Francisco Miguel de. **Miguel Guarani: mestre e violeiro.** Teresina:Edições Cirandinha/FUNCOR, 2005.

_____. **O menino quase perdido: Memorial.** Teresina, 2009.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre história.** Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte:Autêntica, 2008.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral.** Trad. Lélío Lourenço de Oliveira. 3 ed. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1992.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da História: Micro história.** Rio de Janeiro:Campus, 2002.

MINHAS BRINCADEIRAS NA INFÂNCIA: MEMÓRIAS DE EX - ALUNOS DO ENSINO PRIMÁRIO NO PIAUÍ

Vilma da Silva Mesquita Oliveira
Instituto Federal do Maranhão
vilma.mesquitaoliveira@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte dos resultados de uma Tese de Doutorado, que tem como objetivo principal historiar as práticas lúdicas, através da Memórias de ex-alunos, vivenciadas no Ensino Primário no Piauí, entre os anos de 1932 a 1961. Esse estudo se fundamenta na Nova História Cultural, e tem a Memória como fonte para a escrita da História da Educação, em especial, as práticas lúdicas desenvolvidas por ex-alunos no Ensino Primário no Piauí.

O recorte temporal destaca o ano de 1932, período em que o manifesto dos Pioneiros da Escola Nova é publicado, esse documento traduz o desejo de tornar a escolarização peça fundamental para o desenvolvimento do país, e para o ensino primário incita a adoção de práticas lúdicas como recurso didático capaz de despertar o interesse e a aprendizagem infantil. E finaliza em 1961, período em que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 4.024, materializa as influências ensejadas pelos ideais da Escola Nova.

OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho consiste em: relatar como as práticas lúdicas foram desenvolvidas no Ensino Primário no Piauí entre os anos de 1932 a 1961, através das Memórias de ex-alunos. Como objetivos específicos, ressalta a contribuição da Memória como fonte para a reconstituição da História da Educação; descreve as práticas lúdicas desenvolvidas por ex-alunos do Ensino Primário no Piauí; e analisa a relação entre essas práticas lúdicas e o desenvolvimento de habilidades de aprendizagem no ensino primário.

METODOLOGIA

Optou-se, para o desenvolvimento desse estudo, pela pesquisa qualitativa de natureza historiográfica, fundamentada nos pressupostos teórico-metodológicos da Nova História Cultural e nos Estudos de Memória. Tem como método a

História Oral Temática e a entrevista como técnica de coleta de dados. Tivemos nesse estudo sete interlocutores, o critério de seleção foi ter cursado o ensino primário no Piauí entre os anos de 1932 a 1961.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A década de 1930, no Brasil, foi marcada pelo entusiasmo na Educação e otimismo pedagógico. Período foi marcado pela Escola Nova, e por reformas pedagógicas e educacionais. Nesse mesmo período, especificamente no ano de 1932, é publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que teve dentre outros princípios o de considerar a criança como centro do processo educacional e incluir as atividades de seu interesse, como jogos, brinquedos e brincadeiras, parte do repertório da aprendizagem escolar, de modo livre e espontâneo.

O Piauí, então investe nos cuidados com a infância e adota medidas educativas que propiciassem o desenvolvimento dessas práticas educativas na escola, como a divulgação dos postulados da Escola Nova, e direcionamento da formação dos professores primários. Assim, as atividades lúdicas ganharam espaço, especialmente através da disciplina Educação Física.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os interlocutores da pesquisa, as práticas lúdicas estiveram presentes na escola, seguindo os preceitos da Escola Nova, de modo livre e espontâneo, no recreio e de maneira direcionada a aprendizagem em sala de aula, sob a mediação dos professores, especialmente na disciplina Educação Física. Embora, houvesse alguns entraves como a falta de brinquedos, mudança de postura pedagógica docente, isso não impedia a criatividade dos alunos e dos professores comprometidos com o desenvolvimento dessas atividades lúdicas na escola

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. **Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)**. Recife: Massangana, 2010.

CAMPOS, Amália do Espírito Santo. **Entrevista concedida a Vilma da Silva Mesquita Oliveira**. Oeiras – PI, 2018a.

CAMPOS, Auristella Nogueira. **Entrevista concedida a Vilma da Silva Mesquita Oliveira**. Oeiras – PI, 2018b.

MONTEIRO, Raimunda dos Santos Lopes. **Entrevista concedida a Vilma da Silva Mesquita Oliveira.** Oeiras – PI, 2018.

MOURA, Maria Mécia Morais Araújo. **Entrevista concedida a Vilma da Silva Mesquita Oliveira.** Teresina – PI, 2018b.

REIS, Paulo Jorge Campos. **Entrevista concedida a Vilma da Silva Mesquita Oliveira.** Oeiras – PI, 2019.

SANTOS, Francisca de Oliveira Teixeira. **Entrevista concedida a Vilma da Silva Mesquita Oliveira.** Demerval Lobão – PI, 2018.

SOUSA, Gildete Ferreira de. **Entrevista concedida a Vilma da Silva Mesquita Oliveira.** Teresina – PI, 2018.

ALGUMAS DISCUSSÕES SOBRE MULHERES E EDUCAÇÃO NOS SÉCULOS XVIII E XIX

Mayra Silva dos Santos-
Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão –UEMASUL.
mayra.silva9152@gmail.com

INTRODUÇÃO

A Educação Feminina em meados do século XVIII e XIX, proposto para as filhas dos grupos sociais mais favorecidos, era baseada em conteúdos instrutivos, regras e modelos de comportamento baseados principalmente nos princípios morais e religiosos. Esse projeto educativo sobre a representação feminina era ditado pelo discurso normativo da época que tinha como proposta preparar a mulher para as atividades do lar e, por fim, cumprir o papel de primeira educadora das novas gerações.

De acordo com Ribeiro (2002), foi nesse contexto que a educação feminina passou a ser percebida a partir de dois aspectos. O primeiro deles seria entender a educação como ato de escolarização, ou seja, como ensino dos saberes. Já o segundo aspecto procurou compreender a educação como meio de socialização, visando o desenvolvimento da capacidade física, moral e intelectual da mulher, que a ajudaria a ser mais “virtuosa”.

Tomando como exemplo o que era definido para Portugal, na América Portuguesa a educação feminina envolveria esses aspectos e, para isso, seriam tomados por base os documentos de caráter normativo, tais como: a legislação, os tratados e livros de civilidade, planos de estudo e manuais de boas maneiras. Esses documentos buscavam introduzir nas pessoas letradas as regras de comportamento social. E, para isso, serviam como instrumentos nas mãos dos leitores, servindo como referência para a construção de ações distintas a serem reproduzidas nos novos espaços criados em virtude da presença da Corte Portuguesa na América.

OBJETIVOS

A finalidade desse trabalho é apresentar algumas discussões sobre educação e mulher no século XVIII e XIX no Brasil. Nossa intenção é discutir sobre as concepções de educação para mulheres que buscavam produzir determinados comportamentos, papéis, posturas e ideias em conformidade com as concepções propostas no período.

METODOLOGIA

De natureza bibliográfica, o estudo partiu das análises dos autores, especialmente os estudos de Algranti (1992; 2014), Julio (2017) e Ribeiro (2002). Em relação a educação para mulheres, Algranti (2014) discute que a educação feminina implicava aspectos mais amplos que aprender as primeiras letras. Conforme a autora, a instrução moral e religiosa, segundo os ideais propostos pelo período, fazia parte da formação de mulheres e, conseqüentemente, tais ensinamentos estavam englobados dentro dos papéis que estas deveriam desempenhar. Para isso, deveriam ser considerados os espaços onde se desenvolveria esse processo, o programa pedagógico destinado às meninas e as justificativas para educá-las.

Segundo Ribeiro (2002) em termos educacionais, o papel da mulher ficou restringido ao aperfeiçoamento de conhecimentos específicos para serem mães, esposas e filhas. É nesta perspectiva que, Sena (2014) e Gonçalves Filho (2010), destacam os manuais de leitura de civilidade como importantes para refletirmos sobre as representações da sociedade em relação as mulheres e o que se esperavam delas para atuarem em suas funções. Sendo, por isso, considerados relevantes no processo de disseminação das regras de comportamento social para aquelas mulheres que pertenciam aos grupos mais abastados da sociedade.

EDUCAÇÃO FEMININA NA AMÉRICA PORTUGUESA

Desenvolvida a partir de influências iluministas¹, a educação nos séculos XVIII e XIX seria compreendida como meio de organização da sociedade, em busca do incentivo ao bem comum. Nessa perspectiva, segundo Fonseca

1 Também conhecido como “Século das Luzes”, o Iluminismo, foi um movimento intelectual europeu surgido em meados do século XVIII. Segundo Boto (2010, p.282) esse pensamento “tinha por principal baliza a referência da crítica; compreendendo o mesmo conceito de crítica como reconhecimento das possibilidades, mas também dos limites da capacidade humana de conhecer”. Os iluministas compreendiam que a instrução conduziria não apenas a um crescimento intelectual, mas um aprimoramento do indivíduo que se instrui. Os iluministas exaltavam o poder da razão sobre o da fé para entender e solucionar os problemas da sociedade.

(2009, p. 15), a educação seria percebida como uma possibilidade importante de “disseminação de valores e normas de comportamento, que também teriam suas vias de ação nas formas menos institucionalizadas da educação”.

A educação, nesta perspectiva, tinha a função civilizadora e deveria ser baseada na formação de súditos fiéis e ordeiros nos princípios morais e religiosos. Em outros termos, o processo educativo deveria promover o bem-viver em sociedade e a difusão das normas e dos valores de comportamentos que eram pertinentes àquela época. (FONSECA, 2009).

Partindo dessa premissa, para entendermos a educação feminina nesse período, é necessária a compreensão do discurso normativo da época que, dentre outros aspectos, estabelecia os diferentes papéis a serem seguidos pelas mulheres. Isto é, levando em consideração a pertença das mulheres aos mais diferentes espaços e grupos sociais (RIBEIRO, 2002).

A Educação Feminina, em meados dos séculos XVIII e XIX, era baseada na propagação dos modelos e de normas de comportamento fundamentados na doutrina cristã. Segundo Algranti (2014) independentemente de qualquer estado² escolhido na vida adulta, a ideia de educação feminina incluía sempre uma formação na base moral e religiosa, objetivando a possibilidade de educar e instruir nos ideais de sociedade propostos pelo período.

Essa instrução acontecia de diferentes formas: a partir dos sermões nas missas, das confissões, dos provérbios, da legislação, dos manuais, dentre outros escritos e espaços. Em decorrência do fato do projeto educativo acontecer em diferentes espaços e situações, ele tentava alcançar as mulheres pertencentes aos mais diferentes grupos sociais. Educar as mulheres para serem boas esposas, mães e donas de casa – essas eram as justificativas mais plausíveis para a instrução feminina da época.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

É imprescindível reconhecer a importância do projeto proposto para a educação feminina nos séculos XVIII e XIX para as filhas de grupos sociais mais favorecidos. Com a instrução exclusivamente baseada em valores cristãos, a educação visava a formação de meninas para se tornarem boas filhas, mães, esposas e senhoras distintas. Conforme foi apresentado, pode-se perceber que independentemente de qualquer estado escolhido na vida adulta, a ideia

2 Por “estado” entende-se a condição social ocupada. No caso do grupo feminino, como bem destacou Algranti (2014), as mulheres eram instruídas desde a mais tenra idade para ocuparem a condição de mães, esposas e donas de casa. Todavia, existia também aquelas que optavam pela vida religiosa. Em qualquer dos casos, a preparação seguia, em termos gerais, as mesmas características, sendo alterada apenas posteriormente quando a opção recaía pela vida religiosa.

de educação para as mulheres incluía sempre uma formação na base moral e religiosa, que objetivava o preparo do público feminino para o exercício de determinados papéis.

É importante dizer, que o estudo das concepções sobre a educação feminina nesse período se torna importante, na perspectiva de compreender muitas das concepções que permeiam o cotidiano atual das mulheres. Dessa forma, compreender como se dava o contexto da Educação Feminina nos séculos XVII e XIX é relevante para entendermos fatos, concepções e expectativas que são perpassadas ao longo do tempo no que se refere ao contexto feminino.

REFERÊNCIAS

ALGRANTI, L. M. **Honradas e Devotas: Mulheres de Colônia (Estudo sobre a condição Feminina através dos conventos e recolhimentos do Sudoeste- 1750-1822)**, São Paulo: 1992.

CAVALCANTE, N. **O Rio de Janeiro setecentista: A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte**. Rio de Janeiro: Editora JORGE ZAHAR, 2004.

COELHO, M.O. MACIEL, Izabel Pereira Maciel. Livros de Leitura para meninas no Século XIX. **Gênero da Amazônia**, Belém, n.6, Jul. / dez., 2014.

DEL PRIORE, M. (Org.) **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. – São Paulo: Contexto, 2004. Bibliografia. ISBN 85-7244-256-1.

----- . **Ao Sul do Corpo: Condição Feminina, Maternidades e Mentalidades no Brasil Colônia: 2° ed**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FONSECA, T.N.L. **Letras, Ofícios e Bons Costumes: Civilidade, Ordem e Sociabilidades na América Portuguesa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GONÇALVES, A.L. **História e Gênero**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006. LIMA. L.F.S. **Civil, civilidade, civilizar, civilização: história de usos**,

POMBO, R. **Dicionário de sinônimos da língua portuguesa**; [apresentação, Evanildo Bechara]. **Coleção Antônio de Morais Silva**. 2. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2011. Disponível em: <http://http://>

www.academia.org.br/sites/default/files/publicacoes/arquivos/cams-10-dicionario_de_sinonimos_da_lingua_portuguesa-para_internet.pdf. Acesso em: 14 Nov. 2018.

RIBEIRO, A.I.M. **Vestígios da Educação Feminina no Século XVIII em Portugal**. São Paulo: Arte e Ciência, 2002.

RODRIGUES, M. J.L. R. **A educação feminina no Recolhimento do Maranhão: o redefinir de uma instituição**. Maranhão: UFMA, 2010.

SENA, F. **Tesouro de Meninas e Tesouro de Meninos: leitura de civilidade na América Portuguesa**. Educação Unisinos, v.18, n.3, p.312-319, set/dez, 2014. Disponível em: revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2014.183.10/44. Acesso em: 15 jan. 2018.

_____. **A tradição da civilidade nos livros de leitura no império e na primeira república**. Campina Grande: EDUEPB, 2017.

SILVA, M. B. N. S. **Ser Nobre na Colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

O VERSO QUE VOU NARRAR TEM UMA HISTÓRIA

Amanda Ribeiro da Silva
UFPI

Maria do Amparo Borges Ferro
UFPI

INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte de uma pesquisa historiográfica já concluída no programa de mestrado em educação da Universidade Federal do Piauí. O foco principal da investigação, foi o “Projeto Cordel nas Escolas (1990-2007)”. O recorte temporal deve-se ao período que vai da idealização a sua concretização, com a publicação de uma coletânea produzida por crianças da rede pública municipal de Teresina. Na dissertação, fez-se um estudo sobre a contribuição do referido projeto para o desenvolvimento da cultura cordelista no espaço escolar, e, também da revitalização da literatura popular no estado do Piauí.

A proposta aqui apresentada, baseia-se em uma das categorias de análise do trabalho de dissertação. “O verso que vou narrar tem uma história,” que trouxe a escrita de um cordel produzido por um dos alunos participantes do projeto, ou seja, o seu primeiro verso de cordel que discorre sobre as vivências do próprio discente e sua forma de ver o mundo a partir de uma problemática social.

O aporte teórico baseou-se em autores da Nova História Cultural: Burke (1989 e 1992) e Chartier (1990), em memória com: Halbwachs (1990) e Felix (1998). Que auxiliaram a compreender quem era o aluno/autor dos cordéis para além da sua escrita.

OBJETIVOS

Assim sendo, o objetivo geral deste trabalho foi analisar a contribuição do projeto cordel nas escolas para a revitalização de uma cultura popular no estado do Piauí.

O objetivo específico, uma vez que se trata de um recorte de um projeto maior, é descrever o perfil do aluno/autor dos cordéis na escolar e caracterizar a cultura cordelista no espaço escolar.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se a história oral, fazendo dos depoimentos o ponto central das análises, mais especificamente a história oral temática, que busca nos participantes da pesquisa, um olhar sobre um evento específico. Fez-se uso também de jornais e revistas em circulação no período focalizado com o intuito de localizar informações sobre o Projeto Cordel nas Escolas, levando em consideração o que era noticiado e qual a representação que se construiu sobre estes eventos. Para análise dos dados, destacou-se de cada conteúdo os temas gerais a serem abordados buscando compreender a especificidade de cada fala. Em seguida, as entrevistas foram organizadas numa espécie de “unidade especial”, com a finalidade de fazer o cruzamento entre as informações coletadas segundo as orientações de Delgado (2010) e Meihy (1998).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar os textos da I Coletânea de Cordeis Produzidos por Crianças, é possível dizer que os temas e versos publicados pelos alunos, partem de uma representação social do mundo em que vivem. Discussão essa já desenvolvida pelo conceito “representação coletiva” trabalhado por Roger Chartier (1990), assim, o discurso presente nos cordeis dos alunos não são neutros, pois refletem sua compreensão sobre ser e estar no mundo. Podendo também recorrer ao conceito de “*habitus*” de Bourdieu (2010), que defende a ideia de que a identidade é construída a partir de trajetórias e espaços como a família, grupos de amigos e trabalho.

Dessa forma, os escritos que compõem a coletânea, revelam características de determinado grupo social. Portanto, traz vestígios de experiências construídas coletivamente. Ferro (2010, p. 44) explica que, “através da linguagem articulada em discurso, o ser humano expressa seus sentimentos, ideias, expõe sua visão de mundo, enfim, pode tornar acessível a outros o que quer comunicar.”

Já a cultura cordelista desenvolvida no espaço escolar, era feita a parte da programação da instituição de ensino, ou seja, acontecia no espaço físico da escola, porém, não havia participação direta dos professores e demais agentes educativos. Apesar disso, é possível afirmar que com o desenvolvimento do projeto, os alunos passaram a ter acesso às produções da literatura popular tanto local, como a nível de Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cordel como uma fonte inesgotável para pesquisas historiográficas, oportuniza ao pesquisador mover-se a partir das memórias dos alunos do projeto, permitindo a compreensão que o indivíduo determina aquilo que é memorável para o grupo, além do que, o cordel possibilita uma escrita livre e poética a partir daquilo que é vivenciado pelos seus autores, facultando um ver-seja pessoal, social e político. Dessa maneira, o cordel, seus rituais e suas tradições são repassadas para nova geração através da escola, pois os alunos entram em contato com aquilo que é articulado ao seu contexto.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOUGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de educação**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 71-79

BURKE, Peter. *Cultura popular na idade moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: _____. *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Universidade Paulista, 1992. p. 7- 38.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre Práticas e Representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e Memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Cazuza e o sonho da escola ideal**. São Luís: EDUFMA, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo:



Loyola,1998.

PROCESSOS MIGRATÓRIOS NA AMAZÔNIA DA DÉCADA 60 E SUAS REPERCUSSÕES PARA A EDUCAÇÃO DA REGIÃO: REVERBERAÇÕES DE UM DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA

Francisco Cláudio Araújo de Castro da Paz
PPLSA/UFPA
francisco_slp@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Considerando a dinâmica socioespacial da Amazônia, resultado de sucessivos episódios históricos, políticos e sociais, infere-se acerca da necessidade de compreender a narrativa desenvolvimentista incutida nesse território, presente tanto na literatura como nos discursos e ações políticas do Estado, gerando diversas consequências de ordem política, cultural, econômica, territorial, ambiental e educacional para a região.

Em vista disso, torna-se fundamental analisar como o discurso desenvolvimentista influenciou os rumos da educação na/para a Amazônia a partir dos processos migratórios da década de 60 em diante, de modo que este trabalho objetiva analisar a influência de tais processos na educação da região. A fim de compreender tais questões, o presente estudo parte da seguinte problemática: De que maneira os processos migratórios na Amazônia, a partir da lógica desenvolvimentista, influenciaram na construção de um ideal de educação na/para a região?

Inicialmente, buscou-se tecer breves notas sobre os processos migratórios na Amazônia e a sua relação com a lógica da educação na “região dos desejos”, termo problematizado por Martins de Souza (2018), de modo a apresentar os principais acontecimentos dos processos migratórios na Amazônia. Posteriormente, abordou-se a educação na Amazônia nesse período, momento em que foram propostas reflexões para se pensar a educação para além dos estereótipos desenvolvimentistas construídos.

OBJETIVOS

- Analisar como o discurso desenvolvimentista presente na região influenciou os rumos da educação na/para a Amazônia a partir dos

processos migratórios da década de 60;

- Verificar os impactos dos processos migratórios na educação da região;
- Refletir sobre as reverberações da perspectiva desenvolvimentista para a educação da/na Amazônia.

METODOLOGIA

O trabalho fundamentou-se nos princípios de abordagem qualitativa de pesquisa, tendo como método operacional a pesquisa de revisão bibliográfica que, de acordo com Severino (2007, p. 122) “se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc”. Adotaram-se os seguintes passos: escolha do referencial teórico, definição de conceitos como chave de leitura, leitura das obras fontes do estudo, análise e interpretação das informações. Quanto aos seus objetivos, a pesquisa pode ser definida como exploratória, que “visa proporcionar maior familiaridade com o problema” (FARIAS FILHO; ARRUDA FILHO, 2015, p. 63).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em “O desafio amazônico”, Seráfico (2007) aponta que a ideia de “desenvolvimento” construída para a região amazônica, no decorrer da história, fez com que a pauta “desenvolvimentista” fosse vista e tratada como a questão central a ser resolvida pelo Estado, de modo que outros aspectos, também importantes, como a problemática da desigualdade social e territorial, a irregular distribuição de riqueza, a falta de acesso à educação, saúde e moradia, a ausência de saneamento básico e a invisibilidade dos sujeitos da região, fossem marginalizados.

Nesse sentido, destaca-se que a crença no “desenvolvimento” da região amazônica emergiu-se, especificamente, entre os anos de 1960 a 1980, durante os governos da Ditadura Militar (1964-1985), despertando o interesse nacional e internacional para a ocupação da região, com a promessa de “terras sem homens para homens sem terras”, período em que se acreditava que o “milagre econômico” – promovido pelo crescimento econômico marcado pelo aumento das exportações agrícolas, pela expansão das indústrias e por grandes investimentos em infraestrutura – se daria, também, pela exploração da região amazônica.

Quando se fala em imaginário da Amazônia à imagem que surge é a da floresta com toda a sua riqueza de fauna e flora. A imagem do índio, por exemplo, é predominante em seguida dos quilombolas, dos ribeirinhos.

Porém pensar a Amazônia em um imaginário de desenvolvimentismo é algo que exige ir além dessas imagens estabelecidas e mergulhar nas estruturas políticas econômicas da época recortada (MENDES; RODRIGUES, 2015, p. 35637).

Martins de Souza, tratando da Amazônia como a “região dos desejos”, afirma que “a crença no desenvolvimento baseado na industrialização, sob o comando das grandes potências, que promoveria então a melhoria da humanidade é um tema que marca os séculos XIX e XX” (2018, p. 22), evidenciando que o ideário desenvolvimentista foi motivado por diferentes interesses, tendo por intuito principal promover a exploração das riquezas naturais da região, atraindo migrantes, curiosos e aventureiros.

À vista disso, Feitosa (2018) salienta que a migração faz parte da luta pela sobrevivência e é motivada pela busca de melhores condições de vida. No caso da região Amazônica, o processo de migração para diferentes localidades ocorreu, especialmente, a partir dos estímulos dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDA), que em seu bojo contemplavam grandes projetos instituídos pelo governo, como a construção de pontes, hidroelétricas, ferrovias e rodovias, cuja instauração geraria mais empregabilidade e renda para a região designada a “receber” esses grandes projetos (MARTINS DE SOUZA, 2018).

Nesse contexto, urge ressaltar que grande parte do quantitativo populacional que se dirigiu para a região amazônica na década de 70 foi estimulada pelas constantes propagandas acerca da migração generalizada para a região, além dos incentivos fiscais proporcionados pelo governo que prometiam terras, dinheiro e outras facilidades.

O governo da ditadura militar tirou bom proveito das tensões sociais que agitavam o nordeste brasileiro, causadas pelo crescimento da posse latifundiária e agravadas pela seca. Combinou as atividades econômicas na Amazônia com um projeto de colonização para o assentamento de nordestinos sem-terra e promoveu grandiosas campanhas e facilidades de transporte, atraindo trabalhadores com a promessa de planos para a reforma agrária [...] (CONGILIO; IKEDA, 2014, p. 82).

Somado a esses fatores, a busca por melhores oportunidades de trabalho, principalmente por parte dos nordestinos, aparece como um outro fenômeno desse período, estimulada a partir de diferentes empreendimentos na região amazônica, como a instauração da Zona Franca de Manaus, da Transamazônica, do Programa Grande Carajás e outros projetos que atraíram grandes massas populacionais nos períodos de suas instaurações.

Frente aos processos de transformação da Amazônia, depreende-se que na trincheira entre o desenvolvimento e o protagonismo da região, Becker, ao questionar essa visão construída sobre a Amazônia como um “espaço vazio” e aberto para o “progresso”, pontua que “a Amazônia não é mais mera

fronteira de expansão de forças exógenas nacionais ou internacionais, mas sim uma região no sistema espacial nacional, com estrutura produtiva própria e múltiplos projetos de diferentes atores” (2005, p. 82).

Diante dos acontecimentos mencionados, ressaltam-se - como objeto de estudo neste trabalho - os impactos desse processo migratório na educação da região, visto que a pauta sobre a educação não pode estar desassociada das discussões sobre os migrantes na Amazônia, uma vez que os diferentes níveis de formação, na dinâmica da região, interferiram nos salários, privilégios e disparidades entre os escolarizados e os não-escolarizados da época, reverberando nos modelos pensados para a educação na Amazônia até os dias de hoje.

Cumprido ressaltar, inicialmente, que do ponto de vista teórico, a educação pensada para a Amazônia, a partir dos processos migratórios, baseava-se em uma perspectiva tecnicista, estimulada a partir do “contexto de reestruturação do capital e por um ascenso nas lutas da classe trabalhadora” (FARVARO; TUMOLO, 2016, p. 557). Sobre a educação na Amazônia no período que antecedeu a Ditadura Militar, Mendes e Rodrigues (2015, p. 35642) destacam que:

A educação na década de 50 apresentou a necessidade imperiosa de qualificar a força de trabalho, fortalecendo o desenvolvimento da agricultura e da indústria brasileira em geral [...] Para o sucesso desse processo de desenvolvimento era imprescindível à capacitação da classe operária e gerencial para dar sustentação às crescentes demandas da sociedade por esses bens de consumo. Essas transformações econômicas proporcionaram um fortalecimento da educação profissionalizante em termos de política educacional.

O ideal de educação na Amazônia, a partir da migração, como apontado por Mendes e Rodrigues (2015), baseava-se na promoção da educação profissionalizante, a partir do ensino de cunho tecnicista, não contemplando no processo formativo a valorização da identidade local e as particularidades da região.

À vista disso, faz-se necessário, pois, redefinir a compreensão de cultura e educação a fim de apresentar um projeto educacional que seja capaz de atender a complexidade da situação sócio-antropológica da Amazônia (COSTA; OLIVEIRA, 2017), tendo em vista que inserir os saberes culturais regionais e locais - geralmente dispostos nas fontes não oficiais das políticas educacionais - de forma mais aprimorada nos debates educacionais, exige um esforço maior, posto que “ensinar e aprender na Amazônia é um grande desafio, pois a educação em seus padrões pré-definidos por formadores de políticas educacionais valoriza elementos externos às culturas e tradições dos sujeitos sociais amazônidas” (DOMINGUES et al, 2016, p. 116).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que o presente trabalho buscou analisar de que maneira os processos migratórios na Amazônia, a partir da lógica desenvolvimentista, influenciaram na elaboração de um ideal de educação na/para a região, constatou-se que os processos migratórios na Amazônia contribuíram para a construção de um ideal de educação na/para a região voltado para a capacitação e profissionalização da classe operária migrante frente às crescentes demandas da região, a partir do ensino técnico e profissionalizante.

Por fim, destaca-se que é preciso, mesmo que a longo prazo, continuar quebrando paradigmas e estereótipos em relação à Amazônia como uma região voltada exclusivamente para o desenvolvimento econômico, ajudando a reconstruir a educação na região que ficara, por décadas, engessada em modelos integracionistas e desenvolvimentistas. No lugar de tais modelos, tenciona-se o protagonismo, a autonomia e a legitimidade de uma educação na/para a região que abarque os sujeitos, o bioma, a cartografia e a polifonia presentes na Amazônia em todas as suas dimensões.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. *Estud. av.*, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, Apr. 2005.

CONGILIO, Celia Regina; IKEDA, J. C. O. A ditadura militar, expansão do capital e as lutas sociais no sudeste paraense. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 18, p. 79-90, 2014.

COSTA, Renato Pinheiro da; OLIVEIRA, Damião Bezerra de. Currículo e Cultura: O contexto amazônico na prática educacional. *Revista EDUCAmazônia - Educação Sociedade e Meio Ambiente*. Humaitá, v. IX, n. 2, 2017, p. 138-162.

DOMINGUES, B. R. C et al. Identidade cultural e currículo escolar em uma comunidade de várzea da Amazônia Paraense. *Revista Terceiro Incluído*, v. 6, p. 115-128, 2016.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro; ARRUDA FILHO, Emílio J. M. *Planejamento da Pesquisa Científica*. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FAVARO, Neide de Almeida Lança Galvão; TUMOLO, Paulo Sergio. A

relação entre educação e desenvolvimento econômico no capitalismo: elementos para um debate. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 37, n. 135, p. 557-571, Abr.-Jun., 2016.

FEITOSA, T. C. **Direito e Justiça na Amazônia: A Força dos Movimentos Sociais**. Cidade: Paco e Littera, 2018.

MARTINS DE SOUZA, C. A. A região dos desejos e das aventuras: diálogos sobre grandes projetos de integração e desenvolvimento na Amazônia nos séculos XIX e XX. **Cadernos do CEON Saúde e Meio Ambiente**, v. 31, n. 48, p. 21-19, Jun/2018.

MENDES, Heriton Wenceslau A. S.; RODRIGUES, D. S. S. Imaginário desenvolvimentista e educação na Amazônia em 1951. In: XII Congresso Nacional de Educação? EDUCERE, 2015, Curitiba. **Anais do XII EDUCERE**, III SIRSSE, VSIPD? Cátedra UNESCO e IX ENAEH. Curitiba: PUCPR, 2015. p. 35633-35645.

PERES, Sidnei Clemente. A economia moral do extrativismo no Médio Rio Negro: aviamento, alteridade e relações interétnicas na Amazônia. **Antropolítica (UFF)**, v. 21, p. 151-170, 2008.

SERÁFICO, José. **O desafio amazônico**. Belém: Imprensa Oficial, 2007.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

RASTROS EDUCATIVOS NO PIAUÍ: O IDEÁRIO ESCOLANOVISTA NO DECRETO-LEI N° 1438/33 REFORMA DO ENSINO PRIMÁRIO PIAUIENSE (1932-1937)

Raimundo Nonato de Sousa Neto

Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGED da Universidade Federal do Piauí - UFPI
nettosousa08@gmail.com

Marta Suzany Moura Carvalho

Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGED da Universidade Federal do Piauí - UFPI
martasuzanymc@ufpi.edu.br

Maria do Amparo Borges Ferro

Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGED da Universidade Federal do Piauí - UFPI
amparobferro@gmail.com

INTRODUÇÃO

O estudo de natureza bibliográfica que resultou neste trabalho busca apontar alguns aspectos vinculados à questão compreendida na influência do ideário escolanovista no contexto educacional piauiense e os alcances dessas perspectivas teóricas na construção do Decreto Lei N° 1438/33, que reformou o ensino primário piauiense na década de 1930. A problemática central dessa discussão consiste em: Quais as influências da Escola Nova no Decreto-Lei N° 1438/33 e suas principais contribuições para educação primária piauiense entre 1932 a 1937?

Dessa maneira, pretende-se mobilizar as fontes supracitadas na busca do aprofundamento dos conhecimentos sobre as principais contribuições do Decreto-Lei N° 1438/33 na cena educativa. A educação piauiense a partir dos anos 1930 do século XX passou a ser amplamente reformulado, especialmente na área que competia ao ensino primário, assim por meio do Decreto-Lei N° 1438/33 várias situações existentes nas dinâmicas educacionais passaram a serem balizadas por uma nova vertente política educativa e também por outras concepções de educação ligadas especialmente ao movimento da escola nova brasileira.

A temática contemplada pelo grupo de trabalho sobre “História e Memória da Educação” possui amplas conexões com a temática “História e memória da escola primária piauiense: políticas públicas educativas, expansão do ensino primário piauiense e instituições escolares de ensino primário no Piauí, sobre a influência do Decreto Lei nº 1438/33 e do Movimento da Escola Nova” é norteadora para o propósito de buscar informações contundentes a respeito da construção de modelo educativo realizado no Piauí nos anos 1930.

A pesquisa tem como objeto de estudo, a influência do ideário da Escola Nova, no Decreto Lei Nº 1438/33 e suas contribuições nas ações do ensino primário piauiense de 1932 a 1937. Tenta-se entender quais as influências no Decreto-Lei Nº 1438/33 do ideário escolanovista Brasileiro e busca-se no seio dos fatos vividos na Reforma do Ensino Primário Piauiense, realizada em 1933, as contribuições para o incremento do sistema público de ensino, em virtude das questões do Movimento da Escola Nova.

A investigação para construção desse estudo foi motivada pela questão das poucas informações a respeito desta temática da educação nova nas teias educativas piauienses, com especial destaque ao ensino primário e com isso contribui para compreensão da questão da implantação e concretização do ensino público como dever do Estado no contexto piauiense, do enfoque do aluno como centro ativo do processo educativo, das reformas educacionais realizadas para efetivação de um real sistema público de ensino.

O período temporal abordado pelo estudo tem como início o ano de 1932, que se consagrou como marco para inserção das ideias do Movimento da Escola Nova no Brasil, por meio da repercussão do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Posteriormente, foi promulgado o Decreto-Lei Nº 1438/33, na conjuntura política educativa piauiense em plena construção, muito em virtude das transformações sociais, logradas pelo movimento da escola nova brasileira, que também repercutiam no Piauí.

Findando em 1937, ano em que foi promulgada nova constituição federal resultante do golpe de estado realizado por Getúlio Vargas, culminando com implantação do Estado Novo, restringindo assim algumas vitórias alcançadas pelo Manifesto de 1932 e relacionadas com educação, assim como também com o Movimento Escolanovista Brasileiro, promovendo nova etapa para construção da história da educação nacional e também causando alguns reflexos na educação piauiense. Nesse estudo bibliográfico utilizaram-se as contribuições dos autores: BRITO (1996); CHARTIER (1990); FARIAS (2013); MENDES (2012); etc. Portanto, a pesquisa evidencia que as ideias escolanovistas

contidas no manifesto dos pioneiros da educação nova influenciaram construção de políticas públicas, repercutindo diretamente na formatação do ensino primário da rede de educação pública no Piauí nos anos 1930.

OBJETIVOS

O objetivo geral do presente estudo consiste em analisar as influências do Movimento da Escola Nova Brasileira nas propostas contidas no Decreto-Lei N° 1438/33, que reformou o ensino primário piauiense em 1933. Busca-se discutir sobre as influências e vestígios do escolanovismo no contexto educativo do Piauí, evidenciando contribuições oriundas das inovações pedagógicas propostas pelo movimento escolanovista, nas políticas educativas desenvolvidas no ensino primário do contexto piauiense da década de 1930.

METODOLOGIA

O presente estudo foi construído por meio de pesquisa de cunho bibliográfica por sobre todos os aspectos envolvidos e evidenciados por teóricos que são pesquisadores da história educacional brasileira, em especial aqueles que se reportam especificamente para o estado do Piauí. Assim, foram escolhidos aqueles que possuem maior gama de informações contundentes, proporcionando embasamentos de forma satisfatória sobre o desenrolar da história e memória da educação piauiense, pois como afirma Cervo (2007) à pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses. Para então assim poder de fato construir nossas próprias interpretações, percepções e opiniões a respeito da temática investigada.

A pesquisa bibliográfica é realizada por sobre materiais que proporcionem esclarecimentos dos fatos por meio de escritos que estão presentes em diversos tipos de livros, artigos científicos, periódicos, enciclopédias e outros. De acordo com as ideias de Oliveira (2007) à pesquisa bibliográfica é uma modalidade de estudo e análise de documentos de domínio científico tais como livros, periódicos, enciclopédias, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos, sem precisar recorrer diretamente aos fatos/fenômenos da realidade empírica. Logo a pesquisa procura em livros argumentos que embasem de forma qualitativa, ou seja, buscando informações que sejam contundentes para pesquisa de fato e, por conseguinte proporcione o alcance dos objetivos delimitados por sobre a temática abordada no presente estudo.

Logo a importância das referências bibliográficas e das obras literárias para construção de dados relevantes em virtude dos objetivos estabelecidos, visando à manutenção e desenvolvimento do presente estudo, contempla busca de respostas por sobre temática do escolanovismo piauiense e das informações relacionadas à história da educação piauiense, focando principalmente no Decreto-Lei N° 1438/33, que reformou o ensino primário no Piauí.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Piauí, a influência do Movimento da Escola Nova se fez presente na concepção do Decreto-Lei N° 1438/33, por meio de suas interferências na educação. Assim comenta-se que inovações educativas possuíam norteamento nas questões discutidas pelo Movimento da Escola Nova Brasileira, pretendendo assim mudar a realidade do ensino primário piauiense, que até então não oferecia estrutura condizente com as necessidades da população mais necessitada financeiramente.

Depois da construção desse importante documento para premissas renovadoras da educação, foi realizada, no Piauí, a Reforma do Ensino de 1933, que notadamente teve influência dentro do seu texto de várias das discussões educativas requeridas pela ação do movimento dos pioneiros da educação nova e de seus idealizadores. Conseqüentemente, “quanto à orientação do ensino, prescrevia o Regulamento de 1933 processos educativos práticos e concretos que promovessem a integração da criança ao meio físico e social, recomendando a adoção do método intuitivo e das conquistas positivas da escola nova” (BRITO, 1996, p.91).

Ainda segundo Brito (1996), o regulamento de 1933 promoveu muitas melhorias dentro da conjuntura educativa piauiense especialmente incluso na parte que competia ao ensino primário, ficando claramente evidenciado que esse mesmo regulamento sofreu muita influência do Movimento Escolanovista Brasileiro e do texto do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, uma vez que:

O Governo do Piauí empenhou-se seriamente, no período de 1933 a 1937, na expansão da rede escolar primária, construindo novos e modernos prédios escolares, em todo o Estado e ampliando consideravelmente as matrículas que no período, alcançaram um crescimento de 215%, segundo estatísticas oficiais (BRITO, 1996, p. 92).

Para melhor compreender os fatos ocorridos dentro da educação piauiense, é necessário ter conhecimento de algumas medidas adotadas pela ação do interventor militar Landry Sales, que foi nomeado por meio de decreto lei pelo então governo de Vargas, em maio de 1931. “No Piauí, coube ao interventor

Federal, Capitão Landry Sales Gonçalves, estabelecer uma das primeiras e mais significativas reformas educacionais da Era Vargas, através do Decreto Lei nº 1438, de 1933” (MENDES, 2012, p.178).

No mesmo sentido, pode-se apontar a passagem a seguir, que fala sobre transformações desse decreto de 1933, de iniciativa de Landry Sales, que “implicou em mudanças substanciais, na parte administrativa, na estrutura organizacional e na orientação do ensino” (BRITO, 1996, p.89). O Decreto-lei promoveu mudanças em duas partes, ou seja, na administrativa e estrutura organizacional e, com relação a isso, evidencia-se a seguinte afirmação:

Na parte administrativa o Dec. Nº 1438/33 estabelece critérios para a escolha do Diretor Geral da Instrução e define as atribuições e responsabilidades do mesmo, do Conselho Superior de Ensino e dos Conselhos Populares de Instrução. Define ainda o Regulamento de 1933 a carreira do magistério, desdobrando-a em ‘entrâncias’ (1ª, 2ª, 3ª e 4ª) e prescreve os direitos e deveres dos professores. No que concerne à estrutura organizacional prevê a ministração do ensino pelas esferas administrativas estadual, municipal e particular, atribuindo responsabilidades a cada uma delas (BRITO, 1996, p.89 e 90).

Segundo Mendes (2012), Dentro da Reforma Educacional realizada pelo Decreto-Lei de 1933, o ensino primário foi à parte da educação piauiense que recebeu uma maior atenção nessa reforma educativa, sendo que a partir de então passou a ser dividido em quatro tipos de escolas para se atender o público referente ao ensino primário: escolas singulares, escolas nucleares, escolas agrupadas e grupos escolares.

Para Brito (1996), o Regulamento de 1933 vinculava ao ensino primário a função de realizar um preparo eficiente do educando, visando assim capacitar para poder participar efetivamente da vida social, em que poderia ocupar uma função qualquer, mas contanto que economicamente seja produtivo, presente no artigo 197.

Conclui-se que “a escola primária deveria ser o centro de integração social da criança, oferecendo-lhe a educação básica e promovendo o seu desenvolvimento físico, mental e moral para o exercício da cidadania” (BRITO, 1996, p.90).

Então, ressalta-se também sobre o tempo de duração do curso primário, em cada tipo de escola primária, que eram diferenciados, pois cada uma tinha variações de tempo divergentes para complementar sua formação educativa, isso se evidencia na seguinte passagem: “Enquanto o curso primário ministrado pelas escolas nucleares limitava-se a um ano apenas, nas escolas singulares e agrupadas incluía as três séries do curso e nos grupos escolares as quatro series, incluindo o ensino fundamental e complementar” (BRITO, 1996, p.91).

A ampliação da rede de ensino primário foi algo notável durante os anos de 1930, nunca antes na história educativa piauiense havia ocorrido tanto empenho em expandir o alcance educacional dentro do nosso estado, logo assim, faz-se ressaltar que:

Nesse contexto, amplia-se o número de grupos escolares e de cargos públicos com a finalidade de inspecionar o ensino. No início da década de 30, encontram-se registros no jornal O Piauí dos principais grupos escolares de Teresina, entre os quais está o Grupo Escolar José Lopes, Antonino Freire, Matias Olímpio, Barão de Gurgueia, Demóstenes Avelino e Epitácio Pessoa (FARIAS, 2013, p.6).

Portanto, o movimento da escola nova brasileira influenciou a política educativa realizada no Piauí, principalmente por meio da ampla influência das propostas do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, na construção da Reforma do Ensino Primário Piauiense de 1933 ou Decreto-Lei N° 1438/33, proporcionando incremento e avanço significativo na oferta do ensino público primário no Piauí. Ressalta-se que nas visões dos autores estudados até aqui, ainda existem muitas lacunas de informações relacionadas com os fatos históricos da ação da Escola Nova nas políticas educativas desenvolvidas no Piauí.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a ação dos interventores, com fundamental destaque para Landri Sales, que foi indicado para assumir o governo do estado do Piauí, por meio de Decreto lei, quando já se encontrava no poder, realizou a reforma do ensino piauiense de 1933, por meio do Decreto Lei n° 1438, neste mesmo documento se evidencia algumas medidas administrativas, estruturais e organizacionais para orientação do ensino primário realizado no Piauí. Esse decreto também colocou em evidência a questão do financiamento da educação primária piauiense, fixando percentual mínimo de 15% para investimento na educação por parte do governo nos municípios.

Logo assim, a educação primária piauiense foi privilegiada pela reforma do ensino de 1933, recebendo maior atenção em relação aos outros níveis de ensino existentes no Piauí, além da fundamental influencia dos preceitos da Escola Nova Brasileira objetivando propagação do ensino, pois esse decreto foi amplamente influenciado pelo texto do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, promovendo melhoria marcante na proporção do atendimento educacional primário existente no Piauí, assim como aumentando efetivamente abrangência de escolas para o público de alunos.

Portanto, o Decreto Lei n° 1438 de 1933 também estabeleceu quatro categorias de escolas primárias existentes no Piauí, sendo elas: escolas singulares, escolas nucleares,

escolas agrupadas e os grupos escolares. Cada uma possuía função diferente dentro do sistema do ensino piauiense, promovendo ampliação evidente das questões educativas direcionadas ao ensino primário piauiense. A reforma do ensino piauiense, realizada em 1933, foi notoriamente positiva para o ensino primário desempenhado no Piauí, provocando ressonância benéfica de reconhecimento da promoção de avanço nunca antes evidenciado nos assuntos educativos, mesmo a sociedade piauiense ainda pontuada por enormes disparidades sociais, econômicas, políticas e culturais.

REFERÊNCIAS

BRITO, Itamar Sousa. **História da educação no Piauí**. 1. ed. Teresina: EDUFPI, 1996.

CERVO, Amado Luiz. BERVIAN, Pedro Alcino. DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 6ª ed.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

FARIAS, Vanessa Soares Negreiros. **As transformações na educação piauiense na era vargas**. Natal – RN: [S. n.] 2013.

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira: leituras**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos. **História da educação piauiense**. Sobral: EGUS, 2012.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.

SER E TORNAR-SE PROFESSOR/A NAS TRAVESSIAS DE ILHA GRANDE-PIAUI (1960-1996)

José Marcelo Costa dos Santos
Universidade Estadual do Piauí – UESPI

Maria do Amparo Borges Ferro
Universidade Federal do Piauí – UFPI

INTRODUÇÃO

O presente texto é uma compilação de uma tese de doutoramento que tem como objeto de análise a memória de formação de professores ribeirinhos de Ilha Grande, no Delta do Rio Parnaíba, Estado do Piauí, no período de 1960 a 1996, que corresponde ao período do magistério dos colaboradores.

O estudo justifica-se e faz-se necessário, dentre outras questões, porque revela importantes aspectos da História da Educação, com ênfase em tópicos sobre o Piauí, com especificidade às comunidades tradicionais do território do Delta do Rio Parnaíba, nas décadas finais do século XX.

A análise proposta visou à ratificação da tese de que a memória de formação se constituiu como correntezas na experiência social dos professores de Ilha Grande, revelando aspectos de uma prática pedagógica docente que produziu sentido e transformou aspectos de vidas nas travessias do magistério, oportunizando mudanças pessoais, profissionais, culturais, sociais e econômicas nos povoados do Delta do Rio Parnaíba.

Buscou-se o entendimento do seguinte problema de pesquisa: De que maneira a memória de formação se constituiu como correntezas na experiência social dos professores de Ilha Grande do Piauí, revelando aspectos de uma prática pedagógica docente que tornou-se significativa e transformadora?

Esta pesquisa permitiu a reconstituição de um passado histórico, de possíveis interpretações de como memórias de formação foram construídas e o que representam, considerando os processos de escolarização nas comunidades de Morros da Mariana e localidades do entorno, territórios da atual cidade de Ilha Grande-PI.

OBJETIVOS

- Interpretar a memória de formação dos professores ribeirinhos de Ilha Grande do Piauí como experiência social reveladora de aspectos de uma prática pedagógica docente significativa e transformadora.
- Relacionar a memória de formação dos professores de Ilha Grande com aspectos de História da Educação do Brasil e do Piauí;
- Analisar de que forma as experiências de formação na docência se constituíram como processo de produção de sentido e transformação para os professores ilhagrandenses; - Caracterizar como se deu o processo de ser e tornar-se professor/a ribeirinho/a, considerando o período de 1960 a 1996;
- Mostrar como a prática pedagógica docente desenvolvida por esses professores tornou-se significativa e transformadora.

METODOLOGIA

A presente tese se desenvolveu mediante uma pesquisa histórica, de abordagem qualitativa, no campo da História da Educação, com enfoque no Piauí, contemplando o ramo dos Estudos Culturais, mediante a metodologia de História Oral, tendo como colaboradores onze professores de Ilha Grande do Piauí. Os instrumentos de coleta de dados foram os relatos produzidos pelos participantes, colhidos mediante o desenvolvimento da técnica de produção de relatos de história oral de vida e a análise de documentos e fontes iconográficas.

As categorias de análise construídas foram: I – Memória e História da educação em Ilha Grande-PI; II – Memória de formação dos professores ribeirinhos; III – Memória de práticas pedagógicas docentes no Delta do Rio Parnaíba. Cada categoria foi pensada com base no objeto investigado e se amparou em construtos teóricos aliados às contribuições dos professores colaboradores, bem como das demais fontes utilizadas ao longo do estudo, o que permitiu uma escrita em linguagem mista, entre elementos verbais e não verbais, os quais caracterizaram a possível ratificação da tese.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escrita desta tese dar-se em forma de travessias, por meio das quais navegou-se em diferentes correntezas, almejando chegar ao(s) porto(s) desejado(s). Nessa conjuntura, e para melhor situar o leitor, apresenta-se algumas considerações sobre a pesquisa, a partir de suas seções principais.

A seção *“Travessias na história da educação de Ilha Grande-Piauí: os desbravadores do ensino atravessam as primeiras correntezas”*, é composta da análise da primeira categoria de dados, na qual discute-se aportes sobre a educação brasileira, aspectos históricos da educação no Piauí e a gênese da educação em Ilha Grande.

Tendo como base teórica, dentre outros, os estudos de Aranha (2006), Brito (1996) e Ferro (2010; 1996), constrói-se uma discussão sobre as travessias históricas na educação, enfatizando como se deu o processo formativo dos ribeirinhos pioneiros das comunidades de Ilha Grande, nas décadas de 1960 a 1990.

Os onze colaboradores relataram como foram seus primeiros estudos nas casas-escolas dos povoados, sendo ensinados por leigos, sem nenhuma estrutura, sequer uma escola construída. Entretanto, são cientes de que a instrução primeira que tiveram foi o caminho para buscarem mais formação e mudar de vida.

Com o título de *“Nas correntezas do magistério: travessias formativas dos professores ribeirinhos de Ilha Grande-Piauí”*, essa seção analisa a segunda categoria da tese, referenciando a formação de professores no Brasil e no Piauí, com vista a mostrar o ciclo formativo dos docentes que atuaram em povoados deltaicos, nos seguintes eixos: 1. Formação dos professores ribeirinhos; 2. Projeto Logos; 3. Escola Normal; 4. Aspectos políticos e pedagógicos da formação docente.

Tecemos uma discussão, amparada em autores como Nóvoa (1992; 1987), Pimenta (2005) e Vilella (2008; 2000), sobre como se foram as travessias formativas dos colaboradores do estudo, no tocante ao ensino normal e/ou pedagógico no Piauí. Vale ressaltar que alguns dos participantes iniciaram seu magistério antes dos 18 anos, como professores leigos, outros foram contratados após a formação pedagógica.

A pesquisa conseguiu identificar três gerações de professores leigos que atuaram na região de Ilha Grande, no período delimitado no estudo, sendo que uma geração foi formadora da outra, ou seja, os novos leigos eram alunos dos leigos pioneiros. A mudança na formação desses docentes e, conseqüentemente, em suas práticas se deu a partir de formação estabelecida pela Lei da Educação, de 1971, que previa formação de nível médio para a docência primária.

A última seção, intitulada *“Educação que transforma: travessias e práticas dos professores de Ilha Grande-Piauí”*, traz a análise da terceira categoria, relativa à prática pedagógica docente desses professores nas comunidades do Delta do Rio Parnaíba, em termos: 1. Conceito de educação; 2. Prática educativa e prática pedagógica docente; 3. Prática dos professores ribeirinhos; 4. Desafios, dificuldades, alegrias e significados da docência.

Apresentamos aspectos sobre como ser e construir-se professor/a nos povoados deltaicos, no final do século XX, a partir de uma discussão sobre prática educativa e prática pedagógica docente, tendo como referenciais teóricos autores como Franco (2016; 2015), Freire (1999; 1996), Nóvoa (1992; 1987), Pimenta (2005), Tardif (2002) e Zabala (1998).

Mediante a análise dos relatos, percebe-se que a prática pedagógica docente dos professores ribeirinhos ajudou a transformar suas vidas, dando-lhes reconhecimento social, realização pessoal e ascensão profissional e, ainda, permitiu que muitos ilhagrandenses mudassem aspectos de suas travessias por intermédio dessas práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As travessias neste estudo possibilitaram compreender que os trajetos percorridos pelos professores ribeirinhos se deram em diversas correntezas, de meninos alfabetizados por professores leigos e eles próprios, também leigos em sua maioria, alfabetizadores de outros vazanteiros. Trabalhadores que, mesmo diante de inúmeras dificuldades, conseguiram estudar, buscaram qualificação, tornando-se professores formados pela Escola Normal e mais ainda, chegaram à universidade.

Foram acometidos por diversas mazelas, sentiram o pesar frente ao desafio de buscar formação longe de casa, foram desbravadores, lutaram pela mudança de si e do outro. São sobreviventes da escola tradicional, dos castigos severos, da relação entre trabalho e estudo, tornaram-se professores de fato e de direito.

As travessias em correntezas neste processo de doutoramento apontam que ser professor, além de desafiador, é uma questão de compreender a boniteza do ser e do tornar-se docente, sem maquiagem as duras realidades, entretanto, buscando motivação para desenvolver propostas pedagógicas da melhor forma possível, mesmo que os bons resultados nem sempre sejam obtidos.

Mostramos que a experiência de ser professor compreendeu travessias de produção de saberes que se construíram numa relação que envolveu ações entre sujeitos que produziram conhecimento na interação com contextos diversos, buscando o desenvolvimento de práticas que educaram, e ainda educam, nas comunidades de Ilha Grande-PI.

O conhecimento sobre o trabalho desenvolvido por esses professores com os moradores desses contextos tradicionais foi uma relevante oportunidade de descortinar um tempo que atencedeu nossos tempos, mas que estabelece relações pertinentes com a educação, trazendo importantes provocações.

Dessa forma, a tese foi ratificada, uma vez que a memória de formação se constituiu como correntezas na experiência social dos docentes de Ilha Grande, na perspectiva de que essa memória é o resultado de uma prática pedagógica docente que foi instituída mediante um processo de significação, ou de resignificação, na vida e na carreira desses professores, culminando em transformações em suas travessias pessoais e profissionais, bem como oportunizando contribuições para a mudança de realidade de várias gerações de moradores ribeirinhos.

Compreendemos, neste ensejo, que o estudo produzido contemplou os objetivos propostos, haja vista que realizou-se uma interpretação sobre essa prática como processo de transformação de realidades e de desenvolvimento de aprendizagens, considerando perspectivas de educação.

A pesquisa apontou que a prática desenvolvida por esses docentes influenciou na mudança de aspectos de suas vidas, tornando-se significativa e transformadora, no que diz respeito à experiência social, crescimento profissional e melhoria da qualidade de vida nos povoados do Delta do Rio Parnaíba, nas extensões de Ilha Grande-PI, no final do século XX.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História: especialidades e abordagens**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRITO, Itamar de Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: ADUFPI, 1996.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. *In*: BURKE, Peter (Org.).(Trad.) Magda Lopes. **A Escrita da História: novas perspectivas**. Editora da Universidade Estadual Paulista, 2011. p. 07-37.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: 2001.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. (Trad.) Maria de Lourde

Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2000.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** (Tradução) Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editorial, 2007.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e Sociedade no Piauí Republicano.** Teresina, 1996. 138 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, set./dez. 2016.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Práticas pedagógicas de ensinar-aprender: por entre resistências e resignações. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 601-614, jul./set. 2015.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 20. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Território Plural: a pesquisa em história da educação.** São Paulo: Ática, 2010.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. Introdução. *In:* PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro (Orgs.). **Pesquisa em Educação: alternativas investigativas com objetos complexos.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 2011. p. 07-24.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral.** 2. ed. São Paulo: 2005.

NÓVOA, Antonio. Formação de Professores e a Profissão Docente. *In*: NÓVOA, Antonio. **Os Professores e a sua Formação**. Portugal: Dom Quixote, 1992.

NÓVOA, Antonio. Do mestre-escola ao professor do ensino primário: subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XV-XX). *In*: **Análise Psicológica**. 1987, v.3, p. 413-440.

PIMENTA, Selma Garrido. Formação de Professores: identidade e saberes da docência. *In*: _____. (Org.). **Saberes Pedagógicos e Atividade Docente**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Trad. Lélío Lourenço de Oliveira. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. A Primeira Escola Normal do Brasil. *In*: ARAUJO, J.C.S. FREITAS, A.G.B. e LOPES, A. P.C. (Orgs.). **As Escolas Normais no Brasil: do Império a República**. Campinas: Editora Alínea, 2008.

VILLELA, Heloísa de O. S. O Mestre-Escola e a Professora. *In*: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 95-134.

ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa: como ensinar**. (Trad.) Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

TRAJETÓRIA DA FACULDADE DE MEDICINA DO TRIÂNGULO MINEIRO: DA FEDERALIZAÇÃO À TRANSFORMAÇÃO EM UNIVERSIDADE (UBERABA/MG, 1960 A 2005)

Giselle Abreu de Oliveira
Universidade Federal de Uberlândia
giselle.oliveira@uftm.edu.br

Humberto Aparecido de Oliveira Guido
Universidade Federal de Uberlândia
guido@ufu.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto de pesquisa em andamento, realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), no Curso de Doutorado em Educação – Linha de pesquisa: História e Historiografia da Educação. Tem por objetivo contribuir para a construção da história da FMTM, buscando compreender porque a instituição permaneceu sendo faculdade federal isolada de 1960 a 2005.

Destaca-se que a FMTM foi fundada em 1953, na cidade de Uberaba-MG, tendo sido a primeira Faculdade de Medicina criada no Triângulo Mineiro e a 22ª do país. Em um contexto municipal, foi a 8ª instituição de ensino superior. Sua federalização ocorreu em 1960, após intensa mobilização local, envolvendo, inclusive, a comunidade. Com forte atuação da imprensa, a FMTM ganhava visibilidade no cenário nacional e pressionava o Congresso para que aprovasse a federalização da instituição, sem a qual não havia condições materiais para sua manutenção. Ademais, essa era a realidade de diversas outras faculdades e escolas superiores no Brasil, que viam na federalização o caminho para continuarem existindo.

Assim, a FMTM permaneceu ofertando apenas o curso de Medicina, até o ano de 1989, quando foi criado o curso superior de Enfermagem e Obstetrícia. Posteriormente, em 1999, foi criado o curso superior de Ciências Biológicas – Modalidade Médica. A criação desses cursos também é objeto de pesquisa, a fim de que se compreenda porque eles foram escolhidos e como se deu a sua implementação.

No ano de 2005, a FMTM foi transformada em universidade, por meio da Lei federal n.º 11.152, de 29 de julho, havendo a criação dos seguintes cursos superiores: Educação Física, Nutrição, Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Letras Português-Inglês e Letras Português-Espanhol.

Considerando o cenário apresentado, a pesquisa questiona: Por que, desde a federalização, a FMTM permaneceu por 45 anos como instituição isolada de ensino superior? Por que funcionou por quase 30 anos ofertando apenas o curso superior de Medicina, enquanto outras instituições de ensino superior da região ampliavam a oferta de cursos? Além disso, como foram escolhidos os cursos criados na transformação da FMTM em universidade?

METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa, em uma perspectiva qualitativa, está sendo feito amplo levantamento bibliográfico, compreendendo autores que se dedicam à história das instituições escolares, sobretudo das instituições de ensino superior brasileiras. São considerados conhecimentos já produzidos na área, de forma a contribuir para o avanço do conhecimento histórico (PROST, 2008) nos domínios da História das Instituições Escolares e da História do Ensino Superior.

Para coleta e análise de fontes, está sendo utilizada História Oral, uma vez que a proposta é entrevistar protagonistas que tiveram relação com a FMTM de 1960 a 2005, destacando-se políticos, dirigentes institucionais da época e ex-alunos. Além da entrevista com ex-diretores e reitores, estão sendo consideradas entrevistas feitas com os mesmos sujeitos pelo Curso de Graduação em História da UFTM, em 2017.

Acerca da História Oral, Thompson (1992, p.22) afirma que essa abordagem pode derrubar barreiras “entre instituições educacionais e o mundo exterior; e na produção da história [...] pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras”.

Recorre-se, também, à pesquisa documental, realizada por meio do levantamento, coleta, organização e análise de documentos que constam nos arquivos da UFTM, incluindo correspondências, relatórios, atas de conselhos superiores e fotos, referentes ao período histórico delimitado.

São, ainda, objeto de investigação os documentos que compõem o acervo do Arquivo Público Municipal de Uberaba, do Arquivo Público Mineiro, bem como escritos de memorialistas.

Outras fontes encontradas ao longo do desenvolvimento da pesquisa poderão ser consideradas. Prost (2008) afirma que uma infinidade de elementos pode ser considerada como fonte de pesquisa, desde que o historiador faça

uma análise contextualizada e crítica destas fontes. Assim, deve-se adotar uma postura crítica frente às mesmas, desconfiando daquilo que parece claro à primeira vista.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados parciais da pesquisa apontam que diversos fatores contribuíram para que a FMTM permanecesse sendo uma faculdade isolada de 1960 a 2005. Dentre eles, podemos apontar que, logo após a federalização, a FMTM continuou enfrentando problemas de ordem financeira, além de ter que aprender a lidar com a burocracia estatal e resolver questões ligadas ao enquadramento dos servidores no quadro do funcionalismo público. Problemas ligados à infraestrutura dos hospitais conveniados também eram recorrentes, demandando a construção do Hospital Escola nas décadas de 1970 e 1980. Com as atenções voltadas para estas questões, a transformação em universidade não se apresentava como prioridade.

Na década de 1990, conforme relatos de ex-dirigentes da instituição, começou-se a pensar na transformação da FMTM em uma universidade da área da saúde, porém o projeto não encontrou apoio no governo federal, por questões que ainda estão sendo elucidadas. Ampliar a instituição para abarcar cursos de outras áreas ainda não era cogitado, tendo em vista que não havia estrutura para implementação dos mesmos. Os cursos da área da saúde que pudessem ser criados aproveitariam a estrutura dos cursos existentes, a saber, Medicina, Enfermagem e Obstetrícia, e Ciências Biológicas – Modalidade Médica.

Ademais, quanto à permanência da FMTM como instituição isolada de ensino por 45 anos, tem-se por hipótese que políticas de financiamento do ensino superior contribuíram para esse processo, já que, desde a época do Regime Militar até o governo de Fernando Henrique Cardoso houve privação de investimentos em universidades públicas.

Outra hipótese considerável destaca que os setores dirigentes da sociedade uberabense da época não tenham demandado a ampliação da então FMTM, para que a mesma permanecesse atendendo à elite da cidade e da região, que era o público da instituição, conforme mostra Lopes (2016). Talvez não fosse do interesse dessa elite ampliar a instituição para atender a outros públicos de áreas diversas de formação. Do mesmo modo, não seria do interesse do grupo de médicos da FMTM dividir o poder de gestão da instituição com docentes de outras áreas.

Estas são hipóteses que estão sendo levantadas e analisadas à luz do referencial teórico e das fontes.

CONCLUSÕES

Considera-se que a pesquisa poderá contribuir para a construção da história da UFTM, aliando pertinência acadêmica e social.

Quanto à relevância acadêmica da pesquisa, invoca-se o conceito de “avanço da história”, que segundo Prost (2008) é alcançado por meio de pesquisas cujas questões fazem aprofundar o conhecimento histórico, ou seja, preenchem lacunas e trazem respostas que careciam de elaboração consistente. Nesta perspectiva, a despeito do crescimento relatado por Gatti Júnior e Gatti (2015) quanto ao número de teses e dissertações sobre história das instituições no Triângulo Mineiro, ressalta-se que não foram encontradas pesquisas que tenham se debruçado sobre a história da FMTM no período em recorte.

A relevância social está atrelada à participação na construção da história das instituições de ensino superior, a fim de fornecer à sociedade mais elementos que contribuam para a interpretação do contexto atual, especialmente em relação às universidades públicas, que vêm sendo questionadas quanto à eficácia da sua contribuição científica e social.

Para Gatti Júnior e Gatti (2015), o sucesso de pesquisas no âmbito da História das Instituições Escolares reside tanto na capacidade analítica do pesquisador, quanto no seu conhecimento aprofundado do contexto histórico e social onde se deram os fatos investigados, bem como na sua capacidade de articular as evidências, depoimentos e outros documentos, em prol da compreensão da realidade vivenciada pela instituição.

REFERÊNCIAS

FRANCO, Maria Ciavatta. Quando nós somos o outro: questões teórico-metodológicas sobre os estudos comparados. **Educação e Sociedade**, ano XXI, n.72, p. 197-230, ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v21n72/4200.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2019.

GATTI JÚNIOR, Décio; GATTI, Giseli Cristina do Vale. A história das instituições escolares em revista: fundamentos conceituais, historiografia e aspectos da investigação recente. **Educativa**, Goiânia, v.17, n.2, p.327-359, jul./dez. 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. Campinas: Edunicamp, 2013.

LOPES, Sonia Maria Gomes. **A criação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro: primeiros anos (1953 a 1960)**. 2016. 181 f. Dissertação

(Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

PEREIRA, Wander. **A ordem política e a reforma universitária: o processo de federalização da Faculdade de Odontologia de Uberlândia (1968 a 1978)**. 2012. 311 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades**. Poiesis Pedagógica, v.8, n.2, p.4-17, ago./dez. 2010

THOMPSON, Paul. **A voz do passado – história oral**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIDAL, Diana Gonçalves. **História da educação comparada: reflexões iniciais e relato de uma experiência**. História da Educação, Pelotas, v.5, n.10, p.31-41, jul/dez. 2001.

ZAGO, Jacqueline Lima Oliveira. **A implementação do Programa Expansão (2003) e do Reuni (2007) na UFTM**. 2013. 134f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

UM OLHAR SOBRE A DISCIPLINA DE HISTÓRIA NO ENSINO SECUNDÁRIO BRASILEIRO DURANTE A ERA VARGAS (1930 - 1945)

Francisco Alex da Silva Matos
Universidade Federal do Piauí

Maria do Amparo Borges Ferro
Universidade Federal do Piauí

INTRODUÇÃO

O processo de instrução da disciplina de história no Brasil, teve como uma de suas primeiras manifestações, a busca da criação de uma identidade nacional associada a instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) ao período de 1930 até 1945 durante o governo de Getúlio Vargas, tendo seu uso marcado como uma forma de consolidação no poder através do fortalecimento do patriotismo e nacionalismo, manifestando implicitamente na criação do autoritarismo relacionado ao Estado Novo (1937-1945).

No decorrer do recorte temporal estabelecido, o ensino de História no Brasil priorizava os conteúdos em torno da história da Europa, das grandes civilizações do Egito, Mesopotâmia, Grécia, Macedônia e Roma, além dos personagens considerados relevantes no processo histórico, deixando explícita a linearidade e o tradicionalismo no processo organizacional e didático. Outro aspecto a ser destacado nesse período está na História do Brasil ser articulada com a história da América, ou seja, não havia uma autonomia para a história brasileira nesses primeiros momentos além do tradicionalismo e linearidade no seu ensino.

A autora Bittencourt (2008) corrobora essa informação ao defender que o ensino de História associava-se a lições de leitura, para que se aprendesse a ler utilizando temas que incitasse a imaginação dos meninos e fortificassem o senso moral por meio de deveres para com a pátria e seus governantes. Assim, desde o início da organização do sistema escolar, a proposta de um ensino de História voltava-se para uma formação moral e cívica, condição que se acentuou no decorrer dos séculos XIX e XX. Era uma história que atuava especificamente como “Propaganda do Brasil”

Por meio da representação social (CHARTIER, 2002) estabelecida pelo contexto da época, a História do Brasil, por exemplo, foi divulgadora do sentimento de patriotismo e nacionalismo, ganhando autonomia própria definitiva a partir de 1942, no Ministério de Gustavo Capanema. Uma autonomia consolidada no Decreto Lei Número 4244 de 9 de abril de 1942 no Ensino Secundário dividido em dois ciclos: o ginásial e o clássico e científico, onde a disciplina de História do Brasil era ensinada somente a partir da terceira série, pois na primeira e segunda série ginásial, clássico e científico estava destinada a História Geral.

Nesse sentido, a disciplina de História ensinada no Brasil seguia a representação do contexto sociohistórico do momento relacionado a Getúlio Vargas que de acordo com Chartier (2002) prevalecia sobre aquelas já existentes, onde deveria ser realizado formas de consolidação por meio de mecanismos legais, tais como legislações e decretos. Logo, a medida que uma representação, ideia ou concepção de sociedade surge era necessário criado mecanismo para sua permanência. Aspectos que influenciam na configuração dos elementos de uma disciplina escolar

Dessa forma, Schmidt (2004) afirma que houve transformação das formas de ensinar história ao longo do tempo, da sua criação e consolidação como disciplina escolar, das reestruturações curriculares atuais que influenciaram o ensino de história e as finalidades do seu ensino. O ensino de História evoluiu com o passar do tempo, de uma história que tratava de proteger a memória, sobretudo de personalidades ilustres até conteúdos que tratassem de aspectos da cultura de civilizações e povos humildes e relativamente esquecidos, a saber; afrodescendentes, indígenas e operários.

OBJETIVOS

Nesse sentido, esse resumo expandido tem como objetivo geral: apresentar os principais aspectos relacionados a disciplina de História no Brasil ao longo do recorte temporal de 1930-1945, especificamente aquela lecionada no Ensino Secundário Brasileiro. E como específicos foram estabelecidos os seguintes: verificar o processo de evolução do ensino de História no Brasil, tendo como orientação o recorte temporal de 1930-1945 e analisar o uso da história como mecanismo de fortalecimento do patriotismo e nacionalismo

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do artigo foi utilizada uma pesquisa bibliográfica através das contribuições de teóricos como: Abud (2004), Bittencourt (2008), Schmidt (2004) e Chartier (2002) e documental, com a primeira a apresentar aspectos de uma pesquisa qualitativa e fundamentação com a análise documental, essa manifestada a no acesso a documentos como: o Decreto-Lei, 19890/1931, o Decreto-Lei N°4244/1942 como fontes primárias..

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos nesse artigo proporcionaram compreender os diferentes momentos vivenciados pela disciplina de história no Brasil, ultrapassando os limites do recorte temporal estabelecido de 1930 até 1945, já que foi possível perceber sua utilização como forma de criação de uma identidade nacional por meio da fundação do IHGB e do Colégio Pedro II, bem como seu ensino linear e relativamente tradicional através de conhecimentos em torno da história da Europa, das grandes civilizações orientais e dos personagens políticos e históricos considerados importantes, a submissão da história do Brasil à história da América e o seu uso por Getúlio Vargas como fortalecimento do patriotismo e nacionalismo no Brasil até sua autonomia a partir de 1942.

Em 1931 com a elaboração pelo Ministério da Educação e Saúde Pública do primeiro programa para as escolas secundárias, a disciplina de História do Brasil e Geral eram apenas uma: a História da Civilização que era incluída nas cinco séries do ensino secundário fundamental aumentando sua carga horária, pois até 1930, a História Universal e do Brasil constituíam apenas três das cadeiras obrigatórias do ensino secundário. Contudo, Segundo Abud (2004) por meio de várias reformas legais, a História do Brasil adquiriu autonomia, consolidada principalmente quando a reforma de Gustavo Capanema restabeleceu em caráter permanente a sua separação entre História Geral e História da América, aumentando consideravelmente sua carga horária no ginásio

As disciplinas escolares (BITTENCOURT, 2004) podem vivenciar influências oriundas de diferentes contextos durante seu processo de evolução, pois não é estática, já que passa por transformações de natureza pedagógicas, metodológicas, políticas e culturais, onde como exemplo, pode ser destacada a história no Brasil que de um conhecimento voltado para a constituição de uma identidade nacional foi enriquecido também por uma necessidade de fortalecimento do patriotismo até a valorização de aspectos e temas antes considerados pouco importantes de serem estudados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disciplina de história no Brasil durante o período de Getúlio Vargas no poder de 1930 até 1945 foi marcado pelo seu uso, especificamente da História do Brasil com o propósito de fortalecer o nacionalismo brasileiro. Durante seu processo de formação no Brasil, a disciplina de História foi influenciado por instituições públicas governamentais e educacionais, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e fundação do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. O ensino de História no Brasil no momento de sua inserção nas escolas secundárias brasileiras valorizava um viés político e tradicional, aspecto direcionado também a ideia de construção do Brasil pela contribuição de outras nações no seu desenvolvimento até o fortalecimento do nacionalismo/patriotismo no governo de Vargas, fator percebido claramente durante o Estado Novo.

Desse modo, no seu início a prioridade da disciplina de História lecionada no Brasil seria o desenvolvimento da identidade nacional, objetivo que foi enriquecido com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder político que agora além da identidade nacional era necessário fortalecer o ideal de patriotismo do país. Logo, a pesquisa se baseou ao lado das bibliografias citadas anteriormente na metodologia, em dois decretos de 1989/1931 que estabelecia o que os alunos deveriam aprender na disciplina de história no ensino secundário e o número 4244/1942 que favoreceu a constituição da autonomia e independência da disciplina de história do Brasil em relação a história da América.

REFERÊNCIAS

ABUD, Katia. Currículos de História e Políticas Públicas: Os programas de História do Brasil na Escola Secundária, In. BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Estudo de História: fundamentos e métodos**, São Paulo: Cortez, 2008;

_____. BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.

BRASIL, Decreto n° 19890 de 18 de abril de 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>. Acesso em: 01/04/2022



BRASIL, Decreto Lei **4244** de 09 de abril de 1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01/04/2022

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **Ensinar História**. São Paulo: Scipione, 2004.



IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Educação - UFPI

Educação, ensino e pesquisa em tempos de pandemia: realidades e possibilidades

III CONGRESSO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO

04 a 06
MAIO
2022



IX ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Educação - UFPI

Educação, ensino e pesquisa em tempos de pandemia: realidades e possibilidades

III CONGRESSO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO

04 a 06
MAIO
2022

MESA 4 MEMÓRIA, ARQUIVO E PATRIMÔNIO EDUCATIVO



Prof. Dr.
Pablo Álvarez
Domínguez
Universidad de Sevilla



Profa. Dra.
Luciane Sgarbi
Santos Grazziotin
UNISINOS



Profa. Dra.
Eurize Caldas
Pessanha
UFMS



<https://abre.ai/ppged-ufpi-mesa4>

DIA 06/05/22
08:00 AS 10:00h



www.even3.com.br/epeduc



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ